

Grandes Opções do Plano 2018



Deliberação da Assembleia Municipal e aprova o plano para a Câmara Municipal
em conformidade com o plano de pessoal.

Para a deliberação e aprovação: A. Municipal

7.12.14

5.12.14

ÍNDICE

1	AS LINHAS GERAIS DE ATUAÇÃO	3
1.1	A Visão. O Município é uma grande cidade	3
2	GRANDES OPÇÕES DO PLANO	5
2.1	Introdução	5
3	FUNÇÕES GERAIS	6
3.1	Serviços Gerais de Administração Pública	6
3.2	Segurança e Ordem Pública	8
4	FUNÇÕES SOCIAIS	11
4.1	Educação	11
4.2	Saúde	12
4.3	Segurança e Ação Social	13
4.3.1	Ação Social	13
4.3.2	Maior Idade	14
4.4	Habitação e Serviços Coletivos	15
4.4.1	Habitação	15
4.4.2	Ordenamento do Território	15
4.4.3	Saneamento	16
4.4.4	Abastecimento de Água	18
4.4.5	Resíduos Sólidos Urbanos	18
4.4.6	Proteção do Meio Ambiente e Proteção da Natureza	20
4.4.6.1	Jardins, Parques e Espaços Verdes	20
4.4.6.2	Proteção do Meio-ambiente	21
4.5	Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos	24
4.5.1	Cultura	24
4.5.2	Desporto, Recreio e Lazer	25
4.5.3	Outras Atividades Cívicas e Religiosas	26
4.5.3.1	Juventude e Tempos Livres	26
4.5.3.2	Outras Atividades	27
5	FUNÇÕES ECONÓMICAS	27
5.1	Estruturas de Apoio à Atividade dos Pescadores	27

5.2	Estabelecimentos Industriais Ligados ao Abastecimento	28
5.3	Transportes e Comunicações.....	29
5.3.1	Rede Viária e Sinalização	29
5.3.2	Transportes (Mobilidade)	30
5.4	Comércio e Turismo	30
5.4.1	Mercados e Feiras.....	30
5.4.2	Turismo.....	31
6	OUTRAS FUNÇÕES.....	32
6.1	Juntas de Freguesia.....	32
7	ANÁLISE ORÇAMENTAL E FINANCEIRA	32
8	ANEXOS	37

- I. ORÇAMENTO
- II. GRANDES OPÇÕES DO PLANO
- III. PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS
- IV. PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAL
- V. MAPA DE PESSOAL

1 AS LINHAS GERAIS DE ATUAÇÃO

1.1 A VISÃO. O MUNICÍPIO É UMA GRANDE CIDADE

Quando em 2013, no Programa do PSD às Eleições Autárquicas, assumimos no “Nosso Compromisso” que o projeto abarcaria os dois próximos mandatos de 2013/17 e 2017/21, tínhamos a certeza e a convicção que este seria o melhor caminho, mais realista e equilibrado para servir o nosso Município, justificado pelo facto de estes mesmos mandatos coincidirem com a execução física e financeira dos Fundos Comunitários do “Portugal 2020”.

A experiência e o conhecimento da realidade municipal, evidenciam que só desta forma, com visão estratégica e de futuro, se poderia rentabilizar e potenciar mais e melhores meios para o financiamento das nossas obras e ações.

A gestão rigorosa, séria e sustentável, com estabilização financeira e redução de dívida, aplicada nos últimos anos, teve como corolário a saída antecipada do “Plano de Ajustamento Financeiro” que estávamos sujeitos desde 2012. Neste contexto fomos ainda capazes de, ao longo do mandato, no cumprimento das Grandes Opções do Plano, atingir um nível de investimento superior a 50M€, com valor de execução financeira superior a 90%. Nos diferentes domínios somos um Município onde a qualidade de vida está acima da média, reconhecido como exemplo de boas-práticas por diferentes Entidades.

Assim, em 2017 e fruto das opções tomadas, o Município de Ílhavo está mais capacitado para ser uma “Grande Cidade”, está melhor preparado para a captação de novos Fundos Comunitários, referenciando que no âmbito do “Portugal 2020”, contamos já com quase 10 M€ de investimento em projetos candidatados e aprovados, e estamos melhor preparados para a Descentralização.

Partimos para uma nova etapa desta caminhada, transportando connosco um capital de obra feita, com um profundo conhecimento e experiência da realidade do Município, capazes de garantir o cumprimento da “Missão da Autarquia”, num mundo concorrencial e globalizado, em que as Pessoas e todos os Ilhavenses continuarão a ser o centro das políticas e ações, mantendo o contínuo diálogo franco e aberto, com as Associações, com as Empresas, com as Entidades e a Sociedade Civil, estabelecendo compromissos e parcerias geradoras de mais-valias e de oportunidades para todos.

Conhecendo particularmente bem os constrangimentos financeiros, económicos e sociais de Portugal, da Europa e do Mundo, face à dimensão e relevância dos desejos que o Município tem pela frente, torna-se fundamental, sermos também capazes de congregarmos vontades, para uma atuação inovadora e concertada. Por isso, o nosso conhecimento constitui um pilar fundamental para delinear uma Visão, suportada no “Plano Estratégico do Município de Ílhavo”, o documento

que estabelece as diretrizes de intervenção do nosso Município. Nesse sentido, entendemos que a nossa visão estratégica dará resposta ao que Ílhavo quer ser daqui a 10 ou 20 anos, definindo dez eixos âncora, bem identificados, que serão o Farol da gestão Autárquica para 2017-2021.

A construção dos Municípios e das “Cidades do Futuro” implica harmonizar a sua história com a modernidade e a reabilitação dos seus centros urbanos, desta forma a Região de Aveiro, em que estamos inseridos afirmar-se-á de forma inovadora e integradora, como uma Região mais forte e é sinónimo de Municípios mais coesos, prósperos e complementares. Nós faremos a nossa parte.

Por tudo isto, entendemos que a prosperidade do Município de Ílhavo como uma “Grande Cidade”, depende muito da vontade de todos e do somatório de cada um de nós, enquanto cidadãos das nossas Freguesias de S. Salvador, Gafanha da Nazaré, Gafanha da Encarnação e Gafanha do Carmo e da imensa e generosa diáspora dos Ílhavos que, partindo pelo mar fora, conquistaram a admiração do Mundo.

Os atuais órgãos da Autarquia saberão seguramente interpretar essa vontade, ajudando a ultrapassar obstáculos, adaptando-se a uma gestão cada vez mais moderna e eficaz e que seja intérprete da ambição de todos sem exceção.

O Presidente da Câmara Municipal de Ílhavo

Fernando Fidalgo Caçoilo

2 GRANDES OPÇÕES DO PLANO

2.1 INTRODUÇÃO

No cumprimento dos termos legais, apresentamos à Câmara e Assembleia Municipal o Plano e Orçamento para 2018, o primeiro ano do mandato Autárquico de 2017/2021, liderado pela Equipa do PSD à frente dos destinos do nosso Município, depois da expressiva e inequívoca vitória alcançada nas Eleições Autárquicas de 1 de outubro de 2017, em que os cidadãos Ilhavenses demonstraram uma vez mais a sua confiança no nosso projeto, que tem permitido um desenvolvimento integral e integrado do Município, mantendo também como linhas orientadoras o rigor e a exigência na gestão, conciliando o equilíbrio entre a redução da dívida e o investimento contínuo e sustentável.

Os Municípios continuam a suprir muitas das insuficiências e deficiências da Administração Central, ultrapassando muitas vezes as suas próprias competências, nomeadamente ao nível das políticas sociais, na educação, na proteção e apoio aos mais desfavorecidos, aos idosos, aos deficientes e na habitação social, já que para todas estas áreas são alocados pela própria Administração Central, recursos financeiros cada vez mais escassos.

Paralelamente, os Municípios de uma forma geral, têm feito um esforço de consolidação das suas contas, tendo reduzido significativamente o seu endividamento (ao contrário do Governo da Nação), contribuindo assim para a estabilização e dignificação do Poder Local.

Neste contexto, esperamos e desejamos que no próximo ano de 2018 a promessa do Governo da grande Descentralização do País, se concretize (após vários avanços e recuos), assim como da nova lei das Finanças Locais. Ílhavo bater-se-á por uma delegação de competências que seja séria e que garanta maior autonomia. Volvidos que estão mais de 40 anos de Poder Local Democrático, todos nós acreditamos na importância e no papel que a Descentralização pode ter para o País e para os cidadãos, desde que seja devidamente estruturada e financiada.

Esta proposta de Plano e Orçamento, decorre ainda de um período de restrição e limitação financeira, veja-se o contínuo incumprimento da atual Lei das Finanças Locais. Em Ílhavo, as transferências correntes de capital previstas para o próximo ano, feitas pelo Estado, através do Fundo de Equilíbrio Financeiro, são inferiores às do ano de 2017. O significativo e contínuo aumento de impostos indiretos previstos no próximo Orçamento do Estado, assim como o valor astronómico das cativações previstas que evidencia a contínua estagnação do investimento público da Administração Central, têm repercussões na atividade e serviços prestados à população.

Com efeito, quanto mais sólidas forem as finanças públicas, mais preparados estaremos para enfrentar a atual incerteza e eventuais choques externos (ao Município), e quanto mais fortes

forem as nossas finanças, mais aptos estaremos para aproveitar as oportunidades de promoção do desenvolvimento económico que surgem.

Por isso, esta Equipa Autárquica do PSD, tem a obrigação e o dever moral de quem gere a “coisa pública”, de não abdicar da seriedade com que encaramos a responsabilidade que nos foi atribuída pelos Ilhavenses, à qual continuaremos a responder com trabalho, com verdade e com o cumprimento escrupuloso do “Nosso Compromisso”.

De facto, há que consolidar os ganhos já obtidos e inovar, renovando constantemente o nosso modo de agir de forma a melhor podermos contribuir para o desenvolvimento sustentado e sustentável do nosso Município e da Região. A preparação das candidaturas ao Quadro Comunitário 2014/2020, “CENTRO 2020”, tem assumido e, vai continuar a assumir, um espaço prioritário nas nossas preocupações, e como tal, a nossa participação no Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial da Região de Aveiro (PDCTRA), no Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC), Costeira e Rural, no Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano Sustentável (PEDU), entre tantos outros, com enquadramento nacional, tem já dado resultados muito positivos, para a preparação do futuro coletivo do nosso Município.

Por isso, hoje, como no passado recente, todas as oportunidades serão assumidas de forma clara e estratégica, nesta visão do Município de Ílhavo, ser entendido como uma “Grande Cidade”, preparando-o desta forma para os desafios das próximas décadas.

Com um Executivo Municipal estável e consciente das suas responsabilidades, apresentamos um Orçamento realista e de rigor. Um orçamento que continuará a apoiar os cidadãos mais necessitados, as Associações, as Juntas de Freguesia, os jovens, as famílias e as empresas. É um Orçamento de Futuro, com certeza.

A reflexão e proposta que a seguir apresentamos, evidenciam precisamente estas qualidades com vista à concretização plena do nosso compromisso, pelo que as Grandes Opções do Plano (GOP) para 2018 tem já, em muitos casos, ações previstas de âmbito plurianual, e apresentam um nível de investimento municipal no valor total de 14.636.350€ (incluindo o saldo previsto), sendo o valor total do Orçamento 29.200.000€ que corresponde ao valor do investimento mais despesas de funcionamento.

3 FUNÇÕES GERAIS

3.1 SERVIÇOS GERAIS DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Os Serviços terão e continuarão a ser objeto da melhoria das condições de trabalho, pelo que o investimento de qualificação e manutenção do edifício da Câmara Municipal, assim como dos Armazéns Gerais, bem como na adaptação e conservação de outras Instalações Municipais

espalhadas por todo o território, serão uma constante ao longo do ano, diremos até, ao longo do mandato.

No que se refere concretamente à modernização administrativa dos serviços do Município de Ílhavo, estamos muito comprometidos no projeto "Ria de Aveiro Digital", liderado pela CI Região de Aveiro e já aprovado pelo Centro2020, estando previstas as seguintes ações:

- Intensificar a relação do Município de Ílhavo com o Cidadão, através da melhoria da informação e dos serviços prestados por via digital, aumentando, também e por esta via, a participação pública;
- Intensificar as medidas que melhorem a produtividade dos colaboradores e aumentar a eficiência e a eficácia dos serviços, designadamente através do reforço e modernização dos meios tecnológicos (hardware e software) da Câmara Municipal;
- Continuar e reforçar os programas de formação dirigidos aos colaboradores, nomeadamente àqueles que assumem novas funções ou competências;
- Prosseguir o esforço e reengenharia e desmaterialização de processos, no sentido da maior tramitação inteligente integral de processos por via digital e online;
- Atualizar os procedimentos e plataformas associadas à gestão documental e desenvolvimento do arquivo digital;
- Reformular os portais municipais com novas funcionalidades e imagem e desenvolver *APPs* para dispositivos móveis, melhorando de forma substancial o acesso aos serviços e à informação relativa ao Município de Ílhavo;
- O Serviço de Controlo Interno, continuará a ter a sua aplicação no âmbito do Regulamento, tendo como grande objetivo a gestão com maior eficiência nos seus mais diversos circuitos internos, assim como a avaliação dos funcionários no âmbito do SIADAP.

No domínio das Candidaturas a Fundos Comunitários, propomo-nos desenvolver as seguintes ações:

- Executar os projetos municipais e intermunicipais previstos no âmbito do Pacto para o Desenvolvimento e a Coesão Territorial da Região de Aveiro (PDCT-RA), promovido pela CI Região de Aveiro, aprovado pelo Centro2020, destacando-se o novo Centro Escolar da Gafanha de Aquém;
- Apoiar a gestão e contribuir para o maior aproveitamento no Município de Ílhavo dos financiamentos previstos na Estratégia de Desenvolvimento Local de Base Comunitária – Costeira (DLBC – Costeira), liderada pela CI Região de Aveiro;

- Apoiar a gestão e contribuir para o maior aproveitamento no Município de Ílhavo dos financiamentos previstos na Estratégia de Desenvolvimento Local de Base Comunitária Rural (DLBC – Rural Sul);
- Apresentar candidaturas a financiamentos no âmbito dos Avisos de Concurso do Portugal2020, que tenham relevância estratégica para a Câmara Municipal de Ílhavo e para os seus serviços e garantir a execução dos projetos aprovados, dos quais salientamos: PEDU, PARU, PAMUS, PAICD, PDCT-RA, RAPIS, Programação Cultural em Rede, INTERREG Atlântico, entre outros;
- Gerir com eficiência, eficácia e diligência todos os projetos cofinanciados por fundos comunitários, maximizando a criação de valor no Município;
- Consolidar competências para apoio às entidades do Município com menor experiência no âmbito dos fundos comunitários, em questões gerais e de primeiro encaminhamento, tendo em conta os projetos que possam pensar em desenvolver.

No que respeita à Polis Litoral Ria de Aveiro, S. A., continuaremos a assumir os nossos compromissos, mas na expectativa quanto à solução de futuro para esta sociedade que já teve “vários destinos!”. O Reforço do Cordão Dunar, 3ª fase, e o desassoreamento da Ria e dos seus canais, são objetivos que continuaremos empenhados na sua concretização.

Manter uma profunda, ativa e empenhada relação com a CI Região de Aveiro e Associação de Municípios Carvoeiro-Vouga, bem como com as outras entidades de que somos associados como a AdRA, Águas do Litoral, S. A. e ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses;

Cooperar de forma ativa e empenhada no processo de desenvolvimento do projeto da CI Região de Aveiro para a construção do Centro Intermunicipal de Recolha de Animais de Companhia, consolidando, em paralelo a boa qualidade da gestão do Centro de Recolha Oficial de Animais de Companhia do Município de Ílhavo (CROACI), assegurando, sempre, o bem-estar animal.

3.2 SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICA

Manteremos o apoio à atividade regular da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Ílhavo (AHBVI), através do Acordo de Cooperação com o pagamento do seguro dos nossos bombeiros, EIP e apoio ao investimento em novos equipamentos, etc.

Em parceria com os Bombeiros Voluntários de Ílhavo e a GNR, assim como com outras entidades, a Câmara Municipal de Ílhavo promove regularmente a realização de Simulacros e de Exercícios de Evacuação em Estabelecimentos de Ensino, com o objetivo de testar a operacionalidade dos seus Planos de Emergência e de sensibilizar toda a Comunidade Escolar para a sua importância. Na sequência dos exercícios realizados no ano anterior, em 2018 pretende-se alargar a realização dos Exercícios de Evacuação aos restantes Edifícios Municipais.

O PMEPC – Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil encontra-se em revisão, cumprindo as recomendações da ANPC, de acordo com os novos prazos estabelecidos pelo art.º n.º 12 da Resolução da Comissão Nacional de Proteção Civil n.º 30/2015, a qual aprova uma nova Diretiva relativa aos Critérios e Normas Técnicas para a Elaboração e Operacionalização de Planos de Emergência de Proteção Civil, encontrando-se nesta data em período de consulta pública das suas partes não reservadas. Será enviado para aprovação à CNPC até ao final deste ano. Em 2018 o PMEPC será testado, com um exercício LIVEX, que contará com a intervenção dos vários Agentes de Proteção Civil, no prazo de 180 dias após a sua aprovação pela CNPC.

O PEEExt – Plano de Emergência Externo, encontra-se em processo de revisão, tendo já sido submetido a aprovação à CNPC. O PEEExt 2017 será testado em 2018, num exercício tipo LIVEX, no prazo de 180 dias após a sua aprovação. Ainda no âmbito deste Plano, pretende-se, por intermédio da CMPC, solicitar à APA – Agência Portuguesa do Ambiente, o levantamento de produtos perigosos nas indústrias SEVESO que se encontram dentro dos limites do Porto de Aveiro, com o objetivo de melhorar a articulação entre estas e os Agentes de Proteção Civil na prevenção de acidentes graves com substâncias perigosas e na atuação de emergência, em caso de acidente grave com efeito dominó.

Pretende-se uma vez mais, levar a cabo no ano 2018, o Plano de Formação Integrada nas Escolas com a temática da Segurança e Proteção Civil, em parceria com os Agentes de Proteção Civil com o objetivo de promover e alargar a formação e o conhecimento dos elementos da Comunidade Escolar do Município de Ílhavo nestas temáticas. A Câmara Municipal propõe-se a servir como interlocutor entre as diversas entidades e os Estabelecimentos de Ensino, colaborando e participando na divulgação, programação e organização das ações de formação/sensibilização.

Do calendário anual de atividades da Câmara Municipal de Ílhavo fará parte a Comemoração do Dia Internacional da Proteção Civil, com a finalidade de dar uma maior notoriedade e capacidade de intervenção a esta importante área, sensibilizando todos os Municípes para o seu papel vital na prevenção de situações de risco, integrando, desta forma, a sua equipa. Esta iniciativa decorre habitualmente ao longo do mês de março, com simulacros nos Estabelecimentos de Ensino do Município, e/ou em Edifícios Municipais. Também se reforçará a sensibilização à população no âmbito da temática Proteção Civil, através de ações de sensibilização e distribuição de material de divulgação.

Pretende-se continuar a elaborar material informativo e de sensibilização (cartazes e folhetos para distribuição, e publicação nos meios de comunicação da CMI: site, Agenda Viver Em, e Boletim Municipal) direcionado para a população do Município, sobre vários temas de Segurança e Proteção Civil, dando destaque às Medidas de Autoproteção e atuação em caso de Acidente com Substâncias Perigosas, para dar cumprimento às obrigações legais da Diretiva SEVESO III.

Pretende-se dar continuidade ao Plano de Ação da Vespa Velutina, propondo-se uma parceria com os BVI, aos quais será dada formação adequada e fornecidos fatos de proteção para que,

num esforço conjunto com a Proteção Civil Municipal, se possa otimizar o trabalho que tem vindo a ser desenvolvido no controlo da espécie, com uma maior celeridade e eficácia na eliminação dos ninhos, quando identificados.

A exemplo de anos anteriores, o plano de atividades do Gabinete Técnico Florestal para o ano de 2018, tem por base as atribuições previstas na Lei n.º 20/2009, de 12 de maio (estabelece a transferência de atribuições para os municípios do continente em matéria de constituição e funcionamento dos gabinetes técnicos florestais, bem como outras no domínio da prevenção e da defesa da floresta): acompanhamento das ações previstas no Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios (PMDFCI) do Município de Ílhavo, assentes em quatro dos cinco eixos estratégicos de atuação emanados pelo Plano Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios (1.º Eixo Estratégico – Aumento da resiliência do território aos incêndios florestais; 2.º Eixo Estratégico – Reduzir a incidência dos incêndios; 3.º Eixo Estratégico – Melhorar a eficácia do ataque e gestão de incêndios; 5.º Eixo estratégico – Adaptação de uma estrutura orgânica e funcional eficaz).

As ações de sensibilização da população escolar incluem a comemoração do Dia Internacional das Florestas (21 de março) e a comemoração do Dia da Floresta Autóctone (23 de novembro), com atividades a serem realizadas ao ar livre em espaço florestal, permitindo às crianças e jovens uma abordagem das questões ligadas à conservação da floresta e à sua defesa contra os incêndios florestais.

Neste ano letivo de 2017/2018, a Floresta é o tema do projeto de Educação Ambiental de base – o Eco-Escolas, no qual o Gabinete Técnico Florestal participará na dinamização da atividade: “Vamos defender a floresta do nosso Município”, dirigido ao Ensino Pré-Escolar, 2.º ano do 1.º ciclo e 6.º ano do 2.º ciclo.

No âmbito do PMDFCI estão previstas entre outras, a realização de Faixas de Gestão de Combustível (FGC) associadas à rede viária florestal.

No que diz respeito à Segurança, Higiene e Saúde, pretendemos dar seguimento ao processo de implementação da estrutura de segurança nos edifícios CMI, passando pela continuação da elaboração das Medidas de Autoproteção em falta em alguns edifícios.

Reforçaremos a sensibilização junto dos responsáveis da GNR, no sentido de aumentar a eficiência e segurança para os nossos cidadãos no combate à criminalidade, assim como, no apoio junto dos nossos estabelecimentos de ensino, com a utilização da viatura “Escola Segura”.

Na sequência do Acordo com a Direção das Forças de Segurança, GNR e Ministério da Administração Interna, a obra de reformulação e reconversão das instalações da Escola da Sra. do Pranto encontra-se concluída, aguardando-se pela transição dos serviços. Acreditamos que desta forma teremos uma melhoria muito significativa das condições de trabalho e, consequentemente, na prestação de serviços de segurança à população Ilhavense.

4 FUNÇÕES SOCIAIS

4.1 EDUCAÇÃO

Ciente que este é um dos alicerces que faz as fundações do desenvolvimento integrado e global, continuaremos a consolidar a nossa posição enquanto Município coeso, inovador e sustentável, o que implica continuarmos a apostar forte e inequivocamente na valorização do nosso capital humano, como garantia de futuro e de percursos de vida pessoais e profissionais de qualidade para as nossas crianças e jovens. Para tal, torna-se necessário não só atuar ao nível da educação escolar/académica formal das crianças e jovens, mas também ao nível da sua educação e formação artística, desportiva e do saber-fazer.

Assim, e face à dimensão e relevância dos desafios que o Município tem pela frente, torna-se fundamental sermos também capazes de congregar as vontades, os recursos e as entidades, para uma atuação inovadora, concertada e focada no desenvolvimento e valorização do capital/potencial humano no nosso Município, pelo que nos propomos a desenvolver as seguintes ações:

Concluída a elaboração da Carta Educativa do Município de Ílhavo e após a sua aprovação por unanimidade na Câmara e Assembleia Municipal, aguardamos ainda a sua homologação pelo Ministério da Educação, que esperamos se venha a concretizar em 2018.

Manter a gestão de parcerias com as Associações de Pais, nas diferentes áreas, mas muito especialmente no serviço de almoço, AEC, tempos livres e formação.

No âmbito das Atividades da Educação, destacam-se o DesportÍlhavo, o Encontro da Comunidade Educativa, OlimpÍlhavo, apoio a Projetos nas Escolas, Festa de Natal, Música na Escola, Dia do Inglês, Festival de Teatro, Dia Mundial da Criança, Carnaval Escolar, entre outras, de forma a promover novas atividades na nossa Comunidade Escolar.

Construir e concluir o Centro Escolar da Gafanha de Aquém;

Requalificar a Escola Básica do 1º Ciclo da Marinha Velha, com a integração da sala do pré-escolar e ampliação do ATL;

Aumentar as ofertas extracurriculares potenciadoras da educação e formação plena das Crianças e Jovens, previstas no Plano Municipal de Intervenção Educativa;

Continuar a divulgar e valorizar o nosso património, dando-o a conhecer às nossas crianças e jovens de forma inovadora, designadamente, através do Serviço Educativo Municipal de Ílhavo (SEMI);

Apoiar e inovar nas Atividades de Enriquecimento Curricular, sempre em estreita parceria com os Agrupamentos de Escolas;

Apoiar o desenvolvimento de projetos de incidência comunitária para jardins-de-infância e escolas do Município, através do Programa de Apoio a Projetos Educativos (PAPE);

Implementação gradual das medidas preconizadas na Carta Educativa, em articulação e cooperação com o Conselho Municipal de Educação;

Aprofundar o Serviço Municipal de Apoio às Bibliotecas Escolares (SABE);

Aumentar o sucesso escolar e reforçar o combate ao abandono precoce, desenvolvendo planos plurianuais com metas, recursos, metodologias e parcerias para cada Escola e Agrupamento do Município, envolvendo as comunidades educativas respetivas;

Alargar a componente de Apoio à Família, no almoço e após o horário escolar e com a extensão de horários onde tal se justifique, em parceria com as Associações de Pais;

Melhorar e inovar na formação desportiva para as crianças do pré-escolar e do 1º Ciclo, designadamente através do reforço do Programa Municipal de Iniciação à Natação e do Programa Municipal de Expressão Física e Motora, respetivamente;

Consolidar o apoio a estudantes carenciados que prosseguem os seus estudos após o ensino secundário obrigatório, incentivando o mérito e tendo como contrapartida o trabalho para a Comunidade e o enriquecimento pessoal, através do Programa Municipal de Bolsas de Estudo;

Contemplar possibilidade de estabelecer parcerias com outras entidades no modelo de gestão da Escola Municipal de Educação Rodoviária (EMER), por forma a aumentar a sua divulgação regional e nacional;

Consolidar o Programa Municipal de Bolsas e Estágios de Trabalho.

4.2 SAÚDE

Manter a aposta na melhoria das condições de prestação de cuidados à população e num melhor acesso à saúde é um objetivo primordial, pelo que continuaremos disponíveis para, em conjunto com a ARS Centro, sermos parceiros na resolução e melhoria das instalações da Unidade de saúde familiar da Gafanha da Nazaré, que nas condições atuais não apresenta, como instituição prestadora de cuidados de saúde, a dignidade que a população merece.

Face às grandes transformações sociais e à concentração dos serviços de saúde primária, será mantida uma atitude atenta, na defesa da qualidade e proximidade dos serviços de saúde aos cidadãos do nosso Município. Neste enquadramento, manteremos a organização da "Feira da Saúde" que tem como principal objetivo, ajudar os nossos cidadãos mais desfavorecidos a ter acesso a meios de diagnóstico e acompanhamento da sua saúde.

A aposta na prevenção, continuará presente na gestão da Saúde no Município, nessa medida continuaremos a realizar ações de sensibilização à população, sobretudo a mais idosa, através de parcerias com outras entidades, como é o caso a Unidade de Cuidados na Comunidade "Laços de Mar e Ria".

4.3 SEGURANÇA E AÇÃO SOCIAL

4.3.1 Ação Social

A inclusão é uma matéria multifacetada e com impacto nas mais diversas áreas municipais, exigindo articulação institucional e capacidade de concretizar soluções suportadas em conhecimento especializado e com grande enfoque nos problemas a resolver. Por outro lado, a valorização e capacitação de pessoas para o combate aos fenómenos e situações de exclusão, como por exemplo, a solidão e impreparação, em casos concretos, dos Cidadãos para fazerem face à cada vez maior complexidade das tarefas em família e em comunidade.

Neste contexto, a Rede Social surge como uma plataforma de entendimento entre todas as instituições públicas e privadas do Município, de onde emergiu o Atendimento Social Integrado (ASI), que se afigura como um instrumento privilegiado de intervenção, encontram-se em plena fase de consolidação.

O Plano de Ação do ASI afigura-se como uma linha orientadora, no qual se encontram consignadas diversas ações para os diversos utentes em acompanhamento, que se consubstanciam em diversos eixos, nomeadamente a formação/inserção profissional, a educação, a habitação, o exercício de direitos como cidadãos e ainda a saúde. Neste Plano de Ação anual constam diversos projetos dos quais se destaca o “Inclusivamente” dedicado às comunidades de etnia cigana.

De salientar que foi implementada a Rede Local de Inserção Social (RLIS) em fevereiro de 2017, dinamizada pelo CASCI para o Município de Ílhavo, que teve por base o paradigma e a metodologia já existente, do ASI. Neste contexto, prevê-se que a cobertura territorial da RLIS se estenda a todo o Município até ao final do corrente ano.

Manter a boa gestão do Fundo Municipal de Apoio a Famílias e Indivíduos Carenciados (FMAFIC), um importante e inovador instrumento de apoio aos nossos cidadãos económica e socialmente mais fragilizados, designadamente através da comparticipação nos apoios em renda e empréstimo bancário, as comparticipações nas faturas da água, saneamento e resíduos sólidos e ainda, os auxílios económicos da Ação Social Escolar.

Na continuidade do trabalho realizado no âmbito da Rede Social, reiteramos o apoio prestado às Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS), promovendo uma auscultação ativa, com diagnóstico das necessidades e das ações anuais prioritárias, na prestação do apoio necessário para a construção e execução de projetos específicos, bem como na constituição de Protocolos de Cooperação entre a Câmara Municipal e estas entidades.

Implementar políticas inclusivas, devidamente estruturadas e integradas, dirigidas nomeadamente às minorias étnicas e aos Cidadãos mais necessitados, especialmente aos portadores de deficiência, assim como às crianças e jovens;

Promover o voluntariado junto dos nossos Cidadãos, assim como das empresas e outras instituições do Município, no âmbito da sua responsabilidade social;

Manter o investimento na educação cívica da população, aposta nas famílias numerosas (com a constituição do Cartão Família), do recém-criado Gabinete de Apoio à Família, dos munícipes com dificuldade de mobilidade (portadores de deficiência) e na igualdade de género.

4.3.2 *Maior Idade*

O centro das nossas preocupações, para o ano de 2018, no âmbito do Pelouro da Maior Idade, será o reforço do estatuto de Município intergeracional e coeso. A coesão urbana está no cerne do projeto de modernização e inovação do Município e é uma condição essencial para a sua sustentabilidade – social, económica, ambiental e governativa. Um município coeso proporciona mais oportunidades para os seus cidadãos, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida, mas também solidário e intergeracional, onde o contributo de todos é importante para o benefício dos demais. Especial atenção será dada à população sénior, que representa uma vasta fatia da população residente. Persistem na geração sénior, também ela em mudança, défices de participação nas dimensões económicas, culturais e sociais, bem como na esfera cívica e política, diminuindo a capacidade desta camada etária para influenciar as políticas públicas. Consideramos que este setor da população deve ser encarado como um recurso importante do Município, tendo em consideração que, em muitos casos, detêm um elevado grau de qualificação e disponibilidade de tempo. A população mais velha é muitas vezes discriminada em razão da idade, desfavorecida, desprotegida e excluída, especialmente porque dispõe, em geral, de baixos recursos, o que a torna dependente do custo de acesso a habitação, saúde e transportes. Daí que daremos a oportunidade à população sénior de prolongar voluntariamente a sua vida ativa, seja através do voluntariado, seja através de atividades que proporcionem rendimento, participando ativamente na construção da resposta aos desafios da cidade. A melhoria da qualidade de vida da população mais velha passa, necessariamente, pelo combate ao isolamento e acesso ao conhecimento, cultura e lazer. Programas como o “Movimento Maior”, os “Espaços Maior Idade”, o “Projeto Teatralidades” e a “Quinzena” da Maior Idade são exemplo de medidas a prosseguir e aprofundar, nesse sentido, procuraremos aperfeiçoar todos eles de forma racional e equilibrada.

Cativar novos públicos e diversificar atividades, inovando na oferta e promovendo a intergeracionalidade;

Criar formas, espaços de diálogo e de troca de experiências entre gerações que favoreçam o enriquecimento mútuo.

4.4 HABITAÇÃO E SERVIÇOS COLETIVOS

4.4.1 Habitação

Na área da Habitação reiteramos para 2018 os seguintes objetivos principais:

Gestão técnica e técnico-social dos fogos da CMI, nomeadamente no que respeita à manutenção dos edifícios e ao acompanhamento das famílias, com a realização de obras de conservação e manutenção em vários fogos da CMI.

Promover um conjunto de intervenções de qualificação urbana de habitações degradadas, ou de demolição de construções em adiantado estado de degradação, ou em risco de ruir, em especial nas zonas centrais das áreas urbanas, numa lógica operativa concertada e a par das intervenções de Regeneração Urbana do Centro Histórico de Ílhavo através de vários projetos e obras que têm vindo a decorrer, nomeadamente de requalificação do espaço público. Também nesta área o PEDU e todas as ações nele inseridas, poderão certamente potenciar a qualificação urbana acima referenciada e tão desejada por todos nós.

De sublinhar a aposta do Município de Ílhavo na ocupação de 5 fogos devolutos, através de concurso por classificação, cuja entrada dos novos inquilinos se prevê finalizada no início do ano de 2018.

4.4.2 Ordenamento do Território

Os municípios são, antes de mais, espaços de vida, de encontro, de convivência, de história, de cultura e de emprego, com as particularidades e especificidades decorrentes da sua evolução, ocupação e organização urbana e ambiental, sendo a atuação deliberada, pró-ativa e responsável dos decisores autárquicos um dos fatores que influi de forma decisiva no desenvolvimento urbano.

A qualificação dos espaços urbanos e das suas centralidades, a defesa intransigente dos valores associados ao património natural, histórico, cultural e económico, bem como o aprofundamento da mobilidade sustentável e a melhoria das condições de atratividade urbana capazes de responder às necessidades dos Municípios, do comércio, da restauração e de gerar melhor emprego, ocupam uma centralidade inequívoca no trabalho que nos propomos desenvolver nos próximos quatro anos.

Em complemento, a promoção de eventos e ações nos espaços municipais, vocacionadas para as famílias e diferentes faixas etárias, tem de ser, ela própria, capaz de induzir efeitos no comércio tradicional e na restauração local. A revitalização do edificado, espaços públicos, acessibilidades, habitação, comércio e restauração locais, com impacto na geração de emprego e inovação, pressupõe a forte intervenção municipal ao nível das nossas freguesias.

Por outro lado, o elevado número de projetos já aprovados no âmbito dos fundos comunitários, permitem antever as melhores perspetivas de continuarmos num caminho com a certeza da

melhoria da qualidade de vida, da sustentabilidade ambiental, da inclusão social, da atratividade económica e geração de emprego. Nesse sentido, durante o ano de 2018 prevemos:

Consolidar a aposta na implementação de “Boas Práticas de Acessibilidade para Todos” nos espaços urbanos, equipamentos públicos, incluindo estacionamento, correção de lancis e sensibilizar para a adoção gradual destas boas práticas pelos privados;

Continuar a construção e requalificação de passeios e praças com nova sinalização, de forma faseada e sustentável, designadamente na sequência da implementação das obras de saneamento e águas pluviais no Município

Elaborar “Planos de Chão” e Estudos Urbanísticos no sentido de compatibilizar soluções de desenho urbano mais adequadas a cada área;

Contratualizar a realização do Plano de Ordenamento referente à Unidade Operativa da área ribeirinha da Gafanha da Encarnação/Gafanha do Carmo e outra;

Dar continuidade ao desenvolvimento do Plano de Pormenor da Senhora dos Campos de acordo com a decisão emanada pelo Ministério da Agricultura, como resultado da reunião de trabalho já solicitada e a concretizar oportunamente.

Aquisição de terrenos, sempre que se justifique, tendo como objetivo a execução do respetivo projeto e a criação dos Centros Cívicos da Gafanha da Encarnação e da Gafanha do Carmo.

Continuar a incentivar a adesão a programas de apoio à reabilitação urbana do edificado, designadamente aquele que representa interesse patrimonial, através do programa “Reabilita Ílhavo”;

No âmbito da iluminação pública procederemos, em parceria com a EDP, à racionalização das redes de IP, com estudos e projetos de implantação de luminárias com baixo custo de consumo energético tipo LED, assim como ao reforço das redes de IP em alguns pontos do Município.

Promover as medidas necessárias à reabilitação de áreas urbanas com ações de reabilitação e de regeneração urbana, devidamente enquadradas no quadro legal vigente, por delimitação de Área de Reabilitação Urbana (ARU) e respetiva Operação de Reabilitação Urbana – ORU, já aprovado pela Câmara Municipal, conferindo aos proprietários e titulares de outros direitos, ónus e encargos sobre os edifícios ou frações nela compreendidos e o direito de acesso aos apoios e incentivos fiscais e financeiros à reabilitação urbana, sem prejuízo de outros benefícios e incentivos relativos ao património cultural, salientando o Instrumento Financeiro de Reabilitação e Revitalização Urbana (IFRRU), recentemente aprovado no âmbito do PEDU.

4.4.3 Saneamento

Reforçando as políticas ambientais seguidas nos últimos anos pela CMI, continuarão a ser executados fortes investimentos nas componentes ambientais nas quais o saneamento básico constitui uma aposta forte, conducente à preservação e valorização do nosso património natural e

urbano, que por sua vez é dinamizador da economia e fonte de mais-valias para o Município. Importa por isso consolidar os ganhos obtidos, apostando em simultâneo na Educação Ambiental e na Requalificação dos Espaços Urbanos que a construção do saneamento poderá permitir, utilizando nesta sequência o Ambiente no seu todo, como uma mais-valia na definição de uma estratégia de promoção do Município e como fator de diferenciação. Nesta perspetiva há que meter mãos à obra e continuar a construir o Edifício do nosso Desenvolvimento Sustentado.

É assim que se incidirá na expansão da rede de saneamento básico de forma a podermos atingir, com a celeridade desejável, um nível de cobertura próximo dos 100%. Aqui assenta a principal prioridade e o objetivo primordial dos investimentos da empresa Águas da Região de Aveiro (AdRA), para os próximos anos e para os quais seremos parceiros de corpo inteiro, atentos, intervenientes e solidários.

No que respeita às redes de águas residuais, assim como das redes de águas pluviais que no “Portugal 2020” continuam, infelizmente, a não ter condições de elegibilidade, acompanharemos em conjunto com a AdRA, as novas oportunidades de financiamento proporcionadas pelo novo Quadro Comunitário, de forma a darmos seguimento às nossas pretensões e à realização das nossas propostas, sendo de destacar a requalificação das redes de saneamento e drenagem de águas pluviais nos arruamentos previstos no PEDU na Freguesia de S. Salvador (Rua João Carlos Gomes Carlos, Rua Carlos Marnoto e zona das Cancelas, Bairro dos Pescadores e envolvente ao CIEMar). Na Gafanha da Encarnação (a sul e a norte da Rua de Ílhavo e cujos projetos estão em finalização e em fase de adjudicação, respetivamente), o desenvolvimento do projeto da zona sul da Gafanha do Carmo e a obra na Gafanha de Aquém cujo concurso público será lançado em breve. A especificidade do nosso Município, a que não é alheia também, a necessidade de uma resposta objetiva e concreta às alterações climáticas já sentidas por todos, justifica a necessidade de, em simultâneo com as obras de saneamento da responsabilidade da AdRA, se ter conjuntamente de realizar a drenagem das águas pluviais das zonas envolvidas e a consequente pavimentação global dos arruamentos com vista à sua posterior requalificação urbana, o que representa um esforço acrescido da responsabilidade direta e exclusiva do Município.

Em 2018 e em articulação com a AdRA entrará em funcionamento a última fase da rede de saneamento da Gafanha da Nazaré, tornando-se a primeira Freguesia com cerca de 100% da sua área abrangida e servida por esta tão importante infraestrutura básica, finalizar-se-á a rede de saneamento e de drenagem de águas pluviais na Rua e Travessa das Agradas em Ílhavo, assim como de diversos becos e travessas existentes por todo o nosso Município e onde tal intervenção se possa justificar e dar-se-á início às obras de saneamento e de drenagem de águas pluviais na Gafanha de Aquém e da Zona Sul da Gafanha da Encarnação, complementando toda área já coberta nesta mesma zona da Freguesia e que tecnicamente se justifica priorizar.

Finalmente e face á importância de que a problemática se reveste proceder-se-á em articulação com a AdRA, à correção das anomalias existentes nas redes de saneamento e de drenagem das águas pluviais nas Ruas Júlio Dinis e S. Francisco Xavier na Gafanha da Nazaré.

4.4.4 Abastecimento de Água

Neste domínio proceder-se-á ao acompanhamento da implementação do novo modelo de gestão dos Sistemas Ambientais e ao reforço e requalificação das redes de abastecimento de água à população, na sequência do Contrato de Gestão Integrada dos Serviços de Abastecimento de Água para Consumo Público e de Saneamento de Águas Residuais Urbanas celebrada entre o Estado Português através da AdP e os Municípios da Região de Aveiro que levou à constituição da Empresa Pública “Águas da Região de Aveiro – AdRA, S. A.”. Igualmente, e sem esquecer a nossa presença ativa na Associação de Municípios do Carvoeiro-Vouga, continuaremos conjuntamente a desenvolver esforços para a constituição da Reserva Estratégica de Águas do Cretácico da Região de Aveiro que tão mais pertinente se justifica, quanto maior se torna a consciencialização cívica para as alterações climáticas já objetivamente notórias à escala planetária e em particular no nosso País e na nossa Região e que a seca que prevalece e os incêndios florestais sucedidos ajudou, porventura, à tomada de uma maior consciencialização para esta problemática.

Proceder-se-á ainda ao acompanhamento e controlo da execução da empreitada de renovação e reforço das redes de abastecimento de água da responsabilidade da AdRA em todas as Freguesias do Concelho, em especial no cruzamento das Ruas Padre António Diogo, de Ílhavo e do Carmo na Freguesia da Gafanha da Encarnação e em São Salvador, nas Rua Eng.º José Manuel Catarino, Rua Principal da Carvalheira, Rua do Soalhal, Rua da Quinta Nova e Rua de Cimo de Vila.

4.4.5 Resíduos Sólidos Urbanos

Na implementação da Política Municipal de Ambiente e aproveitando a existência de um conjunto de equipamentos municipais onde sobressai o Centro de Educação Ambiental, a Câmara Municipal continuará a desenvolver o seu Programa de Educação e Sensibilização Ambiental, tendo em vista a promoção e o reforço dos valores Ambientais junto dos Cidadãos, em particular dos mais Jovens, incentivando-os a adotar uma gestão sustentável dos recursos naturais, potenciando a conservação e preservação do Ambiente e desta forma ajudando à concretização de uma tarefa coletiva de fazermos mais e melhor pela qualidade de vida da nossa terra, tornando-a uma terra de eleição.

Ainda no âmbito das Políticas Ambientais de gestão de resíduos, a CMI reforçará a sua adesão à “Semana Europeia de Prevenção de Resíduos “ e nesta sequência manteremos a aposta na adoção dos princípios que nortearam a Campanha “Menos Lixo, Mais Poupança!” sensibilizando toda a população para a necessidade de redução da produção de resíduos sólidos urbanos,

elucidando os Cidadãos da maneira de produzir menos lixo, já que todos beneficiamos das vantagens individuais e financeiras que tais comportamentos nos poderão proporcionar e acompanhando os nossos Parceiros nas seguintes campanhas:

"Brigada Verde - Limpeza Florestal" resultante do Protocolo de colaboração assinado entre a CMI e a CERCIAV;

"Eco-Associações" – com o acompanhamento das iniciativas das Associações do Concelho quer mais se destaquem no desenvolvimento de projetos ou ações no domínio ambiental nas quais se destaca a participação destas no "Festival do Bacalhau";

"Não dê uma tampa a esta campanha... dê muitas!" - projeto desenvolvido em parceria e que prevê a entrega das ajudas técnicas às IPSS do nosso Concelho (CASCI; Lar São José; Centro Social e Paroquial da Gafanha da Encarnação; Bombeiros e CERCIAV);

"A tua roupa... ainda tem pano para mangas" – projeto desenvolvido em parceria com a empresa responsável no território municipal pela recolha de roupa usada;

"Dê uma nova chama à sua vela" – projeto desenvolvido em estreita colaboração com todas as Juntas de Freguesia do nosso Concelho com vista à recolha de velas usadas nos cemitérios sob a sua responsabilidade.

Da mesma forma e para além das Campanhas Municipais de Sensibilização, a CMI continuará a pugnar junto da ERSUC pelo reforço dos meios que, em conjunto com os já existentes e com o Ecocentro Municipal permitirão a potenciação da recolha seletiva dos lixos urbanos e melhor contribuirão para uma gestão ambiental e de recursos sustentável que sempre esteve nos nossos propósitos. Assim e tendo por base os princípios e os objetivos acima enunciados apresentam-se seguidamente as propostas que, em conjunto com todas as demais já em curso ou em fase de implementação e com as campanhas acima elencadas, constituem as peças necessárias para a prossecução da estratégia de desenvolvimento do nosso Concelho. Nesta perspetiva e tendo em vista a necessidade de melhor levarmos à prática uma cidadania mais ativa e responsável, propomo-nos, em articulação com os Pelouros da Juventude, da Educação e das Obras Municipais, a dar sequência às seguintes ações:

Implementação do Programa Educativo para o Ambiente 2017, que constitui uma importante e inovadora aposta da Câmara Municipal, redefinindo e estabelecendo novos compromissos na construção de uma dinâmica educativa municipal ainda mais forte e coesa, na perspetiva de melhor se poder ir ao encontro das necessidades reais do Município e de toda a Comunidade e no qual se integra a Semana Europeia de Prevenção dos Resíduos e a Semana Municipal de Biodiversidade.

Continuação da campanha de Sensibilização e Educação Ambiental em colaboração com a SUMA no âmbito da Concessão do Sistema de Gestão de RSU no nosso Concelho potenciando a parceria "estabelecida" com a Autarquia, no âmbito do contrato de prestação de serviços desta empresa no Concelho de Ílhavo, que tem constituído uma ponte para um trabalho conjunto em

busca da consciência ambiental que motive em cada um, uma Cidadania mais comprometida, ativa e mais sã em busca duma Terra mais Sustentável.

Potenciação das ações propostas desenvolver no âmbito do Programa ECO-ESCOLAS com vista à necessária sensibilização da população para a problemáticas do aproveitamento dos recursos naturais onde a redução e aproveitamento dos Resíduos Urbanos se inclui de forma a reduzir a nossa pegada ecológica e contribuir para a redução da emissão de gases com efeito de estufa (GEE).

Elaboração do Caderno de Encargos e do Processo de Concurso com vista à implementação de um novo Sistema de Gestão de RSU no nosso Concelho, incluindo a extensão e/ou ampliação dos serviços de limpeza urbana a outras áreas do Município onde tal se justifique, atendendo ao termo da Concessão atualmente existente e que sucede em 2019.

Dotação no Concelho de mais equipamentos de recolha mais adaptados e condizentes com a especificidade do ambiente urbano envolvente de forma a melhor otimizar os resultados na recolha de RSU em especial os resultantes da recolha seletiva.

Aumento dos níveis de recolha de novos resíduos em especial dos óleos alimentares, roupas e calçados fora de uso, “monstros”, veículos em fim de vida, rolhas de cortiça, eletrodomésticos usados e podas e aparas de jardim.

4.4.6 Proteção do Meio Ambiente e Proteção da Natureza

4.4.6.1 JARDINS, PARQUES E ESPAÇOS VERDES

Nesta área são objetivos principais, a promoção, a manutenção e a valorização dos jardins, parques e espaços verdes existentes, assim como, o acompanhamento e controlo da manutenção do Jardim Público do Parque Urbano da Senhora do Pranto, da responsabilidade da empresa PREDILUGAR no âmbito do Protocolo/Acordo estabelecido para a construção da Superfície Comercial que se encontra instalada nesta zona.

Promover a criação de novas áreas arborizadas, melhorar as existentes e proceder à substituição de árvores em passeios estreitos, que estejam a dificultar a mobilidade das pessoas, ou mesmo de outras onde os efeitos das suas raízes se façam sentir no espaço público confinante, substituindo-as por outras espécies menos agressivas nesta matéria e eliminando os impactos negativos das raízes das árvores nos passeios do Município, sempre que tal se justifique.

Proceder a um plano de intervenção nas chamadas valas hidráulicas, em parceria com as Juntas de Freguesia, de forma a contribuir para uma melhor e racional limpeza das mesmas e deste modo contribuir para uma melhor qualidade ambiental das zonas envolvidas.

Incentivar, em articulação com as Juntas de Freguesia, os proprietários de terrenos incultos e/ou abandonados com vista à sua limpeza, desenvolvendo um conjunto de ações sensibilizadoras para esta problemática e incentivadoras para a sua resolução.

Qualificar e aumentar a rede de proximidade dos parques geriátricos, dos parques infantis dos jardins, dos parques de merendas e dos espaços verdes qualificando, na medida do possível, todos estes espaços.

Limpeza e gestão da vala pluvial do Esteiro Oudinot e sua envolvente, incluindo a limpeza de algas dos fundos e margens abaixo da linha de maré tendo em vista a minimização dos processos de eutrofização. Idem para a própria “caldeira” do Oudinot com o lançamento da obra de limpeza dos fundos e colocação de areia tanto no leito como nas margens.

Requalificar e valorizar a Rede Municipal de Percursos Pedestres e Cicláveis como ativo municipal para o turismo e o lazer.

4.4.6.2 PROTEÇÃO DO MEIO-AMBIENTE

Tendo presente o reforço havido nas políticas ambientais seguidas nos últimos anos pela CMI e os fortes investimentos nas componentes ambientais e de qualificação do espaço urbano efetuados, numa aposta clara na preservação e valorização deste património natural e urbano valioso, importa agora consolidar os ganhos obtidos, apostando na Educação Ambiental, na Requalificação dos Espaços Urbanos, no Turismo Ambiental e na Promoção das Energias alternativas, como uma mais-valia na definição de uma estratégia de promoção do Município e como fator da sua diferenciação não esquecendo como acima se refere a potenciação que o investimento no domínio do saneamento básico poderá permitir nas promoção deste desiderato. Nesta perspetiva e como acima se refere, também aqui, há que meter mãos à obra e continuar, de forma conjunta, integrada e articulada, a construir o Edifício do nosso Desenvolvimento Sustentado.

Da mesma forma e ao fim de 30 anos da primeira atribuição da Bandeira Azul às Praias do Município de Ílhavo, as Praias da Barra e da Costa Nova continuam a merecer a atribuição de tal galardão que em conjunto com o da Praia Acessível impõem, quanto mais não seja, que honremos os compromissos assumidos que nos permitiram alcançar a qualidade desejada para os merecermos. Como tal e para além do acompanhamento constante e sistemático das campanhas de avaliação da qualidade balnear e do desempenho das nossas Praias da Barra e da Costa Nova, estas continuarão a receber uma atenção especial e forte por parte da CMI, preservando a sua identidade, os seus valores naturais, urbanos e culturais, reforçando assim a sua projeção pelo Mundo.

Simultaneamente, pugnaremos junto do Ministério do Ambiente pela defesa do nosso litoral e pela intervenção estrutural que urge desenvolver e levar a cabo no nosso Concelho e na nossa Região, para fazer face às alterações climáticas e ao avanço do mar que, infelizmente e pese embora as intervenções havidas, continua a verificar-se.

Neste âmbito, esperamos com a aprovação do Programa para a Orla Costeira Ovar-Marinha Grande (POC-OMG) e com a conseqüente alteração do nosso PDM adaptando-o a esta nova realidade, com a conclusão da Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas

(EMAAC) e com o desenvolvimento do Plano Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas, a execução dos necessários investimentos que dele possam resultar no Portugal 2020, de forma a encontrar os meios que nos permitam, finalmente, olhar para as zonas costeiras, nas quais se inclui toda a orla marginal à Ria de Aveiro, de forma integrada e sustentável.

A importância dada a esta matéria e a envolvimento que ela suscita, a inserção e/ou adesão do nosso Município à Rede nacional de Municípios para a Adaptação às Alterações Climáticas da qual é um dos membros fundadores, justificou por isso a criação por parte da Câmara Municipal do Pelouro de Adaptação às Alterações Climáticas (Mar e Ria).

Organização da Assembleia Geral da Rede de Municípios para a Adaptação às Alterações Climáticas da qual o nosso Município é fundador, prevista realizar em Ílhavo na primeira quinzena do mês de novembro de 2018.

Assim, e de acordo com os princípios e objetivos anunciados, apresentam-se seguidamente algumas das propostas que constituem as peças necessárias para a prossecução da estratégia de desenvolvimento do nosso Município:

Semana Municipal da Mobilidade Sustentável inteiramente dedicada às questões (municipais) de mobilidade sustentável, com a dinamização da Ação ROTA DAS ECO-ESCOLAS e que desta forma atribui todo o significado ao projeto base da Educação Ambiental Municipal e simultaneamente, ao muito que vimos concretizando nesta área de atuação.

X Acampamento Municipal de Escuteiros (ACAMUN) com a definição de um tema específico que envolva a comunidade escutista e a cative para a defesa do património e para a problemática das alterações climáticas.

Bandeira Azul na qual se insere a Campanha “Praia Limpa tem mais Pinta”: Candidatura do Município de Ílhavo e das suas duas Praias - Barra e Costa Nova, a este importante galardão de reconhecimento da qualidade a vários níveis na qual a campanha referenciada tem como objetivo estimular os mais jovens utentes das Praias, e a partir destes os próprios Pais e/ou Famílias, para os benefícios decorrentes em se encontrar uma Praia, ou areal, devidamente limpa, para o que são disponibilizadas uma série de atividades que conjuguem a componente educacional com a componente lúdica.

Acompanhamento e Monitorização da Qualidade da Água Balnear na Praia do Jardim Oudinot e manutenção da qualidade do espaço envolvente tendo como objetivo futuro a dotação nesta Praia da Bandeira Azul.

Programa de Monitorização do Lixo Marinho/Carta Compromisso de Redução do Lixo Marinho: Continuidade das ações a realizar neste âmbito e participação ativa nas campanhas e nos eventos a realizar no âmbito da monitorização do lixo marinho e da sua recolha.

Conclusão do Estudo relativo à Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas (EMAAC) de Ílhavo e realização do Plano Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas em colaboração com a Universidade de Aveiro e o CEDRU.

Continuação das iniciativas inerentes aos Projetos “Eco-Escolas” e “Coastwatch Europe” o primeiro dos quais é o motor central de todo o desenvolvimento da Educação Ambiental Municipal, em estreita parceria com a Associação Bandeira Azul da Europa e visa premiar o esforço desenvolvido pelos Estabelecimentos de Ensino na melhoria do seu desempenho Ambiental e da Cidadania Ativa e o segundo, de âmbito europeu, que permite monitorizar os ecossistemas subjacentes às zonas costeiras e assim despertar o gosto pela observação e preservação da Natureza e do património natural do Município. Destaque no ano letivo 2016/2017 para o importante facto de termos acolhido em Ílhavo o Seminário Nacional Eco-Escolas e de sermos o primeiro Concelho no Portugal Continental onde nos inserimos a ter 100% dos Estabelecimentos de Ensino Público e Privado (IPSS) com o símbolo da Bandeira Verde do Programa Eco-Escolas.

Dinamização e continuação das Campanhas “Educação Ambiental Precisa-se” e “Um Aluno um Ecoponto” cujos objetivos passam pelo acompanhamento diário aos Estabelecimentos de Ensino, no que à dinamização das boas práticas ambientais e pelo envolvimento de todas as atividades e temáticas ambientais.

Comparticipação da Autarquia no Programa Anual de Vigilância e Segurança Balnear, em parceria com a Associação de Nadadores Salvadores, os Concessionários e a Administração do Porto de Aveiro, com a supervisão da Capitania do Porto de Aveiro.

Protocolos com os Agrupamentos de Escuteiros do Município no âmbito do apoio prestado a estas Associações, com vista à prossecução de todas as suas atividades e em especial todas as que vão no sentido da formação de uma maior consciência cívica e solidária, das crianças e jovens.

Acompanhamento, em colaboração com a Escola Básica Ferreira Pinto Basto, da Estação de Monitorização da Qualidade do Ar da responsabilidade da CCDR/C e das ações previstas desenvolver pela Administração do Porto de Aveiro na área envolvente aos seus terminais, incluindo o acompanhamento da Estação de Monitorização da Qualidade do Ar instalada na Escola Básica da Gafanha da Nazaré e a conclusão do estudo de monitoração da qualidade do ar desenvolvido no Centro Urbano de Ílhavo.

Destacar os parâmetros de qualidade ambiental no portal web do Município com especial relevância para a qualidade da água de abastecimento; produção de RSU e sua recolha seletiva; qualidade do ar e recolha dos novos resíduos.

Implementar e/ou aprofundar os estudos que nos permitam consolidar a Estrutura Ecológica Municipal na perspetiva de que esta possa ser suportada em espécies autóctones e/ou bem

adaptadas às características edafoclimáticas espetáveis, de forma a criar corredores verdes com vista à qualificação das linhas de água que atravessam o município.

4.5 SERVIÇOS CULTURAIS, RECREATIVOS E RELIGIOSOS

4.5.1 Cultura

Ílhavo é um Município com uma nobre e notável história e cultura, derivada, em grande medida, da sua tradição maruja, da omnipresença do mar e da ria, da sua abertura ao mundo, da sua capacidade de ultrapassar desafios e da sua quase autossuficiência, cuja consolidação tem ocorrido ao longo dos séculos, conforme demonstrado pelos resultados do projeto “Ílhavo – Terra Milenar”.

O “Projeto 23 Milhas – A Cultura do Dia-a-Dia”, projeto centrado no conteúdo cultural tem sido e vai continuar a ser um elemento de união, de qualificação, de afirmação e de referência nacional do Município de Ílhavo nas áreas da cultura e da criatividade.

Neste seguimento, pretendemos renovar o envolvimento de todos, honrando e valorizando o nosso passado e com os olhos postos no futuro, não esquecendo o valor das parcerias, da formação artística e do potencial da cultura e da criatividade para a economia local, criação de emprego e atração de visitantes.

Assim, propomo-nos desenvolver as seguintes ações:

Consolidar a aposta no modelo inovador do Projeto 23 Milhas, reforçando a programação complementar e em rede nos vários equipamentos;

Realizar eventos anuais de forte componente identitária, designadamente, Festival do Bacalhau, Rádio Faneca, Ilustração à Vista, Mar Film Festival, Rota das Padeiras e Festival de Música e dos Músicos de Ílhavo, sempre com a preocupação da inovação constante;

Reforçar e privilegiar o envolvimento comunitário nos eventos culturais e criativos;

Promover o encontro da oferta e procura de cultura e criatividade no Município de Ílhavo, melhorando, designadamente, as condições para o desenvolvimento de projetos colaborativos;

Apoiar iniciativas que visem o surgimento e a promoção de novos talentos e de talentos menos conhecidos, designadamente nas áreas da música, pintura, literatura e artesanato;

Apoiar o Carnaval de Vale de Ílhavo, assim como a atividade dos Cardadores, em parceria com a Associação “Os Baldas” e com a Associação “Os Cardadores de Ílhavo”;

Apoiar as residências artísticas de companhias nacionais e internacionais no Município, visando também a partilha do seu trabalho, com a comunidade e com as nossas companhias;

Dinamizar a atividade da Biblioteca Municipal de Ílhavo (BMI) aprofundando os seus múltiplos projetos destinados a todos os públicos

Apoiar as comemorações do Feriado Municipal e do 1.º de Maio e eventos populares como a Festa do Colono, as Marchas Sanjoaninas, entre outras;

Elaborar o Guia da Toponímia, a Carta Arqueológica e a Carta Gastronómica do Município, de forma gradual e sustentável;

Prosseguir e aprofundar o estudo do rico passado do nosso Município, através do projeto “Ílhavo Terra Milenar”, tendo como polos de dinamização o Centro de Documentação de Ílhavo e o CIEMar.

4.5.2 Desporto, Recreio e Lazer

A promoção de modos e práticas de vida saudável, desfrutando da generosidade da natureza, que nos emprestou uma harmoniosa conjugação de mar, ria e floresta, bem como uma topografia essencialmente plana constitui um precioso contributo para valorizar a qualidade de vida dos nossos Municípes.

Nesta matéria propomos, para o ano de 2018, o seguinte:

Dinamizar o “Programa de Promoção de Modos de Vida Saudável”, em articulação com as associações do Município, tendo especial atenção aos Jovens. Inclui realização das Semanas de Desporto e Promoção de Modos de Vida Saudável para toda a sociedade;

Continuar o esforço de dotar o Município com instalações desportivas condignas e de acordo com as reais necessidades e perspetivas de evolução das mesmas, privilegiando a requalificação de equipamentos existentes;

Construir a bancada no campo desportivo municipal do S. C. Vista Alegre;

Iniciar o projeto de requalificação do complexo desportivo do GD Gafanha;

Requalificar o Pavilhão Desportivo da Gafanha do Carmo;

Apoiar eventos desportivos e lúdicos vários, associados à promoção de vida saudável, como a “Rota do Bacalhau” entre outros;

Apoiar as atividades promovidas pelas Associações Desportivas do Município, no âmbito da formação e da competição, através dos Acordos de Cooperação e Contratos Programa de Desenvolvimento Desportivo;

Apoiar a articulação entre a oferta do Desporto Escolar dos Agrupamentos com as modalidades desenvolvidas pelas nossas Associações;

Ao longo do ano a área do Desporto irá ainda colaborar com outras áreas de atuação/intervenção, na organização de eventos e provas diversas, nomeadamente com a Educação, Juventude e apoio ao Movimento Associativo do Município entre outros;

Realizar a 5.ª Corrida Popular da Costa Nova, a II Minimaratona de Ílhavo, a XI Travessia da Ria a Nado, entre outras atividades.

4.5.3 Outras Atividades Cívicas e Religiosas

4.5.3.1 JUVENTUDE E TEMPOS LIVRES

Segundo dados dos últimos Censos (2011), dos 38.598 habitantes do Município de Ílhavo, 10.217 são crianças e jovens com idades compreendidas entre os 0 e os 24 anos, o que corresponde a 26,5% do total da população. Neste contexto pretende-se criar condições para mobilizar os jovens na participação na vida do Município, nas suas mais diversas vertentes.

Os jovens tornam o Município mais dinâmico e competitivo, daí a necessidade de envolvimento dos mesmos de forma ativa nas atividades promovidas pelo Município. Nesse sentido, pretendemos desenvolver atividades e eventos que vão ao encontro dos gostos e interesses dos jovens, de forma a cativar a atenção dos mesmos.

Uma componente substancial das ações que nos propomos a desenvolver para a juventude, estão incluídas, embora de forma não tão direta, em múltiplas seções das Grandes Opções do Plano.

Assim, e de forma complementar, indicamos as seguintes ações:

Criar e dinamizar o Conselho Municipal da Juventude;

Reforçar o Programa Regular de Dinamização e Animação dos Fóruns Municipais da Juventude, sempre com a preocupação da inovação constante, e consolidar o seu trabalho enquanto principal espaço de interação e de apoio qualificado à juventude no Município. Inclui apoio no estabelecimento de “pontes” para desenvolvimento de projetos concretos, com outras entidades no Município de Ílhavo;

Apoiar eventos e atividades várias promovidos na área da ciência e tecnologia para a juventude;

Apoiar o surgimento de novas Associações ligadas à juventude no Município de Ílhavo;

Reforço do Programa Municipal de Ocupação dos Tempos Livres – PMOTL2018, alargando à participação de mais jovens e novos projetos;

Manutenção do Programa Vocação; Programa Municipal de Bolsas de Estágio de Trabalho; Formação - realização dos cursos de informática nos nossos Espaços Internet;

Apostar na iniciativa Assembleia Municipal Jovem para estudantes do 9.º ano;

Dinamizar o Concurso Literário Jovem destinado a todos os níveis ensino do Município do 1º ao 12º; Oficinas Criativas, Workshops Gratuitos e Conversas com Gente Nova sobre diferentes temáticas.

Face ao sucesso alcançado e consolidado desde o seu lançamento, manteremos a aposta nas seguintes iniciativas: Marolas Ílhavo 2017, Grande Pedalada, Corrida Mais Louca da Ria, entre outras.

Os domínios da empregabilidade, do apoio na formação, na procura do primeiro ou de novo emprego, têm constituído uma aposta forte do Município de Ílhavo, que se concretiza com ações regulares que passam pelas sessões de procura de emprego, lançamento de ofertas de trabalho, inscrição no próprio serviço, espaço de apoio diverso ao desempregado (no qual se sublinha a dinamização do Grupo de Entreatajuda à Procura de Emprego – GEPE), Feira do Emprego, entre outros, assumindo-se ainda como um espaço de formação diversa.

4.5.3.2 OUTRAS ATIVIDADES

Durante o ano de 2018 manteremos o acompanhamento da gestão das “Capelas Mortuárias” cedidas às Juntas de Freguesia da Gafanha de Nazaré, Gafanha da Encarnação e Gafanha do Carmo.

5 FUNÇÕES ECONÓMICAS

5.1 ESTRUTURAS DE APOIO À ATIVIDADE DOS PESCADORES

Apoiaremos os nossos investidores nas suas justas reivindicações junto do Governo da Nação no que concerne essencialmente à revisão da área máxima de construção admissível associada à instalação de apoios e infraestruturas para acondicionamento de material e serviços afetos às explorações aquícolas e ao desenvolvimento de uma política de simplificação do quadro jurídico no que concerne, em especial, à simplificação dos procedimentos relativos à emissão de licenças de utilização para o desenvolvimento das suas atividades.

Acompanharemos no âmbito da Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro (CIRA), e da Associação “Fórum Mar Centro” entidade gestora do “Cluster do Mar”, a preparação e aplicação da DLBC Costeira (Desenvolvimento Local de base Comunitária), reforçando por um lado o trabalho desenvolvido até ao momento junto das Comunidades Piscatórias, e por outro a promoção do território e dos produtos da Ria de Aveiro assim como as atividades económicas ligadas ao Mar, à qualificação e valorização da Ria de Aveiro e ao apoio às suas importantes atividades tradicionais como a pesca, em ligação direta com o desenvolvimento turístico no Município.

Continuar a desenvolver ações para a construção do Cais de Abrigo da Gafanha da Nazaré (a norte da EPA).

Proceder à requalificação e restauro das instalações terrestres, nomeadamente armazéns dos apetrechos de pesca no Cais da Gafanha da Encarnação, já com apoio Comunitário aprovado.

5.2 ESTABELECIMENTOS INDUSTRIAIS LIGADOS AO ABASTECIMENTO

O Município de Ílhavo apresenta hoje uma economia moderna e diversificada com níveis relevantes de sustentabilidade e de inovação, apresentando uma qualidade de especialização e de tecnologia, num número já considerável de casos, de referência nacional e internacional. Não obstante a maturidade e qualidade das nossas empresas, entendemos que, também ao nível da economia, compete ao Município de Ílhavo desempenhar um papel ativo e estruturante.

Naturalmente, apostaremos também nas áreas de acolhimento e inovação empresarial para a localização de novas empresas, e pretendemos desenvolver uma política pró-ativa e dedicada para a captação de investimento e emprego qualificado para o nosso Município.

Assim, propomo-nos desenvolver as ações que a seguir se apresentam:

Construir e dinamizar a Área de Acolhimento Empresarial e de Inovação da Gafanha de Aquém, com financiamento já aprovado pelo Centro2020;

Requalificar gradualmente a Zona Industrial da Mota e expandi-la em 30 hectares. Inclui, em primeiro lugar, a aquisição de terrenos para permuta com o ICNF e, em segundo lugar, a construção das infraestruturas;

Apostar no desenvolvimento e qualificação da Zona Industrial das Ervosas com a construção da ligação ao acesso da A17, iniciando o processo de negociação dos terrenos para aquisição, dado que o projeto se encontra finalizado;

Promover ações de sensibilização e de discussão do impacte e desenvolvimento da Indústria 4.0 Digitalização da Economia no Município de Ílhavo, visando a adoção destas tecnologias pelas nossas empresas, bem como a fixação de empresas produtoras de tecnologias e sistemas inovadores para esta área;

Reforçar o apoio ao empreendedorismo no Município através da nossa Incubadora de Empresas;

Cooperar no aprofundamento da Rede de Incubadoras da Região de Aveiro (Rede IERA);

Concretizar protocolos de colaboração, designadamente com a Universidade de Aveiro e com o Parque de Ciência e Inovação, para apoio especializado às startups da Incubadora de Empresas do Município de Ílhavo;

Ser uma referência ao nível da Responsabilidade Social Científica, consolidando competências internas para estabelecer pontes e apoiar, nas fases iniciais, as relações entre as empresas e instituições sedeadas no Município com as entidades do sistema científico e tecnológico.

Continuar a estimular a parceria com o “Laboratório de Ciência Oceanográfica – ECOMARE”, liderada pela Universidade de Aveiro, localizado junto ao Jardim Oudinot, sendo a Câmara Municipal, no futuro próximo, responsável pelo controlo e gestão das visitas em parceria e em rede com o Museu Marítimo de Ílhavo e Museu da Vista Alegre.

5.3 TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

5.3.1 Rede Viária e Sinalização

O elevado número de projetos já aprovados no âmbito dos fundos comunitários (que terão a sua execução plena durante os próximos anos) e o maior equilíbrio financeiro do Município alcançado através do excelente trabalho realizado nos últimos quatro anos, permitem antever as melhores perspectivas de continuarmos num caminho, com a certeza da melhoria da qualidade de vida, da sustentabilidade ambiental, da inclusão social, da atratividade económica e geração de emprego, acelerando a atração e a fixação de pessoas e famílias no nosso Município, sendo a qualidade da rede viária e melhores acessos, um fator fundamental para esse desiderato.

Assim, propomo-nos desenvolver as ações que a seguir se apresentam:

Dar início ao estudo prévio da Via de Cintura Nascente a Ílhavo que ligará a Via da Obra da Criança à Vista Alegre;

Projetar o novo acesso viário à Obra Casa da Criança;

Projetar a abertura de novos arruamentos em áreas urbanas do Município, onde tal se justifique, com realce, entre outros, para a ligação à Rua da Escola da Coutada e à Rua Dinis Gomes;

Requalificar e pavimentar arruamentos secundários, travessas e becos, após as obras de saneamento na Gafanha da Nazaré;

Estabelecer e implementar um plano de repavimentação dos arruamentos do Município e de melhorias de sinalização horizontal, onde tal se justifique e dando preferência a ruas com infraestruturas já existentes;

Ultrapassado o longo e difícil processo de aprovação e tramitação do Relevante Interesse Público (RIP) da obra de Alteração Viária da Rotunda de Barra, concluiremos em meados de 2018 esta importante e significativa empreitada, propiciando desta forma melhores condições de segurança e fluidez de tráfego a todos os utilizadores.

Continuar a desenvolver um trabalho de sinalização vertical e horizontal dos arruamentos do Município com reforço nos locais mais críticos em especial em zonas de maior tráfego pedonal, sobretudo crianças, implementando, sempre que necessário, zonas de acalmia de tráfego;

Executar e continuar a implementar o Plano de Circulação e trânsito do Município, incluindo a verificação e análise de situações anteriormente implementadas e que carecem de eventual retificação.

5.3.2 Transportes (Mobilidade)

O direito à mobilidade deve ser encarado como um direito essencial de uma cidadania inclusiva, moderna e qualificada. Cada vez mais presente nas políticas da União Europeia, a mobilidade sustentável visa promover as deslocações com segurança e conforto, em tempo e custos aceitáveis, com maior eficiência energética e menores impactos ambientais.

Assim, e tendo em consideração estes pressupostos, está definido um conjunto de ações para o ano de 2018, nomeadamente:

Continuar a apostar no serviço de transporte público “Ílhavoln” para servir áreas do Município de Ílhavo não cobertas por transportes públicos. Contudo deve ser feito um balanço desta medida, tendo como objetivo eventuais ajustamentos no futuro próximo;

Estudar a implementação de transportes públicos regulares de e para as Zonas Industriais do Município a partir das várias freguesias do concelho;

Procurar dotar os circuitos de transporte público de paragens mais dignas, cómodas, acessíveis a todos e com informação adequada;

Trabalhar em estreita cooperação com a Autoridade Regional de Transportes (CI Região de Aveiro) no âmbito da emissão e controle de licenças de operadores de transporte público, designadamente, para a garantia de horários adequados e qualidade de serviço no Município de Ílhavo.

5.4 COMÉRCIO E TURISMO

5.4.1 Mercados e Feiras

Manter a boa gestão dos Mercados e Feiras, contribuindo para a atração de público e comerciantes, assim como para o equilíbrio orçamental e na qual se inclui, à semelhança do que tem vindo a ser feito, a sua melhor divulgação e manutenção da qualidade do funcionamento em especial nos Mercados da Barra, Costa Nova e Feira dos 13.

Manter a boa gestão da Venda Ambulante na área do Município, em especial nas zonas balneares, promovendo o melhor ajustamento e adaptação às exigências relacionadas essencialmente com o denominado “Licenciamento Zero”.

Manter o acompanhamento da gestão do “Edifício das Farturas” da Costa Nova e dos restantes Mercados do Município, sendo que, os de Ílhavo e da Gafanha da Nazaré, continuarão a desenvolver-se em parceria com as Juntas de Freguesia de São Salvador e da Gafanha da Nazaré.

5.4.2 Turismo

O Município de Ílhavo goza de um imenso potencial turístico, suportado num território de beleza extraordinária, em que o seu património natural, imaterial e construído é marcante para todos os que nos visitam e que nos conhecem de uma ou de outra forma, através deste ou daquele meio.

Notoriamente, e ao longo dos últimos anos, temos conseguido realizar um trabalho com impactes extremamente positivos para o turismo no Município de Ílhavo, sendo que para tal muito tem contribuído a canalização de recursos financeiros, materiais e humanos com escala e dimensão relevantes.

Entendemos também que o desenvolvimento turístico, e em especial o desenvolvimento do Turismo de Futuro que pretendemos, é também feito com o contributo atento, dedicado e qualificado, da restauração, da hotelaria e dos operadores turísticos com atuação no Município, a que acrescem, naturalmente, os nossos clubes e associações. Todos em conjunto temos conseguido ser atores principais na geração, atração e qualificação do nosso turismo.

Desenvolver o Turismo Náutico como estratégia diferenciadora a ser prosseguida pelo Município, envolvendo, designadamente, o Fórum Náutico, a APA, SA, a Docapesca e a Turismo Centro de Portugal e que se prevê que possa também vir a induzir, em paralelo, o desenvolvimento e a implementação da “Estação Náutica do Município de Ílhavo”;

Inventariar e promover o turismo e o património associado à arqueologia subaquática do Município;

Manter os melhores padrões de qualidade para a Bandeira Azul nas praias da Barra e da Costa Nova;

Consolidar a aposta no programa “Marolas” para a divulgação e animação das praias, sempre com a preocupação da sua inovação constante;

Manter uma grande aposta nos eventos anuais de forte componente identitária e potencial turístico;

Estudar a criação de infraestruturas básicas de apoio ambiental e de estacionamento para as autocaravanas em diferentes locais do Município, em especial nas Praias da Barra e Costa Nova;

Estudar soluções de mobilidade, assentes em transportes públicos para a ligação entre as praias, hotéis e os centros urbanos, designadamente na época balnear, servindo o Museu Marítimo e o Museu da Vista Alegre.

Aprofundar a dimensão e o carácter de “Referência Nacional e Internacional” do Museu Marítimo de Ílhavo, com investimentos para a sua continua diferenciação de forma sustentável e captação de novos e diversos públicos;

Apoiar a qualificação e regeneração urbana do Bairro Operário da Vista Alegre, conforme protocolo existente com a Vista Alegre | Atlantis;

Organizar o Festival do Bacalhau em parceria com a Confraria Gastronómica do Bacalhau, o Festival do Marisco em parceria com o Illiabum Clube, o Festival da Sardinha em parceria com a Associação de Pesca Artesanal da Região de Aveiro (APARA) e a Rota das Padeiras, em parceria com a ACR Os Baldas;

Criar a Rota do Bacalhau e realizar anualmente o Festival de Gastronomia de Bordo, em articulação com os nossos restaurantes e antigos cozinheiros dos navios bacalhoeiros;

Continuar a apoiar a realização anual da Miss Ativo Cup;

Concretizar o projeto “Município de Ílhavo – Destino Turístico Inteligente”, para apoio aos turistas e visitantes na obtenção de informação para melhor conhecimento do Município, reserva de serviços e organização das deslocações (antes, durante e após). Prevê a participação das empresas, associações náuticas e operadores turísticos com atividade no Município de Ílhavo;

Implementar redes wi-fi de acesso gratuito nos espaços culturais e museológicos e áreas públicas de maior afluência turística do Município de Ílhavo;

Continuar o trabalho de excelência na promoção turística do Município de Ílhavo, especialmente junto dos meios de comunicação social de grande audiência e visibilidade, designadamente, junto de televisões, da imprensa escrita e, progressivamente, das redes sociais;

Aprofundar a ligação com a Turismo Centro de Portugal.

6 OUTRAS FUNÇÕES

6.1 JUNTAS DE FREGUESIA

No próximo ano de 2018, será dada continuidade às parcerias com as Juntas de Freguesia, negociando e concretizando os objetivos dos “Acordos Interadministrativos” (dando preferência a obras a realizar pelas Juntas), de forma a mantermos uma forte cooperação instituída em várias áreas, que no nosso ponto de vista, é a melhor solução para os problemas dos Municípios e dá seguimento ao cumprimento da nova Lei do Regime Jurídico das Autarquias Locais, Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

7 ANÁLISE ORÇAMENTAL E FINANCEIRA

A elaboração do orçamento para 2018 é sustentada nas regras orçamentais determinadas pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais.

Refira-se que, apesar da aprovação do Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, que prevê a implementação do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas

(SNC-AP), e que revoga, entre outros diplomas, o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), a atual proposta de orçamento para 2018 é ainda alicerçada no POCAL, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, de acordo com as indicações da Direção Geral das Autarquias Locais (DGAL), considerando que é esse o referencial contabilístico que ainda se encontra em vigor. A partir de 1 de janeiro de 2018 haverá um ajustamento em sede de execução para os modelos de relato previstos no SNC-AP.

Em 2018, as propostas de orçamentos dos municípios continuam a ter que ter presente o assente na Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto, que aprova o regime jurídico da recuperação financeira municipal regulamentando o Fundo de Apoio Municipal (FAM) e que estipula o capital social do fundo e a contribuição do conjunto dos municípios em 50%, ficando a cargo do Estado o valor remanescente.

O rigor e transparência na gestão e a correta e cuidada aplicação do erário público constituem os princípios fundamentais da política orçamental do Município de Ílhavo. Neste ciclo político, o desenvolvimento social, económico e cultural constitui a orientação principal do orçamento municipal, asseverando o controlo da dívida global e a seletividade da despesa municipal.

Por outro lado, a conjuntura económica e política do país tem irrefutáveis consequências na administração e gestão autárquica. Essas consequências tornam-se ainda mais evidentes se considerarmos que, embora as autarquias locais retenham autonomia administrativa, financeira e política para regulamentarem e gerirem, nos termos da lei, sob sua responsabilidade e que visa a prossecução de interesses próprios das populações, persistem ainda regras e procedimentos que limitam a autonomia real do poder local, nomeadamente, na gestão dos fundos comunitários que, provavelmente, teriam evitado os atrasos verificados na execução do Portugal 2020.

Contudo, mantemos de forma revigorada, a determinação e a responsabilidade da gestão da Câmara Municipal, ambiciosa no aproveitamento das oportunidades existentes, atenta na gestão das dificuldades presentes, ativa e solidária na concretização do importante ciclo de investimentos da Câmara que continuamos a executar.

Importa realçar que se encontram estrategicamente definidos inúmeros projetos no Plano Plurianual de Investimentos e no Plano de Atividades Municipais, com o objetivo de potenciar a sua inclusão no quadro comunitário de apoio, Portugal 2020, alguns dos quais no âmbito da parceria existente com Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro (CIRA).

Deixamos uma nota para o valor previsto da receita relativa a fundos comunitários (6,3M€), que julgamos conseguir o seu recebimento, em 2018, e que corresponde a valores relacionados com o financiamento de empreitadas que agora se concluíram, ainda os 5% finais de obras, bem como em regime de overbooking, nomeadamente a Via de Acesso ao PCI, ou ainda o acesso a novos fundos no âmbito do quadro comunitário já referido.

Neste capítulo, é importante realçar a sustentação financeira das Grandes Opções do Plano e do Orçamento 2018, de forma a podermos verificar da responsabilidade das soluções adotadas,

contribuindo desta forma para a garantia da sustentabilidade financeira, presente e futura, da Câmara Municipal.

As Grandes Opções do Plano 2018, documento que cumpre quer as regras da boa gestão quer as condicionantes impostas pela Lei das Finanças Locais ou ainda a Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, (sem prejuízo da previsível suspensão de aplicação aos Municípios cuja dívida total não ultrapasse 1,5 da média da receita corrente dos últimos três anos, como é o caso do Município de Ílhavo) e na senda de anos anteriores, continua a assumir um nível de investimento Municipal elevado, com um valor já definido de 13.636.350 euros, a que acrescerá um montante previsto na ordem de 1.000.000 euros o qual será adicionado aquando da integração do saldo de gerência.

Este valor, constante das Grandes Opções do Plano para 2018 apresenta um aumento em cerca de 9% se o compararmos com os valores iniciais previstos para 2017, com o valor de 12.515.100 euros, o que demonstra a capacidade deste executivo potenciar o investimento municipal e na valorização da imagem dos produtos e serviços regionais, consolidando o reconhecimento do concelho no panorama nacional, tendo sempre em consideração a necessidade de só se poder assumir encargos desde que haja capacidade para os pagar num prazo relativamente curto, inferior a 90 dias.

O montante global do Orçamento da Câmara Municipal de Ílhavo (CMI) para 2018 (investimento + despesas de funcionamento), assume o valor de 29.200.000 euros. Se comparado com o ano de 2017 verifica-se um aumento aproximado de 10%, onde o valor análogo foi de 26.500.000 euros, ambos sem saldo de gerência.

Importa, contudo, dar conta que a vertente orçamental aqui em análise integra a componente de dívida que transita de um ano para o outro e onera parte do orçamento do novo ano. Apesar de a dívida prevista a transitar para 2018, poder ser ligeiramente superior, aquela que se previu transitar de 2016 para 2017, a percentagem acima referida, não deixa de confirmar um nível de investimento que queremos que continue ambicioso.

A opção que foi assumida com esta nova dimensão financeira, leva a um aumento face aos valores assumidos em 2017, de 8,96% das GOP/inicial e de um aumento de 10,19% do Orçamento/inicial.

A gestão das despesas de funcionamento vai continuar a ser feita com contenção e rigor, implementada em contexto de conjuntura económica adversa, ainda com bastantes incertezas. Desta forma, a perceção das condicionantes externas assume importante relevo na elaboração dos documentos previsionais. Todavia, e fruto dessa contenção e rigorosa gestão tem sido possível pautar a sua atuação pela prestação consistente e regular de apoios financeiros, nomeadamente às Associações municipais, às Juntas de Freguesia, aos Bombeiros, entre outras, assente em critérios de equidade e transparência.

Igualmente se destaca o forte apoio aos mais desfavorecidos, através da alocação ao Fundo de Apoio às Famílias e Indivíduos Carenciados (FMAFIC), com valores previstos de mais de 120 mil euros/ano, que de entre outras iniciativas, contribuiu para a distinção, pelo segundo ano consecutivo, como “Autarquia Familiarmente Responsável”.

Igualmente, é possível, manter a redução da taxa de IMI, decidida no ano anterior, no sentido de desonerar os orçamentos familiares associado à minoração em função do número de filhos dos agregados familiares.

O valor previsto para as despesas de funcionamento é de 15.563.650 euros, tendo sido 13.984.900 euros em 2017, isto é, um valor superior (11%), destacando-se o comportamento das seguintes rubricas: Despesas de pessoal de 5.967.950 euros contra 5.665.200 euros de 2017, bem como a rubrica de Passivos Financeiros com 3.305.000 euros, superior em cerca de 1M€ quando comparado com 2017, a que corresponde o valor de empréstimo bancário de curto prazo que pretendemos contrair para permitir um ritmo de pagamento equilibrado ao longo do ano de 2018.

A diminuição das aquisições de bens e serviços com 9.992.050 euros contra os previstos 10.118.650 euros de 2017, demonstram a manutenção dos serviços prestados, e que contemplam, entre outros, os contratos de fornecimentos e/ou serviços de execução contínua. Em contrapartida, regista-se um aumento no valor das aquisições de bens de capital passando de 5.639.900 euros em 2017 para 7.212.850 euros em 2018, embora estes valores estejam sujeitos ao longo de 2018 à natural dinâmica orçamental.

A despesa de funcionamento é de apenas 53,30% do valor total do Orçamento, valor indicativo da continuada boa gestão ao nível da contenção dessas despesas e da elevada capacidade de manter um bom nível de investimento. Aliás, um valor bastante aproximado ao verificado em 2017 (52,77%) por força da manutenção do investimento, e no valor do Orçamento não está ainda considerado o saldo de gerência, o qual só será incorporado aquando da aprovação da Prestação de Contas de 2017 e afeto, na sua maioria, a investimento municipal, prevendo-se um montante de 1M€.

Sem prejuízo do princípio do equilíbrio orçamental consagrado no POCAL, que é cumprido, o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, publicado através da Lei no 73/2013, de 3 de setembro, no seu artigo 40.º, determina ainda que as receitas correntes devem ser pelo menos iguais às despesas correntes, acrescidas das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo. A presente proposta de orçamento cumpre esta regra apresentando para 2018 uma previsão de excedente de 2,26M€ euros, tal como se demonstra no quadro infra:

Descrição	Valor
(1) Receita corrente bruta prevista	21.089.397,00 €
(2) Despesa corrente prevista	16.962.550,00 €
(3) = (1) – (2) Saldo Corrente	4.126.847,00 €
(4) Amortização média dos EMLP	1.866.156,66 €
(5) = (3) – (4) Excedente anual	2.260.690,34 €

A discriminação das despesas e das receitas pode ser verificada nos mapas do Orçamento e das Grandes Opções do Plano (Plano Plurianual de Investimentos + Plano de Atividades Municipal).

Financiamento das Grandes Opções do Plano (resumo):

Dotação total do Plano	14.636.350 euros
Encargos de funcionamento	15.563.650 euros
Receitas orçamentadas	29.200.000 euros

8 ANEXOS

OBJETIVO	CÓDIGO DA CLASSIFIC. ECONÔMICA	CÓDIGO/ANO/TIPO/NUM. DO PROJ. AÇÃO	DESCRIÇÃO	FORMA DE REALIZAÇÃO	PONTE DE FINANCIAMENTO			RESPON SÁVEL	DATAS		REALIZADO		DESPESAS DE INVESTIMENTO (PREVISÃO)						TOTAL PREVISTO		
					AC	AA	FC		EX	INICIO	FIM	ANO EM CURSO (FINANCIAMENTO)		ANOS SEGUINTE							
												PAGAM. ATÉ 1-OUT-2017	PAGAM. PREV DE OUT-DEZ	TOTAL	DEFINIDO	NÃO DEFINIDO	2019	2020		2021	OUTROS
A TRANSPORTAR ...											256.282,79	3.759,89	2.605.400,00	2.585.400,00	4.100.000,00	2.544.000,00	925.000,00		10.434.442,68		
1.1.1.4.	0102/020220	0209	2018	1	8									10.000,00							
1.1.1.4.	0102/07010413	0209	2018	1	8									10.000,00							
1.1.1.4.		03	2018											50.000,00	50.000,00	130.000,00	180.000,00		360.000,00		
1.1.1.4.	0102/04050108	0301	2018	A	7				2018/01/01	2020/12/31				20.000,00	20.000,00	5.000,00	5.000,00		30.000,00		
1.1.1.4.		0302	2018	1	9									20.000,00		50.000,00	50.000,00		120.000,00		
1.1.1.4.	0102/020220	0302	2018	1	9											10.000,00					
1.1.1.4.	0102/070107	0302	2018	1	9											10.000,00					
1.1.1.4.		0303	2018	1	10									10.000,00		75.000,00	125.000,00		210.000,00		
1.1.1.4.	0102/020220	0303	2018	1	10											5.000,00					
1.1.1.4.	0102/070110	0303	2018	1	10											5.000,00					
1.1.1.4.		04	2018											108.500,00	108.500,00	95.000,00	95.000,00		298.500,00		
1.1.1.4.		0401	2018	A	8				2017/03/01	2020/12/31				51.000,00		30.000,00	30.000,00		111.000,00		
1.1.1.4.	0102/020221	0401	2018	A	8											1.000,00					
1.1.1.4.	0102/020208	0401	2018	A	8											5.000,00					
1.1.1.4.	0102/020220	0401	2018	A	8											20.000,00					
1.1.1.4.	0102/04050108	0401	2018	A	8											25.000,00					
1.1.1.4.		0402	2018	A	9				2017/03/01	2020/12/31				57.500,00		65.000,00	65.000,00		187.500,00		
1.1.1.4.	0102/020221	0402	2018	A	9											5.000,00					
1.1.1.4.	0102/020208	0402	2018	A	9											2.500,00					
1.1.1.4.	0102/020220	0402	2018	A	9											50.000,00					
1.1.1.4.		05	2018											35.000,00	35.000,00	100.000,00	220.000,00		355.000,00		
1.1.1.4.		0501	2018	A	10				2017/09/01	2020/12/31				35.000,00		100.000,00	220.000,00		355.000,00		
1.1.1.4.	0102/020221	0501	2018	A	10											1.000,00					
1.1.1.4.	0102/020220	0501	2018	A	10											14.000,00					
1.1.1.4.	0102/07010307	0501	2018	A	10											20.000,00					
1.2.														36.057,86	178.500,00	178.500,00			214.557,86		
1.2.1.														36.057,86	178.500,00	178.500,00			214.557,86		
1.2.1.		03	2002											1.000,00	1.000,00				1.000,00		
1.2.1.		0301	2002	A	88				2018/01/01	2018/12/31				1.000,00					1.000,00		
1.2.1.	0102/020220	0301	2002	A	88											500,00					
1.2.1.	0102/020225	0301	2002	A	88											500,00					
1.2.1.		01	2008	A	1				2018/01/01	2018/12/31				1.500,00					1.500,00		
1.2.1.	0102/020221	01	2008	A	1											1.000,00					
1.2.1.	0102/020225	01	2008	A	1											500,00					
1.2.1.		01	2009											36.057,86	166.000,00	166.000,00			202.057,86		
1.2.1.	0102/080701	0101	2009	A	5				2018/01/01	2018/12/31				100.000,00	100.000,00				100.000,00		
1.2.1.	0102/020212	0102	2009	A	6				2018/01/01	2018/12/31				19.457,86	30.000,00	30.000,00			49.457,86		
1.2.1.	0102/080701	0103	2009	A	7				2018/01/01	2018/12/31				16.600,00	35.000,00	35.000,00			51.600,00		
A TRANSPORTAR ...											292.340,65	3.759,89	2.966.400,00	2.966.400,00	4.425.000,00	3.039.000,00	925.000,00		11.651.500,54		

OBJETIVO	CÓDIGO DA CLASSIFIC. ECONÓMICA	CÓDIGO/ANO/TIPO/NUM. DO PROJ. ACÇÃO	DESCRIÇÃO	FORMA DE REALIZAÇÃO	FONTE DE FINANCIAMENTO			RESPON SÁVEL	DATAS		REALIZADO		DESPESAS DE INVESTIMENTO (PREVISÃO)						TOTAL PREVISTO				
					AC	AA	FC		EX	INÍCIO	FIM	PAGAM. ATÉ 1-OUT-2017	PAGAM. PREV DE OUT-DEZ	ANO EM CURSO (FINANCIAMENTO)			ANOS SEQUENTES						
														TOTAL	DEFINIDO	NÃO DEFINIDO	2019	2020		2021	OUTROS		
A TRANSPORTAR ...												13.882.268,31	881.415,67	14.313.850,00	13.313.850,00	1.000.000,00	11.358.500,00	7.879.000,00	4.805.000,00				53.120.033,98
3.4.2.	0102/07010307	01	2011	E	2	QUALIFICAÇÃO DOS ACESSOS / PASSADIÇOS DA BARRA E COSTA NOVA	EMPREITADA	100.0		DOUA	2018/01/01	2018/12/31	150.611,71		17.000,00	17.000,00						167.611,71	
3.4.2.	0102/07010413	01	2014	E	8	MANUTENÇÃO DA DOCA DO JARDIM OUDINOT	ADM. DIR.			DOUA	2018/01/01	2018/12/31			5.000,00	5.000,00						5.000,00	
3.4.2.	0102/07010307	01	2015	E	13	PROJETO DA LOJA DE TURISMO DA COSTA NOVA	EMPREITADA	100.0		DOUA	2018/01/01	2018/12/31			500,00	500,00						500,00	
4.						OUTRAS FUNÇÕES							218.112,00		300.000,00	300.000,00						518.112,00	
4.2.						TRANSFERÊNCIAS ENTRE ADMINISTRAÇÕES							218.112,00		300.000,00	300.000,00						518.112,00	
4.2.1.						JUNTAS DE FREGUESIA							218.112,00		300.000,00	300.000,00						518.112,00	
4.2.1.1.						PROTÓCOLOS							218.112,00		300.000,00	300.000,00						518.112,00	
4.2.1.1.		01	2002			Protocolos							218.112,00		300.000,00	300.000,00						518.112,00	
4.2.1.1.	0102/08050102	0101	2002	B	75	CÂMARA MUNICIPAL DE ILHAVO/JUNTAS DE FREGUESIA	OUTRA	100.0		OA	2018/01/01	2018/12/31	218.112,00		300.000,00	300.000,00						518.112,00	
TOTAL GERAL ...												14.250.392,02	881.415,67	14.636.350,00	13.636.350,00	1.000.000,00	11.358.500,00	7.879.000,00	4.805.000,00				53.811.257,69

FASES DE EXECUÇÃO

- 0 - NÃO INICIADA
- 1 - COM PROJECTO TÉCNICO
- 2 - ADJUDICADA
- 3 - EXECUÇÃO FÍSICA ATÉ 50%
- 4 - EXECUÇÃO FÍSICA SUPERIOR A 50%
- 5 - DESPESA CONTÍNUA
- 9 - CONCLUÍDA
- P -

ORGÃO EXECUTIVO

Em ___ de _____ de ____

ORGÃO DELIBERATIVO

Em ___ de _____ de ____

MUNICÍPIO DE ÍLHAVO

OBJETIVO	CÓDIGO DA CLASSIFIC. ECONÓMICA	CÓDIGO/ANO/TIPO/NUM. DO PROJ. AÇÃO	DESCRIÇÃO	FORMA DE REALIZAÇÃO	PONTE DE FINANCIAMENTO			RESPON. SÁVEL	DATAS		EX	REALIZADO		DESPESAS DE INVESTIMENTO (PREVISÃO)						TOTAL PREVISTO	
					AC	AA	FC		INICIO	FIM		PAGAM. ATÉ 1-OUT-2017	PAGAM. PREV DE OUT-DEZ	ANO EM CURSO (FINANCIAMENTO)			ANOS SEGUINTES				
														TOTAL	DEFINIDO	NÃO DEFINIDO	2019	2020	2021		OUTROS
					a TRANSPORTAR ...											217.037,49	3.759,89	650.350,00	650.350,00		
1.1.1.4.	0102/07010401	010108	2017	118	REQUALIFICAÇÃO DO BAIRRO DOS PESCADORES	EMPREITADA	15.0	85.0	DOUA	2018/01/01	2020/12/31		1.000,00	1.000,00		300.000,00	200.000,00		501.000,00		
1.1.1.4.	0102/07010401	010109	2017	119	REQUALIFICAÇÃO ACESSOS E ZONA VERDE JUNTO AO CIEmar	EMPREITADA	15.0	85.0	DOUA	2018/01/01	2020/12/31		1.000,00	1.000,00		200.000,00	100.000,00		301.000,00		
1.1.1.4.	0102/07010401	010110	2017	110	REQUALIFICAÇÃO DO PARQUE DA MALHADA	EMPREITADA	15.0	85.0	DOUA	2018/01/01	2021/12/31		1.000,00	1.000,00		1.000,00	200.000,00	600.000,00	802.000,00		
1.1.1.4.	0102	2017			PAIS - PLANO DE AÇÃO PARA A MOBILIDADE URBANA SUSTENTAVEL								315.000,00	315.000,00		624.000,00	215.000,00		1.154.000,00		
1.1.1.4.	010201	2017	111		PASSAGEM SUP 4 (AL5) - RUA AFONSO DE ALBUQUERQUE - AV. JOSÉ ESTEVÃO	EMPREITADA	15.0	85.0	DOUA	2018/01/01	2019/12/31					110.000,00			110.000,00		
1.1.1.4.	010202	2017	112		AVENIDA DOS BACALHOEiros (NÓ) - ENTRADA DA PONTE DA BARRA	EMPREITADA	15.0	85.0	DOUA	2018/01/01	2019/12/31					100.000,00			100.000,00		
1.1.1.4.	010203	2017	113		ZONA INDUSTRIAL DA MOTA - PORTO DE AVEIRO (PERCURSO 11)	EMPREITADA	15.0	85.0	DOUA	2018/01/01	2019/12/31					85.000,00			85.000,00		
1.1.1.4.	0102/07010401	010204	2017	114	AVENIDA MARGINAL - PORTO DE AVEIRO - FERRV/ENTRADA DA PONTE DA BARRA	EMPREITADA	15.0	85.0	DOUA	2018/01/01	2019/12/31		315.000,00	315.000,00		50.000,00			365.000,00		
1.1.1.4.	010205	2017	115		ZONA INDUSTRIAL DA MOTA - LARGO DA BROWA	EMPREITADA	15.0	85.0	DOUA	2018/01/01	2020/12/31					1.000,00	50.000,00		51.000,00		
1.1.1.4.	010206	2017	116		CENTRO DE ÍLHAVO - ZONA INDUSTRIAL DA MOTA	EMPREITADA	15.0	85.0	DOUA	2018/01/01	2020/12/31					1.000,00	50.000,00		51.000,00		
1.1.1.4.	010207	2017	117		CENTRO DE ÍLHAVO - AVENIDA DOS BACALHOEiros (NÓ)	EMPREITADA	15.0	85.0	DOUA	2018/01/01	2019/12/31					90.000,00			90.000,00		
1.1.1.4.	010208	2017	118		CENTRO DE ÍLHAVO - ESCOLA SECUNDÁRIA DR. JOÃO CARLOS CELESTINO GOMES	EMPREITADA	15.0	85.0	DOUA	2018/01/01	2019/12/31					35.000,00			35.000,00		
1.1.1.4.	010209	2017	119		CENTRO DE ÍLHAVO - CENTRO DE SAÚDE / MMI / CIEmar - BIBLIOTECA MUNICIPAL	EMPREITADA	15.0	85.0	DOUA	2018/01/01	2020/12/31					1.000,00	45.000,00		46.000,00		
1.1.1.4.	010210	2017	120		ESCOLA BÁSICA 2º E 3º CICLO DA GAFAINHA DA NAZARÉ - AV. JOSÉ ESTEVÃO	EMPREITADA	15.0	85.0	DOUA	2018/01/01	2020/12/31					1.000,00	70.000,00		71.000,00		
1.1.1.4.	010211	2017	121		ESCOLA SECUNDÁRIA DA GAFAINHA DA NAZARÉ - AV. JOSÉ ESTEVÃO	EMPREITADA	15.0	85.0	DOUA	2018/01/01	2019/12/31					50.000,00			50.000,00		
1.1.1.4.	010212	2017	122		ZONA INDUSTRIAL DA MOTA - GAFAINHA DA NAZARÉ (PERCURSO 12)	EMPREITADA	15.0	85.0	DOUA	2018/01/01	2019/12/31					100.000,00			100.000,00		
1.1.1.4.	0103	2017			PACTO - PLANO DE AÇÃO INTEGRADO PARA AS COMUNIDADES DESFAVORECIDAS											250.000,00	250.000,00		500.000,00		
1.1.1.4.	010301	2017	123		HABITAÇÃO SOCIAL DO LUGAR DO BEZEDOURO	EMPREITADA	15.0	85.0	DOUA	2018/01/01	2020/12/31					250.000,00	250.000,00		500.000,00		
1.1.1.4.	02	2017			PACTO PARA O DESENVOLVIMENTO E COESÃO TERRITORIAL DA REGIÃO DE AVEIRO								2.819,30	1.315.000,00	1.315.000,00	385.000,00			1.702.819,30		
1.1.1.4.	0201	2017			PROJETOS								1.305.000,00	1.305.000,00		360.000,00			1.665.000,00		
1.1.1.4.	0102/07010404	020101	2017	124	EFICIÊNCIA ENERGÉTICA - ILUMINAÇÃO PÚBLICA	OUTRA	15.0	85.0	OA	2018/01/01	2019/12/31		50.000,00	50.000,00		150.000,00			200.000,00		
1.1.1.4.	0102/07010404	020102	2017	125	EFICIÊNCIA ENERGÉTICA - PISCINAS DE ÍLHAVO	OUTRA	15.0	85.0	OA	2018/01/01	2019/12/31		50.000,00	50.000,00		185.000,00			235.000,00		
1.1.1.4.	0102/07010305	020103	2017	126	CENTRO ESCOLAR DA GAFAINHA DE AQUEM	EMPREITADA	15.0	85.0	OA	2017/10/18	2018/12/31	3	1.200.000,00	1.200.000,00					1.200.000,00		
					a TRANSPORTAR ...								217.037,49	3.759,89	2.268.350,00	2.268.350,00		3.576.000,00	2.065.000,00	850.000,00	8.980.147,38

OBJETIVO	CÓDIGO DA CLASSIFIC. ECONÔMICA	CÓDIGO/ANO/TIPO/NUM. DO PROJ. AÇÃO	DESCRIÇÃO	FORMA DE REALIZAÇÃO	FONTE DE FINANCIAMENTO			RESPON SÁVEL	DATAS		REALIZADO		DESPESAS DE INVESTIMENTO (PREVISÃO)						TOTAL PREVISTO					
					AC	AA	FC		EX	INÍCIO	FIM	PAGAM. ATÉ 1-OUT-2017	PAGAM. PREV DE OUT-DEZ	ANO EM CURSO (FINANCIAMENTO)			ANOS SEQUITES							
														TOTAL	DEFINIDO	NÃO DEFINIDO	2019	2020		2021	OUTROS			
A TRANSPORTAR ...												10.137.608,76	726.282,82	6.016.900,00	5.316.900,00	700.000,00	6.922.000,00	5.195.000,00	3.130.000,00					32.127.791,58
3.3.1.1.	0102/07030301	01	2016	E	6	PROJETO E ALTERAÇÃO VIÁRIA DA ROTUNDA DA PRAIA DA BARRA	EMPREITADA			DOUA	2017/09/18	2018/12/31	3	58.871,49		1.900.000,00	1.900.000,00						1.958.871,49	
3.3.1.2.						ESTACIONAMENTO								3.936,00		5.000,00	5.000,00						8.936,00	
3.3.1.2.	0102/07010413	02	2002	E	155	AQUISIÇÃO E/OU MANUTENÇÃO DE ABRIGOS PARA PASSAGEIROS	OUTRA	100,0		DOUA	2018/01/01	2018/12/31		3.936,00		5.000,00	5.000,00						8.936,00	
3.4.						COMERCIO E TURISMO								251.523,49	9.486,25	54.500,00	54.500,00						315.509,74	
3.4.1.						MERCADOS E PRÉRIAS								100.911,78	8.010,25	30.000,00	30.000,00						138.922,03	
3.4.1.	0102/07010303	05	2002	E	123	CONSERVAÇÃO E OU REPARAÇÃO DE MERCADOS MUNICIPAIS	ADM. DIR.	100,0		DOUA	2018/01/01	2018/12/31		99.425,94		20.000,00	20.000,00						127.436,19	
3.4.1.	0102/070110	07	2002	E	125	AQUISIÇÃO E/OU REPARAÇÃO DE MAQUINARIA E EQUIPAMENTO	OUTRA	100,0		DOUA	2018/01/01	2018/12/31		1.495,84		10.000,00	10.000,00						11.495,84	
3.4.2.						TURISMO								150.611,71	1.476,00	24.500,00	24.500,00						176.587,71	
3.4.2.	0102/070110	05	2002	E	116	AQUISIÇÃO E OU REPARAÇÃO DE MAQUINARIA E EQUIPAMENTO	OUTRA	100,0		DOUA	2018/01/01	2018/12/31				2.000,00	2.000,00						3.476,00	
3.4.2.	0102/07010307	01	2011	E	2	QUALIFICAÇÃO DOS ACESSOS / PASSADIÇOS DA BARRA E COSTA NOVA	EMPREITADA	100,0		DOUA	2018/01/01	2018/12/31		150.611,71		17.000,00	17.000,00						167.611,71	
3.4.2.	0102/07010413	01	2014	E	8	MANUTENÇÃO DA DOCA DO JARDIM OUDINOT	ADM. DIR.			DOUA	2018/01/01	2018/12/31				5.000,00	5.000,00						5.000,00	
3.4.2.	0102/07010307	01	2015	E	13	PROJETO DA LOJA DE TURISMO DA COSTA NOVA	EMPREITADA	100,0		DOUA	2018/01/01	2018/12/31				500,00	500,00						500,00	
TOTAL GERAL ...												10.451.939,74	735.769,07	7.976.400,00	7.276.400,00	700.000,00	6.922.000,00	5.195.000,00	3.130.000,00					34.411.108,81

FASES DE EXECUÇÃO

- 0 - NÃO INICIADA
- 1 - COM PROJETO TÉCNICO
- 2 - ADJUDICADA
- 3 - EXECUÇÃO FÍSICA ATÉ 50%
- 4 - EXECUÇÃO FÍSICA SUPERIOR A 50%
- 5 - DESPESA CONTÍNUA
- 9 - CONCLUÍDA
- P -

ÓRGÃO EXECUTIVO

Em __ de _____ de ____

ÓRGÃO DELIBERATIVO

Em __ de _____ de ____

ÓRGÃO EXECUTIVO

Em ___ de _____ de ___

ÓRGÃO DELIBERATIVO

Em ___ de _____ de ___

R E S U M O D O O R Ç A M E N T O

ENTIDADE MUNICÍPIO DE ÍLHAVO

DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2018

RECEITAS	MONTANTE	DESPESAS	MONTANTE
Correntes	21.089.397,00	Correntes	16.962.550,00
De capital	8.110.603,00	De capital	12.237.450,00
Total	29.200.000,00	Total	29.200.000,00
Serviços Municipalizados		Serviços Municipalizados	
Total Geral	29.200.000,00	Total Geral	29.200.000,00

O ÓRGÃO EXECUTIVO Em ___ de _____ de _____ _____
--

O ÓRGÃO DELIBERATIVO Em ___ de _____ de _____ _____

CÓDIGOS	DESIGNAÇÃO	MONTANTE
	R E C E I T A S C O R R E N T E S	21.089.397,00
01	IMPOSTOS DIRETOS	10.765.300,00
01.02	OUTROS	10.765.300,00
01.02.02	IMPOSTO MUNICIPAL S/IMÓVEIS	7.880.000,00
01.02.03	IMPOSTO ÚNICO DE CIRCULAÇÃO	935.000,00
01.02.04	IMP. MUNICIPAL S/TRANSM. ONEROSAS IMÓVEIS	1.300.000,00
01.02.05	DERRAMA	650.000,00
01.02.07	IMPOSTOS ABOLIDOS	300,00
01.02.07.01	CONTRIBUIÇÃO AUTÁRQUICA	100,00
01.02.07.02	SISA	100,00
01.02.07.09	OUTROS IMPOSTOS ABOLIDOS	100,00
02	IMPOSTOS INDIRETOS	221.500,00
02.02	OUTROS	221.500,00
02.02.06	IMPOSTOS INDIRETOS ESPECÍFICOS DAS AUTARQUIAS LOCAIS	221.500,00
02.02.06.02	LOTEAMENTO E OBRAS	80.000,00
02.02.06.03	OCUPAÇÃO DE VIA PÚBLICA	80.000,00
02.02.06.05	PUBLICIDADE	6.500,00
02.02.06.99	OUTROS	55.000,00
04	TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	407.200,00
04.01	TAXAS	210.100,00
04.01.23	TAXAS ESPECÍFICAS DAS AUTARQUIAS LOCAIS	210.100,00
04.01.23.01	MERCADOS E FEIRAS	80.000,00
04.01.23.02	LOTEAMENTOS E OBRAS	80.000,00
04.01.23.05	CAÇA, USO E PORTE DE ARMA	100,00
04.01.23.99	OUTROS	50.000,00
04.02	MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	197.100,00
04.02.01	JUROS DE MORA	180.000,00
04.02.04	COIMAS E PENALIDADES POR CONTRA ORDENAÇÕES	17.000,00
04.02.99	MULTAS E PENALIDADES DIVERSAS	100,00
05	RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	780.425,00
05.02	JUROS - SOCIEDADES FINANCEIRAS	100,00
05.02.01	BANCOS E OUTRAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	100,00
05.07	DIVIDENDOS E PARTICIPAÇÕES NOS LUCROS DE SOCIEDADE	60.100,00
05.07.03	EMPRESAS PRIVADAS	60.000,00
05.07.99	OUTRAS	100,00
05.10	RENDAS	720.225,00
05.10.01	TERRENOS	125,00
05.10.04	EDIFÍCIOS	100,00
05.10.99	OUTROS	720.000,00
06	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	6.030.972,00
06.01	SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS	200,00
06.01.01	PÚBLICAS	100,00
06.01.01.99	OUTRAS	100,00
06.01.02	PRIVADAS	100,00
06.03	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	6.020.572,00
06.03.01	ESTADO	6.020.572,00
06.03.01.01	FUNDO DE EQUILÍBRIO FINANCEIRO	3.109.746,00
06.03.01.02	FUNDO SOCIAL MUNICIPAL	612.085,00
06.03.01.03	PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS	1.798.741,00
06.03.01.99	OUTROS	500.000,00
06.05	ADMINISTRAÇÃO LOCAL	10.000,00
06.05.01	CONTINENTE	10.000,00
06.07	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	100,00
06.07.01	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	100,00
06.08	FAMÍLIAS	100,00
06.08.01	FAMÍLIAS	100,00
07	VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	2.853.800,00
07.01	VENDA DE BENS	261.200,00
07.01.08	MERCADORIAS	250.000,00

CÓDIGOS	DESIGNAÇÃO	MONTANTE
07.01.11	PRODUTOS ACABADOS E INTERMÉDIOS	11.100,00
07.01.11.01	INERTES	100,00
07.01.11.99	OUTROS	11.000,00
07.01.99	OUTROS	100,00
07.02	SERVIÇOS	2.303.500,00
07.02.08	SERVIÇOS SOCIAIS, RECREATIVOS, CULTURAIS E DESPORTIVOS	728.100,00
07.02.08.01	SERVIÇOS SOCIAIS	35.000,00
07.02.08.02	SERVIÇOS RECREATIVOS	33.000,00
07.02.08.02.01	TURISMO SÉNIOR	18.000,00
07.02.08.02.99	OUTROS	15.000,00
07.02.08.03	SERVIÇOS CULTURAIS	335.100,00
07.02.08.03.01	TURISMO SÉNIOR	100,00
07.02.08.03.99	OUTROS	335.000,00
07.02.08.04	SERVIÇOS DESPORTIVOS	325.000,00
07.02.09	SERVIÇOS ESPECÍFICOS DAS AUTARQUIAS	1.575.400,00
07.02.09.01	SANEAMENTO	100,00
07.02.09.02	RESÍDUOS SÓLIDOS	1.235.000,00
07.02.09.04	TRABALHOS POR CONTA DE PARTICULARES	100,00
07.02.09.06	MERCADOS E FEIRAS	100,00
07.02.09.07	PARQUES DE ESTACIONAMENTO	100,00
07.02.09.99	OUTROS	340.000,00
07.03	RENDAS	289.100,00
07.03.01	HABITAÇÕES	100,00
07.03.02	EDIFÍCIOS	74.000,00
07.03.99	OUTRAS	215.000,00
08	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	30.200,00
08.01	OUTRAS	30.200,00
08.01.99	OUTRAS	30.200,00
08.01.99.02	INDEMNIZAÇÕES ESTRAGOS PROVOCADOS POR OUTREM	100,00
08.01.99.03	IVA REEMBOLSADO	100,00
08.01.99.99	DIVERSAS	30.000,00
	R E C E I T A S D E C A P I T A L	8.107.827,00
09	 VENDAS DE BENS DE INVESTIMENTO	101.200,00
09.01	TERRENOS	100.100,00
09.01.01	SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS	100.000,00
09.01.10	TERRENOS E RECURSOS NATURAIS - FAMÍLIAS	100,00
09.02	HABITAÇÕES	200,00
09.02.01	SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRA	100,00
09.02.10	EDIFÍCIOS E OUT. CONSTRUÇÕES - HABIT. - FAMÍLIAS	100,00
09.03	EDIFÍCIOS	200,00
09.03.01	EDIFÍCIOS - SOC. E QUASE-SOCIEDADES N/ FINANCEIRA	100,00
09.03.10	EDIFÍCIOS- FAMÍLIAS	100,00
09.04	OUTROS BENS DE INVESTIMENTO	700,00
09.04.01	SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRA	400,00
09.04.01.01	EQUIPAMENTO DE TRANSPORTE	100,00
09.04.01.02	MAQUINARIA E EQUIPAMENTO	100,00
09.04.01.03	OUTROS	100,00
09.04.01.99	OUTROS	100,00
09.04.10	FAMÍLIAS	300,00
09.04.10.01	EQUIPAMENTO DE TRANSPORTE	100,00
09.04.10.02	MAQUINARIA E EQUIPAMENTO	100,00
09.04.10.03	OUTROS	100,00
10	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	7.006.127,00
10.01	SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS	300,00
10.01.01	PÚBLICAS	200,00
10.01.01.01	EMPRESAS PÚBLICAS	100,00
10.01.01.99	OUTRAS	100,00
10.01.02	PRIVADAS	100,00
10.03	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	7.005.627,00

CÓDIGOS	DESIGNAÇÃO	MONTANTE
10.03.01	ESTADO	695.527,00
10.03.01.01	FUNDO DE EQUILÍBRIO FINANCEIRO	345.527,00
10.03.01.99	OUTROS	350.000,00
10.03.07	ESTADO- PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA EM PROJETOS CO-FINANCIADOS	6.310.100,00
10.03.07.01	FEDER	6.310.000,00
10.03.07.02	OUTROS	100,00
10.07	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	100,00
10.07.01	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	100,00
10.08	FAMÍLIAS	100,00
10.08.01	FAMÍLIAS	100,00
12	PASSIVOS FINANCEIROS	1.000.300,00
12.05	EMPRÉSTIMOS A CURTO PRAZO	1.000.000,00
12.05.02	SOCIEDADES FINANCEIRAS	1.000.000,00
12.06	EMPRÉSTIMOS A MÉDIO E LONGO PRAZOS	300,00
12.06.02	SOCIEDADES FINANCEIRAS	100,00
12.06.03	ADMISTRAÇÃO PÚBLICA- ADMNISTRAÇÃO CENTRAL- ESTADO	100,00
12.06.04	ADMISTRAÇÃO PÚBLICA- ADMNISTRAÇÃO CENTRAL- FUNDOS	100,00
13	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	200,00
13.01	OUTRAS	200,00
13.01.01	INDEMNIZAÇÕES	100,00
13.01.99	OUTRAS	100,00
	O U T R A S R E C E I T A S	2.776,00
15	REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	2.776,00
15.01	REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	2.776,00
15.01.01	REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	2.776,00
TOTAL DAS RECEITAS		29.200.000,00

ORGÃO EXECUTIVO

Em ____ de _____ de ____

ORGÃO DELIBERATIVO

Em ____ de _____ de ____

C L A S S I F I C A Ç Õ E S		M O N T A N T E	
ORGÂNICA	ECONÓMICA	ORGÂNICA	ECONÓMICA
01		29.200.000,00	
01.01		12.100,00	
	ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL -AM		
	ASSEMBLEIA MUNICIPAL		
	DESPESAS CORRENTES		12.100,00
01	DESPESAS COM O PESSOAL		11.400,00
01.01	REMUNERAÇÕES CERTAS E PERMANENTES		200,00
01.01.10	GRATIFICAÇÕES		200,00
01.01.10.01	MEMBROS DOS ORGÃOS AUTARQUICOS		200,00
01.02	ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS		11.200,00
01.02.04	AJUDAS DE CUSTO		200,00
01.02.13	OUTROS SUPLEMENTOS E PRÉMIOS		11.000,00
01.02.13.02	OUTROS		11.000,00
02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS		700,00
02.01	AQUISIÇÃO DE BENS		200,00
02.01.08	MATERIAL DE ESCRITÓRIO		100,00
02.01.21	OUTROS BENS		100,00
02.02	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS		500,00
02.02.09	COMUNICAÇÕES		100,00
02.02.11	REPRESENTAÇÃO DOS SERVIÇOS		200,00
02.02.25	OUTROS SERVIÇOS		200,00
01.02	CÂMARA MUNICIPAL E SERVIÇOS MUNICIPAIS	25.666.900,00	
	DESPESAS CORRENTES		16.734.450,00
01	DESPESAS COM O PESSOAL		5.956.550,00
01.01	REMUNERAÇÕES CERTAS E PERMANENTES		4.604.200,00
01.01.01	TITULARES DE ORGÃOS DE SOBERANIA E MEMBROS DE ORGÃOS		135.000,00
01.01.04	PESSOAL DOS QUADROS- REGIME DO CONTRATO INDIVIDUAL		2.595.100,00
01.01.04.01	PESSOAL EM FUNÇÕES		2.500.000,00
01.01.04.02	ALTERAÇÕES OBRIGATÓRIAS DE POSICIONAMENTO REMUNERATÓRIO		70.000,00
01.01.04.03	ALTERAÇÕES FACULTATIVAS DE POSICIONAMENTO REMUNERATÓRIO		100,00
01.01.04.04	RECRUTAMENTO DE PESSOAL PARA NOVOS POSTOS DE TRABALHO		25.000,00
01.01.05	PESSOAL PARA ALÉM DOS QUADROS		1.000,00
01.01.06	PESSOAL CONTRATADO A TERMO		210.200,00
01.01.06.01	PESSOAL EM FUNÇÕES		180.000,00
01.01.06.02	ALTERAÇÕES OBRIGATÓRIAS DE POSICIONAMENTO REMUNERATÓRIO		100,00
01.01.06.03	ALTERAÇÕES FACULTATIVAS DE POSICIONAMENTO REMUNERATÓRIO		100,00
01.01.06.04	RECRUTAMENTO DE PESSOAL PARA NOVOS POSTOS DE TRABALHO		30.000,00
01.01.07	PESSOAL EM REGIME DE TAREFA OU AVENÇA		620.000,00
01.01.08	PESSOAL AGUARDANDO APOSENTAÇÃO		5.000,00
01.01.09	PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUAÇÃO		150.000,00
01.01.10	GRATIFICAÇÕES		300,00
01.01.10.01	MEMBROS DOS ORGÃOS AUTARQUICOS		100,00
01.01.10.02	Pessoal dos Quadros		100,00
01.01.10.99	Outros		100,00
01.01.11	REPRESENTAÇÃO		47.500,00
01.01.12	SUPLEMENTOS E PRÉMIOS		100,00
01.01.13	SUBSÍDIO DE REFEIÇÃO		260.000,00
01.01.14	SUBSÍDIOS DE FÉRIAS E NATAL		500.000,00
01.01.15	REMUNERAÇÕES POR DOENÇA E MATERNIDADE / PATERNIDADE		80.000,00
01.02	ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS		132.400,00
01.02.01	GRATIFICAÇÕES VARIÁVEIS OU EVENTUAIS		100,00
01.02.02	HORAS EXTRAORDINÁRIAS		65.000,00

C L A S S I F I C A Ç Õ E S		M O N T A N T E	
ORGÂNICA	ECONÓMICA	ORGÂNICA	ECONÓMICA
	01.02.03		100,00
	01.02.04		15.000,00
	01.02.05		22.000,00
	01.02.06		100,00
	01.02.07		100,00
	01.02.08		100,00
	01.02.09		100,00
	01.02.10		100,00
	01.02.11		100,00
	01.02.12		9.000,00
	01.02.13		20.500,00
	01.02.13.01		500,00
	01.02.13.02		20.000,00
	01.02.14		100,00
	01.03		1.219.950,00
	01.03.01		250.000,00
	01.03.02		100,00
	01.03.03		15.000,00
	01.03.04		5.000,00
	01.03.05		889.650,00
	01.03.05.01		2.000,00
	01.03.05.02		885.000,00
	01.03.05.02.01		550.000,00
	01.03.05.02.02		335.000,00
	01.03.05.03		2.550,00
	01.03.05.04		100,00
	01.03.06		100,00
	01.03.08		100,00
	01.03.09		60.000,00
	01.03.09.01		60.000,00
	02		9.991.350,00
	02.01		666.450,00
	02.01.01		7.000,00
	02.01.02		95.000,00
	02.01.02.01		12.500,00
	02.01.02.02		75.000,00
	02.01.02.03		7.500,00
	02.01.04		40.000,00
	02.01.07		9.000,00
	02.01.08		75.000,00
	02.01.09		2.500,00
	02.01.10		1.000,00
	02.01.12		13.500,00
	02.01.15		29.500,00
	02.01.16		71.000,00
	02.01.16.01		1.000,00
	02.01.16.03		70.000,00
	02.01.17		11.000,00
	02.01.18		8.000,00
	02.01.19		5.000,00
	02.01.20		20.500,00
	02.01.21		278.450,00
	02.02		9.324.900,00
	02.02.01		1.340.000,00
	02.02.02		1.000,00
	02.02.03		180.000,00
	02.02.04		1.000,00
	02.02.06		500,00
	02.02.08		258.000,00
	02.02.09		90.000,00
	02.02.10		307.350,00
	02.02.11		17.500,00

C L A S S I F I C A Ç Õ E S		M O N T A N T E	
ORGÂNICA	ECONÓMICA	DESIGNAÇÃO	
ORGÂNICA	ECONÓMICA	ORGÂNICA	ECONÓMICA
	02.02.12	SEGUROS	114.250,00
	02.02.14	ESTUDOS, PARECERES, PROJETOS E CONSULTADORIA	71.600,00
	02.02.15	FORMAÇÃO	5.000,00
	02.02.17	PUBLICIDADE	43.700,00
	02.02.18	VIGILÂNCIA E SEGURANÇA	221.000,00
	02.02.19	ASSISTÊNCIA TÉCNICA	70.000,00
	02.02.20	OUTROS TRABALHOS ESPECIALIZADOS	4.567.150,00
	02.02.24	ENCARGOS DE COBRANÇA DE RECEITAS	200.000,00
	02.02.25	OUTROS SERVIÇOS	1.836.850,00
04		TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	493.050,00
04.03		ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	17.500,00
	04.03.01	ESTADO	17.500,00
04.05		ADMINISTRAÇÃO LOCAL	232.550,00
04.05.01		CONTINENTE	232.550,00
	04.05.01.08	OUTROS	232.550,00
04.07		INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	114.250,00
	04.07.01	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	114.250,00
04.08		FAMÍLIAS	128.750,00
	04.08.02	OUTRAS	128.750,00
05		SUBSÍDIOS	10.000,00
05.01		SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS	10.000,00
05.01.01		PÚBLICAS	10.000,00
	05.01.01.02	Outras	10.000,00
06		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	283.500,00
06.02		DIVERSAS	283.500,00
	06.02.01	IMPOSTOS E TAXAS	260.000,00
06.02.03		OUTRAS	23.500,00
	06.02.03.01	RESTITUIÇÕES	8.000,00
	06.02.03.02	IVA PAGO	500,00
	06.02.03.04	SERVIÇOS BANCÁRIOS	1.000,00
	06.02.03.05	IRC/QUOTAS	9.000,00
	06.02.03.06	OUTRAS	5.000,00
		D E S P E S A S D E C A P I T A L	8.932.450,00
07		AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	7.212.850,00
07.01		INVESTIMENTOS	4.614.250,00
	07.01.01	TERRENOS	56.100,00
07.01.02		HABITAÇÕES	30.000,00
	07.01.02.03	REPARAÇÃO E BENEFICIAÇÃO	30.000,00
07.01.03		EDIFÍCIOS	1.815.050,00
	07.01.03.01	INSTALAÇÕES DE SERVIÇOS	65.100,00
	07.01.03.03	MERCADOS E INSTALAÇÕES DE FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA	20.000,00
	07.01.03.05	ESCOLAS	1.650.700,00
	07.01.03.07	OUTROS	79.250,00
07.01.04		CONSTRUÇÕES DIVERSAS	2.394.950,00
	07.01.04.01	VIADUTOS, ARRUAMENTOS E OBRAS COMPLEMENTARES	1.147.200,00
	07.01.04.02	SISTEMAS DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS	700.000,00
	07.01.04.04	ILUMINAÇÃO PÚBLICA	125.000,00
	07.01.04.06	INSTALAÇÕES DESPORTIVAS E RECREATIVAS	110.000,00
	07.01.04.07	CAPTAÇÃO, TRATAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA	1.000,00
	07.01.04.09	SINALIZAÇÃO E TRÂNSITO	40.000,00
	07.01.04.13	OUTROS	271.750,00
07.01.06		MATERIAL DE TRANSPORTE	15.000,00
	07.01.06.02	OUTRO	15.000,00
	07.01.07	EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA	102.500,00
	07.01.08	SOFTWARE INFORMÁTICO	51.000,00
	07.01.09	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	10.000,00
	07.01.10	EQUIPAMENTO BÁSICO	139.650,00
07.03		BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO	2.598.600,00
	07.03.01	TERRENOS E RECURSOS NATURAIS	100.500,00
07.03.03		OUTRAS CONSTRUÇÕES E INFRA-ESTRUTURAS	2.498.100,00
	07.03.03.01	VIADUTOS, ARRUAMENTOS E OBRAS COMPLEMENTARES	2.362.000,00
	07.03.03.05	PARQUES E JARDINS	136.000,00
	07.03.03.13	OUTROS	100,00

C L A S S I F I C A Ç Õ E S			M O N T A N T E	
CÓDIGOS		D E S I G N A Ç ã O	ORGÂNICA	ECONÓMICA
ORGÂNICA	ECONÓMICA			
	08	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL		1.287.100,00
	08.01	SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS		100,00
	08.01.02	PRIVADAS		100,00
	08.05	ADMINISTRAÇÃO LOCAL		530.500,00
	08.05.01	CONTINENTE		530.500,00
	08.05.01.02	FREGUESIAS		300.000,00
	08.05.01.08	OUTROS		230.500,00
	08.07	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS		751.500,00
	08.07.01	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS		751.500,00
	08.08	FAMÍLIAS		5.000,00
	08.08.02	OUTRAS		5.000,00
	09	ATIVOS FINANCEIROS		432.500,00
	09.07	AÇÕES E OUTRAS PARTICIPAÇÕES		262.500,00
	09.07.01	SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS- PRIVADAS		262.500,00
	09.08	UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO		170.000,00
01.03	09.08.02	SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS- PÚB OPERAÇÕES FINANCEIRAS	3.521.000,00	170.000,00
		 D E S P E S A S C O R R E N T E S		216.000,00
	03	JUROS E OUTROS ENCARGOS		216.000,00
	03.01	JUROS DA DÍVIDA PÚBLICA		201.000,00
	03.01.03	SOCIEDADES FINANCEIRAS- BANCOS E OUTRAS INSTITUIÇÕES		70.000,00
	03.01.03.01	EMPRÉSTIMOS DE CURTO PRAZO		15.000,00
	03.01.03.02	EMPRÉSTIMOS DE MÉDIO E LONGO PRAZO		55.000,00
	03.01.05	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA CENTRAL- ESTADO		130.000,00
	03.01.05.02	EMPRÉSTIMOS DE MÉDIO E LONGO PRAZO		130.000,00
	03.01.06	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA CENTRAL- SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS		1.000,00
	03.01.06.02	EMPRÉSTIMOS DE MÉDIO E LONGO PRAZO		1.000,00
	03.05	OUTROS JUROS		15.000,00
	03.05.02	OUTROS		15.000,00
		 D E S P E S A S D E C A P I T A L		3.305.000,00
	10	PASSIVOS FINANCEIROS		3.305.000,00
	10.05	EMPRÉSTIMOS A CURTO PRAZO		1.000.000,00
	10.05.03	SOCIEDADES FINANCEIRAS- BANCOS E OUTRAS INSTITUIÇ		1.000.000,00
	10.06	EMPRÉSTIMOS A MÉDIO E LONGO PRAZOS		2.305.000,00
	10.06.03	SOCIEDADES FINANCEIRAS- BANCOS E OUTRAS INSTITUIÇÕES		1.755.000,00
	10.06.05	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA CENTRAL- ESTADO		545.000,00
	10.06.06	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA CENTRAL- SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS		5.000,00
TOTAL GERAL DAS DESPESAS				29.200.000,00

ORGÃO EXECUTIVO

Em ____ de _____ de ____

ORGÃO DELIBERATIVO

Em ____ de _____ de ____

Mapa do Pessoal - 2018

Na gestão da Câmara Municipal de Ílhavo (CMI) continuamos a assumir os Recursos Humanos como o elo mais forte de que dispomos, numa gestão que queremos manter exigente e responsável, capaz de continuar a concretizar os permanentes crescimentos do nível de qualidade e da produtividade, aliada num espírito de equipa que a todos nós deve abranger.

Mantemos a filosofia de continuarmos a ter como característica distintiva da CMI, um rácio de gestão de pessoal, em efetivos e valor de despesa dos melhores do País, comparado com o investimento realizado, a despesa total, o número de eventos, atividades realizadas e o número de habitantes, entre outros fatores.

Os trabalhadores são, como têm sido, o principal recurso para a Câmara Municipal de Ílhavo poder concretizar a sua estratégia e atingir os objetivos reconhecidos e sufragados no programa que delineámos para este Concelho, neste primeiro ano de um mandato de quatro anos. Este mapa do pessoal assume implicitamente um padrão de gestão dos trabalhadores que não representa simplesmente a execução de tarefas administrativas, mas assente na realização de uma verdadeira gestão consolidada dos postos de trabalho e das competências dos trabalhadores, que, alicerçada a um modelo organizativo mais eficaz do exercício da atividade, permita à organização executar com maior eficiência e eficácia e, ao mesmo tempo, valorizar os seus trabalhadores, promovendo oportunidades para as motivações e desenvolvimento individual.

Na senda dos anos pretéritos, foram criadas condições para uma gestão de pessoal mais profissional e próxima, em constante diálogo social junto dos dirigentes e trabalhadores.

Ponderámos e Incrementamos, em cooperação com a estrutura dirigente, um conjunto de princípios orientados para a maximização motivacional dos trabalhadores e o seu contributo para os propósitos organizacionais. A necessidade de mudança da tradicional gestão administrativa e burocrática de recursos, orientada para o curto prazo e na eficiência dos processos administrativos de gestão das carreiras, remunerações e garantia formal de direitos e deveres,

para uma gestão estratégica de recursos humanos, alicerçada no longo prazo e que permita, através dos recursos humanos, capacidade organizativa na gestão facilitando a mudança em consonância com a estratégia da organização.

A alteração, redirecionou a estratégica do desempenho dos trabalhadores, colocando em prática um modelo de gestão dos recursos humanos fundamentado na definição centralizada de prioridades, políticas e modelos de gestão, ou seja, manifestado em ações específicas pelas diversas unidades orgânicas e sub orgânicas municipais.

Este vetor central do sistema de gestão do pessoal constitui uma real mudança de paradigma na gestão dos recursos humanos do Município, concorrendo para a participação na exequibilidade das expetativas pessoais e do modelo organizacional com a missão e os objetivos de cada serviço sem desavistar a eficiência e a eficácia geral da iniciativa municipal.

Assim, é fundamental capacitar os trabalhadores na satisfação de novos desafios, para que cada um perceba o seu papel e tenha margem para a proatividade, bem como dotar os dirigentes para este padrão de funcionamento dos serviços que tem uma influência inata na gestão dos recursos disponíveis.

Para este fim, a estratégia definida centra-se na gestão e capacitação para este modelo colaborativo, eficiente em termos qualitativos e quantitativos e orientado para resultados.

Com um paradigma de trabalho criativo e envolvido na gestão colaborativa do concelho, a Câmara Municipal de Ílhavo apresenta-se com um empregador de excelência.

Neste modelo de funcionamento, com uma visão associada à exigência de aceitação de um paradigma de gestão mais eficiente dos recursos humanos, premente pela necessidade de contenção da despesa, situação transversal ao território nacional, deve-se otimizar o planeamento da renovação dos efetivos bem como perspetivar as repetidas competências exigidas aos trabalhadores, avaliando o desvio reconhecido entre as competências atuais, as necessidades futuras nesta área e a fonte de talentos ao dispor dentro do modelo organizacional e fora deste.

Não podemos deixar contudo de referir que esta não é uma opção que possa colocar em causa o normal funcionamento dos serviços, pelo que, tendo os Municípios sido obrigados durante os

últimos anos a uma restrição na contratação de pessoal, assistindo-se simultaneamente a aposentação de muitos dos seus trabalhadores, como foi o caso do Município de Ílhavo, é natural que aqueles que o podem fazer, como é o nosso caso, sintam necessidade de procurar repor um de forma gradual o número de trabalhadores que possam com qualidade permitir que os serviços municipais tenham capacidade de resposta às exigências que nos são colocadas.

O mapa do pessoal que agora se propõe para 2018 representa o número e o perfil dos recursos humanos que julgamos necessários para asseverar o rigoroso cumprimento das atividades do Município de Ílhavo propostas para este ciclo de gestão, baseado nas condicionantes legais à gestão e à consciência social, vertida num conjunto de opções de valorização do efetivo municipal.

Neste panorama, a atual proposta de mapa do pessoal espelha a continuação das linhas orientadoras da política de gestão de pessoal definida pelo Município de Ílhavo, para este ano e mandato, o qual tem também como premissa o impacto provocado pelas saídas registadas nos últimos exercícios, designadamente por aposentação.

A Câmara Municipal de Ílhavo, como empregador público, em cada momento orçamental, incube-se no planeamento de atividades de natureza definitiva ou provisória, considerando a missão, as atribuições, a estratégia, os objetivos determinados, as competências das unidades orgânicas e suas disponibilidades, salvaguardando a necessidade de inclusão de eventuais alterações a introduzir nas unidades orgânicas flexíveis.

Neste âmbito, os órgãos e serviços apresentam anualmente o respetivo mapa do pessoal, tendo em consideração as atividades, a desenvolver durante a sua execução, de acordo com o previsto no artigo 29º, da Lei nº 35/2014 de 20 de junho, Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP).

Assim, e de acordo com a lei sobredita, o mapa do pessoal contém a indicação do número de postos de trabalho de que o órgão ou serviço carece para o desenvolvimento das respetivas atividades, caracterizados em função:

- a) Da atribuição, competência ou atividade que o seu ocupante se destina a cumprir ou a executar;
- b) Do cargo ou da carreira e categoria que lhes correspondam;

- c) Dentro de cada carreira e, ou, categoria, quando imprescindível, da área de formação académica ou profissional de que o seu ocupante deva ser titular;
- d) Do perfil de competências transversais da respetiva carreira ou categoria, regulamentado por portaria do membro do Governo responsável pela área da Administração Pública e complementado com as competências associadas à especificidade do posto de trabalho.

O referido mapa deve ser aprovado pela entidade competente pela aprovação da proposta de orçamento, sendo afixado no órgão ou serviço e nos locais habituais.

É com este enquadramento que apresentamos o Mapa do Pessoal da Câmara Municipal de Ílhavo para o ano de 2018, nos quadros seguintes.

MAPA DE PESSOAL 2018 - RESUMO

Cargo/Carreira/ Categoria	Ocupados				A Ocupar		
	Relação Jurídica de Emprego Público				Relação jurídica de emprego público		
	Tempo Indeterminado	Tempo Determinado	Comissão de Serviço		Tempo Indeterminado	Tempo Determinado	Comissão de Serviço
Chefe de Divisão			8				
Coordenador Técnico	1						
Técnico Superior ^{a) e b)}	53	54		19	11		
Informático	5			1			
Assistente Técnico	77			7			
Encarregado Operacional	1						
Assistente Operacional ^{c)}	91			41			
Postos de trabalho ocupados:					290		
Postos de trabalho a ocupar:					79		
Total de postos de trabalho previstos					369		

a) Os 53 Técnicos Superiores em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado incluem os lugares de origem de 7 Chefes de Divisão nomeados em comissão de serviço.

b) Os 54 Técnicos Superiores em regime de contrato de trabalho por tempo determinado encontram-se afetos à área da educação (AEC'S - Atividades de Enriquecimento Curricular).

c) Inclui 14 Assistentes Operacionais (Auxiliares de Ação Educativa) afetas à Educação.

d) Aos 290 postos de trabalho ocupados, acrescem 14 trabalhadores ao serviço da AdRA (Águas da Região de Aveiro), em regime de cedência de interesse público.

MUNICÍPIO DE ÍLHAVO - MAPA DE PESSOAL 2018

Unidade Orgânica/ Centros de competência/ Área de Atividade	Chefe de Divisão ^{a)}	Técnico Superior	Técnico Informática	Coordenador Técnico	Assistente Técnico	Encarregado Operacional	Assistente Operacional	Área de Formação Académica e/ou Profissional	POSTOS DE TRABALHO						
									Existentes e Ocupados			A Ocupar			TOTAL
									CTTI	CTTD	Comis. de Serviço	CTTI	CTTD	Comis. de Serviço	
GAJNEF Gab. de Apoio Jurídico, Notariado e Execuções Fiscais		3						Direito	2			1			3
					1			Administrativa	1						1
	Total	0	3	0	0	1	0	0		3	0	0	1	0	0
GCI Gab. de Controlo Interno		1						Administração/Gestão	1						1
	Total	0	1	0	0	0	0		1	0		0	0	0	1
GPC Gab. de Proteção Civil		1						Eng. Florestal				1			1
	Total	0	1	0	0	0	0		0	0		1	0	0	1
GAG Gab. de Atendimento Geral					6			Administrativa	6						6
					1			BAD	1						1
							1	Telefonista	1						1
	Total	0	0	0	0	7	1		8	0		0	0	0	8
GC Gabine de Comunicação		1						Relações Públicas	1						1
		1						Designer	1						1
		1						Comunicação				1			1
			1					Informática				1			1
	Total	0	3	1	0	0	0		2	0		2	0	0	4
GIM Gab. de Informática e Modernização			5					Informática	5						5
	Total	0	0	5	0	0	0		5	0		0	0	0	5
DAG Divisão de Administração Geral	1							Auditoria e Contabilidade			1				1
		1						Economia	1						1
		4						Auditoria e Contabilidade	3			1			4
		1						Gestão	1						1
		2						Administração Pública	2						2

Unidade Orgânica/ Centros de competência/ Área de Atividade	Chefe de Divisão ^{a)}	Técnico Superior	Técnico Informática	Coordenador Técnico	Assistente Técnico	Encarregado Operacional	Assistente Operacional	Área de Formação Académica e/ou Profissional	POSTOS DE TRABALHO						
									Existentes e Ocupados			A Ocupar			TOTAL
									CTTI	CTTD	Comis. de Serviço	CTTI	CTTD	Comis. de Serviço	
DAG Divisão de Administração Geral (cont.)				1				Administrativa	1						1
					17			Administrativa ^{b)}	16			1			17
					1			Aferidor	1						1
							1	Auxiliar de Serviços Gerais	1						1
							1	Auxiliar Administrativo				1			1
							4	Fiel de Armazéns	3			1			4
	Total	1	8	0	1	18	0	6		29	0	1	4	0	0
DASS Divisão de Ação Social e Saúde	1							Serviço Social			1				1
		4						Serviço Social	4						4
		1						Sociologia	1						1
		1						Psicologia	1						1
		1						Gerontologia				1			1
		1						Economia/Gestão				1			1
	Total	1	8	0	0	1	0	0		7	0	1	2	0	0
DED Divisão de Educação e Desporto	1							Educação/Ensino			1				1
		4						Desporto/Educação Física				4			4
		65						Professores AEC'S ^{c)}		54			11		65
		2						Educação	1			1			2
						7		Monitor Natação	7						7
						5		Administrativa	2			3			5
	Total	1	71	0	0	12	0	25		26	54	1	17	11	0

Unidade Orgânica/ Centros de competência/ Área de Atividade	Chefe de Divisão ^{a)}	Técnico Superior	Técnico Informática	Coordenador Técnico	Assistente Técnico	Encarregado Operacional	Assistente Operacional	Área de Formação Académica e/ou Profissional	POSTOS DE TRABALHO						
									Existentes e Ocupados			A Ocupar			TOTAL
									CTTI	CTTD	Comis. de Serviço	CTTI	CTTD	Comis. de Serviço	
DCTJ Divisão de Cultura, Turismo e Juventude	1							Biblioteca e Documentação			1				1
		1						Museólogo				1			1
		3						Conservador de Museus	2			1			3
		2						Biblioteca e Documentação	2						2
		2						Arquivo	2						2
		3						História	3						3
		1						Psicopedagogia	1						1
		2						Antropologia	2						2
		1						Turismo	1						1
		1						Turismo e Património Cultural	1						1
		1						Comunicação	1						1
		1						Produção Cultural				1			1
		1						Animação Sócioeducativa				1			1
		1						Arqueologia				1			1
						2		Assistente Conservador	2						2
						12		Biblioteca e Documentação	12						12
						5		Animador Sócio-Cultural	5						5
						1		Arquivo				1			1
						2		Turismo	2						2
						8		Administrativa	6			2			8
						1	Eletricista				1			1	
						5	Auxiliar Administrativo	2			3			5	
						6	Auxiliar de Serviços Gerais	3			3			6	
Total	1	20	0	0	30	0	12		47	0	1	15	0	0	63

Unidade Orgânica/ Centros de competência/ Área de Atividade	Chefe de Divisão ^{a)}	Técnico Superior	Técnico Informática	Coordenador Técnico	Assistente Técnico	Encarregado Operacional	Assistente Operacional	Área de Formação Acadêmica e/ou Profissional	POSTOS DE TRABALHO							
									Existentes e Ocupados			A Ocupar			TOTAL	
									CTTI	CTTD	Comis. de Serviço	CTTI	CTTD	Comis. de Serviço		
DOIA Divisão de Obras, Investimentos e Ambiente	1										1				1	
			2						Ambiente	2						2
			4						Eng. Civil	3		1				4
			1						Administração Pública	1						1
						1			Desenhador	1						1
						1			Adj. Construção Civil	1						1
							1		Condutor	1						1
							1		Auxiliar Serviços Gerais	1						1
Total	1	7	0	0	2	0	2		10	0	1	1	0	0	12	
DOPGU Divisão de Obras Particulares e Gestão Urbana	1								Arquiterura			1				1
			4						Arquitetura	4						4
			1						Eng. Civil	1						1
			1						Administração Pública	1						1
						4			Fiscal Municipal	4						4
						2			Administrativa	2						2
							2		Auxiliar Administrativo	2						2
Total	1	6	0	0	6	0	2		14	0	1	0	0	0	15	
DPUP Divisão de Planejamento Urbanístico e Projetos	1								Planeamento Reg. e Urbano			1				1
			1						Arquiteto	1						1
			3						Planeamento Reg. e Urbano	2			1			3
						2			Desenhador	2						2
						1			Topógrafo	1						1
							1		Porta Miras				1			1
							1		Auxiliar Administrativo	1						1
Total	1	4	0	0	3	0	2		7	0	1	2	0	0	10	

Unidade Orgânica/ Centros de competência/ Área de Atividade	Chefe de Divisão ^{a)}	Técnico Superior	Técnico Informática	Coordenador Técnico	Assistente Técnico	Encarregado Operacional	Assistente Operacional	Área de Formação Académica e/ou Profissional	POSTOS DE TRABALHO						
									Existentes e Ocupados			A Ocupar			TOTAL
									CTTI	CTTD	Comis. de Serviço	CTTI	CTTD	Comis. de Serviço	
DGESU Divisão de Gestão de Equipamentos e Serviços Urbanos	1							Engenharia Civil			1				1
		1						Engenheiro Civil	1						1
		2						Engenharia Eletromecânica	1			1			2
		1						Mecanotecnia	1						1
		1						Biologia	1						1
		1						Higiene e Segurança no Trabalho	1						1
						1		Desenhador	1						1
						2		Manutenção	2						2
							1	Encarregado SHL	1						1
							1	Asfaltador				1			1
							14	Auxiliar Serviços Gerais	8			6			14
							3	Calceteiro	1			2			3
							1	Cantoneiro de Arruamentos	1						1
							6	Cantoneiro de Limpeza	5			1			6
							3	Cantoneiro de Vias	3						3
							1	Condutor de Cilindros	1						1
							7	Condutor de MPVE	4			3			7
							2	Coveiros	2						2
							2	Motorista de Transportes Coletivos	2						2
							9	Pedreiro	6			3			9
						2	Pintor	2						2	
						2	Carpinteiro	2						2	
						1	Lubrificador	1						1	
						1	Mecânico	1						1	
						3	Serralheiros	2			1			3	
						2	Canalizador	2						2	

Unidade Orgânica/ Centros de competência/ Área de Atividade	Chefe de Divisão ^{a)}	Técnico Superior	Técnico Informática	Coordenador Técnico	Assistente Técnico	Encarregado Operacional	Assistente Operacional	Área de Formação Académica e/ou Profissional	POSTOS DE TRABALHO						
									Existentes e Ocupados			A Ocupar			TOTAL
									CTTI	CTTD	Comis. de Serviço	CTTI	CTTD	Comis. de Serviço	
DGESU Divisão de Gestão de Equipamentos e Serviços Urbanos (cont.)							16	Jardineiros	13			3			16
							2	Tratador/ Apanhador de Animais				2			2
							1	Fiel de Mercados	1						1
							1	Manutenção	1						1
							1	Eletricista	1						1
							1	Fogoeiro	1						1
	Total	1	6	0	0	3	1	82		69	0	1	23	0	0

POSTOS DE TRABALHO PREVISTOS POR CATEGORIAS	Chefe Divisão ^{a)}	Téc. Superior	Informático	Coord. Técnico	Ass. Técnico	Encarreg. Oper.	Ass. Operacional	TOTAL POSTOS DE TRABALHO	Ocupados			A Ocupar			TOTAL
	8	138	6	1	83	1	132		228	54	8	68	11	0	
									290			79			369

a) Os 228 postos de trabalho CTTI ocupados incluem 7 lugares de origem dos Chefes de Divisão;

b) Inclui uma trabalhadora afeta aos Órgãos Autárquicos.

c) Postos de trabalho a tempo parcial

Eleitos Locais 4

d) Aos 290 postos de trabalho ocupados, acrescem 14 trabalhadores ao serviço da AdRA (Águas da Região de Aveiro), em regime de cedência de interesse público.

GAPEL 4

CTTI: Contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado

CTTD: Contrato de trabalho em funções públicas por tempo determinado

MUNICÍPIO DE ÍLHAVO
MAPA DE PESSOAL 2018 - ANEXO I

CARACTERIZAÇÃO DOS POSTOS DE TRABALHO

CARREIRA/ CATEGORIA	CHEFE DE DIVISÃO
Formação Académica e/ou Profissional	As definidas na Lei 2/2004, de 15/01, com a s devidas alterações e adaptada à administração local pela Lei 49/2012, de 29/08.
Atribuições e Competências	Diretamente dependente do diretor de departamento municipal ou diretamente dependente do presidente da Câmara Municipal: dirigir o pessoal integrado na divisão, para o que distribui, orienta e controla a execução dos trabalhos dos subordinados; incumbir tarefas como organizar as atividades da divisão, de acordo com o plano de atividades definido e proceder à avaliação dos resultados alcançados; promover a qualificação do pessoal da divisão; elaborar pareceres e informações sobre assuntos da competência da divisão a seu cargo; quando não exista diretor de departamento municipal, exercer também as funções descritas para diretor de departamento municipal, sob a direta dependência dos membros do órgão executivo municipal ou do membro do órgão executivo com poderes para o efeito.

CARREIRA/ CATEGORIA	TÉCNICO SUPERIOR
Formação Académica e/ou Profissional	Licenciatura ou grau académico superior
Perfil de competências	Orientação para os resultados: capacidade para concretizar com eficácia e eficiência os objetivos do serviço e as tarefas que lhe são solicitadas.
	Orientação para o serviço público: capacidade para integrar no exercício da sua atividade os valores éticos e deontológicos do serviço público e do setor concreto em que se insere, prestando um serviço de qualidade orientado para o cidadão.
	Planeamento e organização: capacidade para programar, organizar e controlar a sua atividade e projetos variados, definindo objetivos, estabelecendo prazos e determinadas prioridades.
	Trabalho de equipa e cooperação: capacidade para se integrar em equipas de trabalho de constituição variada e gerar sinergias através de participação ativa.
	Tolerância à pressão e contrariedades: capacidade para lidar com situações de pressão e com contrariedades de forma adequada e profissional.
Conteúdo Funcional Genérico	Funções consultivas, de estudo, planeamento, programação, avaliação e aplicação de métodos e processos de natureza técnica e ou científica que fundamentam e preparam a decisão. Elaboração, autonomamente ou em grupo, de pareceres e projetos, com diversos graus de complexidade, e execução de outras atividades de apoio geral ou especializado nas áreas de atuação comuns, instrumentais e operativas dos órgãos e serviços. Funções exercidas com responsabilidade e autonomia técnica, ainda que com enquadramento superior qualificado. Representação do órgão ou serviço em assuntos da sua especialidade, tomando opções de índole técnica, enquadradas por diretivas ou orientações superiores.

ÁREA DE ATIVIDADE, ATRIBUIÇÕES E COMPETÊNCIAS

Administrativa e ou Controlo Interno	Assegurar o acompanhamento e a avaliação permanente do sistema de controlo interno instituído, bem como propor superiormente a sua revisão e atualização; efetuar e acompanhar as auditorias que o Presidente entenda realizar aos serviços municipais; elaborar e submeter superiormente os projetos de reorganização e informatização dos serviços; superintender a gestão dos sistemas informáticos municipais, assegurando a ligação entre o setor da informática e as restantes unidades orgânicas dos serviços, com vista à produção e divulgação de informação e à correta utilização dos equipamentos; desenvolver novos métodos de gestão administrativa conducentes a maior produtividade da estrutura. Responsável pela coordenação e acompanhamento do Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas do Município de Ílhavo.
Administração Pública (Divisão de Obras Particulares e Gestão Urbana)	Proceder à atualização contínua com georeferenciação em Sistema de Informação Geográfica (SIG) do levantamento das atividades económicas, ocupação do espaço público e publicidade; controlo e emissão de avisos para renovação das licenças de ocupação do espaço público e publicidade; levantamento e avaliação da possibilidade de licenciamento das atividades económicas não licenciadas e encaminhamento dos respetivos processos; análise dos requerimentos de horário de funcionamento dos estabelecimentos abertos ao público e emissão de parecer preparatório da decisão, nos termos do Regulamento Municipal dos Horários de Funcionamento dos Estabelecimentos de Venda ao Público e de Prestação de Serviços no Município de Ílhavo; gestão da Toponímia e Numeração de Polícia, incluindo a validação da numeração existente e a atribuição onde a mesma não exista, em toda a área do Município, e respetiva georeferenciação em SIG; análise dos requerimentos relativos a toponímia e atribuição e certificação de números de polícia e emissão de parecer preparatório da decisão, nos termos do Regulamento Municipal sobre Toponímia e Numeração de Polícia. Elaboração de relatórios estatísticos periódicos do trabalho desenvolvido nas áreas da ocupação do espaço público e da publicidade, bem como de listagens temáticas das atividades económicas para apoio ao Executivo, à proteção Civil e às várias divisões da CMI. Estas funções serão desenvolvidas nas aplicações SIGMA (Sistema Integrado de Gestão Municipal), nomeadamente Atendimento, Pocal, Publicidade e Urbanismo, com a utilização dos sistemas SIGMAFLOW e SIGMADOC.
Administração Pública (Divisão de Obras, Investimentos e Ambiente)	Exercer funções consultivas, de estudo, planeamento, programação, avaliação e aplicação de métodos e processos de natureza técnica e ou científica, que fundamentam e preparam a decisão na área de obras municipais e investimentos. Elaborar pareceres, com diversos graus de dificuldade e complexidade, e executar outras atividades de apoio geral ou especializado na área de obras municipais e gestão de fundos comunitários (apoio à gestão de concursos na plataforma VortalGov e gestão de fundos comunitários/plataforma MaisCentro, entre outras). Funções exercidas com responsabilidade e autonomia técnica, ainda que com enquadramento superior qualificado.
Administração Pública (Área de Recursos Humanos)	Gerir os processos de recrutamento de pessoal, promovendo o seu normal desenvolvimento e podendo participar como júri dos mesmos; apoiar na gestão e organização do processo de avaliação de desempenho; assegurar todo o processo relativo à formação profissional, incluindo o levantamento, análise e elaboração de propostas sobre as necessidades de formação; gerir contratos de trabalho em funções públicas e períodos experimentais; realizar, compilar e tratar dados estatísticos no âmbito de recursos humanos, designadamente balanço social, formação, despesas com pessoal, mapa de pessoal, mapa de pessoal; elaborar pareceres e projetos de diferentes graus de complexidade na área cadastral e de remunerações; executar outras tarefas de apoio especializado na área de recursos humanos. Coordenar o serviço da respetiva subunidade orgânica, mantendo o Chefe de Divisão informado sobre o andamento dos trabalhos da mesma.
Administração Pública (Áreas de Compras, Aproveitamento e Património)	Assegurar o expediente relativo à aquisição de bens e serviços, incluindo a abertura de concursos; efetuar consultas periódicas ao mercado, tendo em vista definir as entidades que oferecem melhores condições e detetar novos fornecedores, bens e serviços mais favoráveis para a Autarquia; gerir os armazéns da Câmara, no que respeita ao pessoal, stocks, e à devida distribuição e controlo dos bens existentes. Gerir o património do município, relativamente aos bens móveis e imóveis, assegurando o seu cadastro e inventariação e todo o expediente relativo a inscrições matrículas, seguros, alienações, compras e cedências. Coordenar o serviço da respetiva subunidade orgânica, mantendo o Chefe de Divisão informado sobre o andamento dos trabalhos da mesma.
Ambiente	Proceder à análise, estudos e emissão de pareceres numa perspetiva macroscópica sistemática integrada nos assuntos que lhe são submetidos, para tratamento à luz das ciências do ambiente; elaboração de propostas fundamentadas de solução de problemas concretos na área ambiental; preparação elaboração e acompanhamento de projetos ambientais, designadamente campanhas de sensibilização e educação ambiental; bem como medidas e ações de monitorização, controlo, gestão e proteção ambiental, nomeadamente no âmbito de resíduos sólidos, indicadores ambientais, espaços verdes e recursos hídricos. Participação com eventual coordenação em equipas interdisciplinares compostas por técnicos superiores ou outros; intervenção no diálogo privilegiado com outros ramos de especialidades para prossecução de objetivos com conteúdo pluridisciplinar.
Animação Sócio Educativa	Identificação dos diferentes contextos Socioculturais e Educativos do Município e colaboração ativa nos processos de planeamento, gestão, valorização e divulgação dos serviços municipais, com incidência particular nos Fóruns da Juventude; colaboração na conceção, execução, acompanhamento e avaliação de projetos, programas e planos de Animação Sociocultural e Educativa, numa vertente pedagógica ao serviço do processo da formação de jovens, facultando-lhes a aquisição de competências de estudo e participação ativa na sociedade; apoio na coordenação de equipas, definindo, implementando e avaliando estratégias para a sua intervenção através dos recursos existentes; Conceção e desenvolvimento de projetos no âmbito social, desportivo, cultural, artístico e do espetáculo para o público jovem, no âmbito da dinamização dos Fóruns da Juventude ao longo do ano e da oferta turística, nomeadamente na animação no período de verão; elaboração de relatórios de avaliação dos projetos com vista à boa execução dos planos de trabalho e dos eventos programados.
Antropologia	Proceder ao estudo, pesquisa e inventariação de patrimónios imateriais ligados à região e ao património marítimo e fluvial; conceção e desenvolvimento de ações, cientificamente rigorosas, que promovam a fruição do Património Material e Imaterial em articulação com os responsáveis; definição de conteúdos culturais destinados à fruição pública do Património Imaterial que reflitam um sólido conhecimento sociológico e antropológico sobre o papel dos Museus na vivência de uma memória partilhada, potenciando sentimentos de Identificação, Coesão Social e Cidadania; execução, intervenção, participação e conceção em projetos e/ou programas sociais e/ou culturais; programação e produção de exposições nos espaços culturais do Município; colaboração com o Serviço Educativo dos Museus e Centros Culturais, apoiando na definição e promoção de projetos de caráter pedagógico sobre as coleções dos Museus, sobre o Património Material e Imaterial da região e sobre as exposições produzidas; realização de outras tarefas de caráter especializado relacionadas com o setor.

Arqueologia	Executar ou coordenar a execução de todo o tipo de trabalhos específicos no âmbito da arqueologia no campo, em meio urbano; em gabinetes ou laboratórios, conceber e desenvolver projetos de investigação; efetuar prospeções, escavações, peritagens, estudos diversos, exposições, conferências e elaborar publicações; emitir pareceres sobre normas de proteção de gestão do património arqueológico ou sobre projetos de conservação; executar funções nas áreas do restauro e musealização de imóveis e sítios arqueológicos; executar outras atividades de apoio geral ou especializado nas áreas de atuação comuns, instrumentais e operativas dos órgãos e serviços; outras atividades que se relacionem com a esfera jurídica municipal do grau de complexidade e no âmbito das atribuições caracterizadoras da unidade orgânica onde o posto de trabalho se insere.
Arquitetura	Proceder à conceção e projeção de conjuntos urbanos, edificações, obras públicas e objetos, prestando a devida assistência técnica e orientação no decurso da respetiva execução; elaboração de informações relativas a processos na área da respetiva especialidade, incluindo o planeamento urbanístico, bem como sobre a qualidade e adequação de projetos para licenciamento de obras de construção civil ou de outras operações urbanísticas; colaboração na organização de processos de candidatura a financiamentos comunitários, da administração central ou outros; colaboração na definição das propostas de estratégia, de metodologia e de desenvolvimento para as intervenções urbanísticas e arquitetónicas; coordenação e fiscalização na execução de obras.
Arquivo	Garantir a gestão integrada do Centro de Documentação, arquivos físicos e eletrónico, com responsabilidade direta na promoção, organização e manutenção do sistema de arquivo por forma a otimizar a consulta dos documentos (elaboração e controlo do quadro de Classificação, Avaliação e Seleção, eliminação ou Conservação de documentos e Descrição Arquivística); Promoção das atividades do serviço educativo inerentes ao CDI; orientação e gestão dos serviços de consulta e acompanhamento dos processos de investigação decorrentes da programação do Município, orientação a elaboração de instrumentos de descrição da documentação, tais como guias, inventários, catálogos e índices; execução e orientação dos trabalhos no âmbito da conservação e restauro de documentos.
Auditoria e/ou Contabilidade	Propor ações que visem o apoio à tomada de decisões ao nível superior no domínio financeiro, nomeadamente no que concerne à obtenção, utilização controlo de recursos financeiros; planificar, organizar e coordenar a execução da contabilidade, respeitando as normas legais e os princípios contabilísticos geralmente aceites; exercer funções de consultadoria em matéria de âmbito financeiro; assumir a responsabilidade pela regularidade técnica nas áreas contabilística e fiscal; verificar toda a atividade financeira, designadamente o cumprimento dos princípios legais relativos à arrecadação das receitas e à realização das despesas; organizar e verificar a elaboração dos documentos previsionais, suas revisões e alterações, bem como os documentos de prestação de contas.
Biblioteca e Documentação	Conceber e planear serviços e sistemas de informação; estabelecer e aplicar critérios de organização e funcionamento dos serviços; seleccionar, classificar e indexar documentos sob a forma textual, sonora, visual ou outra, para o que necessita de desenvolver e adaptar sistemas de tratamento automático ou manual, de acordo com as necessidades específicas dos utilizadores; definir procedimentos de recuperação e exploração de informação; apoiar e orientar o utilizador dos serviços; promover ações de difusão, a fim de tornar acessíveis as fontes de informação primária, secundária e terciária; coordenar e supervisionar os recursos humanos e materiais necessários às atividades a desenvolver e proceder à avaliação dos resultados.
Biologia	Planear e garantir o apoio técnico e logístico adequado ao normal funcionamento do Mercado da Costa Nova; implementar, acompanhar e dinamizar iniciativas de sensibilização para a qualidade e segurança alimentar; garantir a qualidade dos produtos transacionados naquele equipamento, mediante medidas rigorosas de controlo de qualidade.
Conservador de Museus	Assegurar a conceção, planeamento e apoio à gestão museológica do Município; sugerir e desenvolver ações de promoção do Museu Marítimo de Ílhavo; promover e organizar a conservação e estudo de fundos documentais de temática marítima; apoiar na investigação e estudo da História Local; apoiar na gestão de coleções, na inventariação, documentação e divulgação das coleções. Apoiar na preparação e coordenação dos serviços educativos e das visitas guiadas sobre História da pesca do bacalhau e património marítimo; apoiar na elaboração e organização de colóquios, exposições e publicações sobre patrimónios marítimos e história regional; assegurar a emissão de pareceres sobre questões e temáticas ligadas a aspetos de defesa, salvaguarda e divulgação dos patrimónios marítimos e culturais da região. Realizar outras tarefas de carácter especializado relacionadas com o setor.
Design	Exercer com autonomia e responsabilidade, funções de estudo, conceção e adaptação de métodos e processos científico-técnicos inerentes à licenciatura e inseridos nos seguintes domínios de atividade: apoio no tratamento das questões respeitantes à comunicação e imagem do Município de Ílhavo; gestão gráfica, gestão da programação e atualização do sítio e da intranet; gestão de design dos vários suportes (sítio, intranet, cartazes, brochuras, etc); produção de conteúdos multimédia; emissão de pareceres técnicos no domínio do design.
Desporto	Proceder ao planeamento, elaboração, organização e controlo das ações desportivas; gestão e racionalização de recursos humanos e materiais desportivos; conceção e aplicação de projetos de desenvolvimento desportivo; desenvolvimento de projetos e ações ao nível da intervenção nas coletividades, de acordo com o projeto de desenvolvimento desportivo; orientação, acompanhamento e desenvolvimento de treino de jovens nos vários escalões de formação desportiva, lecionação da atividade física e desportiva nas escolas do 1º ciclo do ensino básico.
Direito	Prestar apoio jurídico aos órgãos e serviços municipais; apoiar a instrução dos processos de contraordenação; emitir pareceres jurídicos nas diversas matérias relativas às competências e atribuições do Município; assegurar os serviços de notariado privado, apoiar a instrução de aptos ou contratos em que seja parte o município, acompanhar os processos de contencioso judicial ou extrajudicial do Município, executar outras funções no âmbito das atribuições do Serviço de Apoio Jurídico, Notariado e Execuções Fiscais.
Educação	Proceder à dinamização e acompanhamento de projetos de intervenção educativa e socioeducativa, ao nível da educação ambiental, educação para a cidadania, educação e promoção da saúde, entre outros; colaboração com os diferentes órgãos de administração de gestão de escolas, associações de pais e entidades públicas e privadas; desenvolvimento de estudos, propostas e ações de apoio a projetos educativos; preparação e submissão de candidaturas relacionadas com o parque escolar, equipamentos e materiais didáticos e mobiliário; análise, recolha e atualização de dados sobre a população escolar e evolução demográfica do concelho; preparação de reuniões de Conselho Municipal de Educação e respetiva elaboração de atas.
Eletromecânica	Proceder ao estudo, conceção e elaboração de pareceres de projetos de máquinas, equipamentos, instalações de sistemas mecânicos, designadamente destinados ao setor metalúrgico, metalomecânico e outros, tais como geração de energia, sistemas de aquecimento, ventilação, ar condicionado e refrigeração, rede de fluidos, transportes, equipamentos e instalações para as indústrias químicas, agroalimentares, equipamentos para a agricultura e minas e estruturas metálicas industriais, e participação na sua fabricação, montagem, manutenção e reparação; Escolha e elaboração das especificações dos materiais e componentes, e definição das normas e códigos a aplicar; Planeamento e organização da produção e definição dos métodos e processos de fabrico de controlo da qualidade e de segurança nas instalações e no trabalho; Promoção e colaboração em ações de formação na área da segurança (instalações, equipamentos e pessoal), bem como nos procedimentos de segurança ao nível dos locais de trabalho. Colaboração no acompanhamento e gestão do armazém, estudando e implementando novas tecnologias, execução de trabalhos e desenvolvimento de atividades que visam a boa organização dos serviços; elaboração de pareceres que fundamentam uma boa e correta gestão autárquica.
Engenharia Civil	Elaborar informações e pareceres de carácter técnico sobre processos e viabilidade de construção; conceção e realização de projetos de obras, tais como edifícios, preparando, organizando e superintendendo a sua construção manutenção e reparação; conceção de projetos de estrutura e fundações, escavação e contenção periférica, redes interiores de água e esgotos, rede de incêndio e rede de gás; conceção e análise de projetos de arruamentos, drenagem de águas pluviais e de águas domésticas e abastecimento de águas relativos a operações de loteamentos urbanos; estudo, se necessário, do terreno e do local mais adequado para a construção da obra; execução dos cálculos, preparando a residência e a estabilidade da obra considerada, e tendo em atenção fatores como a natureza dos materiais de construção a utilizar, pressões de água, resistência aos ventos, a sismos e mudanças de temperatura; preparação do programa e coordenação das operações à medida que os trabalhos prosseguem; preparação, organização e superintendência dos trabalhos de manutenção e reparação de construções existentes; fiscalização e direção técnica de obras; realização de vistorias técnicas. Colaboração e participação em equipas multidisciplinares para elaboração de projetos para obras de complexa ou elevada importância técnica ou económica; conceção e realização de planos de obras, estabelecendo estimativas de custo e orçamentos, planos de trabalho e especificações, indicando o tipo de materiais, máquinas e outros equipamentos necessários; preparação dos elementos necessários para lançamento de empreitadas nomeadamente elaboração do programa de concurso e caderno de encargos.
Economia	Elaborar estudos e análises de dados económicos e elaboração de previsões, projetos, pareceres, peritagens e auditorias em assuntos relativos aos ramos da ciência económica; realizar estudos, pesquisas e levantamentos de programas comunitários; investigar os diferentes aspetos das dinâmicas económicas e elaborar programas de intervenção nesse domínio, da iniciativa municipal em articulação com outras entidades, reabilitação social e urbana, e engenharia.
Economia/Gestão (DASS)	Exercer com autonomia e responsabilidade funções de estudo, conceção e adaptação de métodos e processos científico-técnicos, nomeadamente, nos seguintes domínios de atividade: Serviço de Apoio à Formação e ao Emprego, desenvolvendo funções respeitantes ao Gabinete de Inserção Profissional, à Incubadora de Empresas, ao Gabinete de Apoio ao Empresário e ao Grupo de Entregada na Procura de Emprego, entre outras; apoio, numa dinâmica de proximidade, aos desempregados locais, aumentando a empregabilidade no Município; apoio aos empreendedores no desenvolvimento das suas ideias de negócio; acompanhamento às micro, pequenas e médias empresas instaladas ou que se pretendam instalar no Município de Ílhavo. Diagnosticar necessidades e desenvolver funções de captação de Fundos Comunitários na esfera da Economia Regional e Local.
Gerontologia	Conhecer as políticas de apoio à população idosa do Município de Ílhavo; conhecer a tipologia diferenciada dos equipamentos de apoio a idosos do Município; mitigar fatores inibidores e promotores de uma vida anónima e de isolamento, pautada pelo deficit de hábitos saudáveis e de atividade física; proporcionar uma política integrada para os seniores, através de uma atuação coordenada entre instituições e entidades públicas e privadas que intervêm neste âmbito; utilização de conhecimentos e metodologias necessárias para a compreensão holística do processo de envelhecimento humano, nos seus aspetos biológicos, psicológicos, sociais e culturais; utilização de capacidades de reflexão crítica, quer sobre as práticas, quer sobre as atitudes e comportamentos perante o processo de envelhecimento e a velhice; manuseamento de instrumentos teóricos práticos com vista à organização, gestão e avaliação organização, gestão e avaliação de serviços gerontológicos; intervir junto da população idosa numa perspetiva biopsicossocial; colaborar na organização e participar nas atividades promovidas pela Câmara Municipal de Ílhavo dedicadas à população idosa (Movimento Maior, Espaços Maior Idade, ações do Fórum Municipal da Maior Idade), tendo em especial observância a intergeracionalidade; colaborar na organização e participar nas ações promovidas pelas entidades da Rede Social de Ílhavo dedicadas a idosos; colaborar ativamente no delineamento do Plano Estratégico dos Idosos do Município de Ílhavo.
Gestão	Desempenho de funções na Divisão de Administração Geral designadamente na área de contratação e contabilidade, para o exercício de funções consultivas, de estudo, planeamento, programação, avaliação e aplicação de métodos e processos de natureza técnica e ou científica, que fundamentam e preparam a decisão, de elaboração de cadernos de encargos, convites, programas de concurso, utilização da plataforma eletrónica de compras - Vortal, registo de procedimentos de contratação desde o início do procedimento até ao relatório final de execução, procedimentos de controlo e auditoria, em áreas de contratação, armazéns e contabilidade, assegurar o acompanhamento, controlo e avaliação dos orçamentos; elaboração de relatórios de execução orçamental de processos aquisitivos; de elaboração de propostas com vista à racionalização e rentabilização dos recursos financeiros.

Higiene e Segurança no Trabalho	Organizar, desenvolver, coordenar e controlar as atividades de prevenção e de proteção contra os riscos profissionais no contexto dos serviços de segurança e saúde do trabalho, nomeadamente: colaborar na definição da política geral da CMI relativa à prevenção de riscos e planear e implementar o correspondente sistema de gestão; desenvolver processos de avaliação de riscos profissionais; conceber, programar e desenvolver medidas de prevenção e de proteção; coordenar tecnicamente as atividades de segurança e higiene no trabalho, assegurando o enquadramento e a orientação técnica dos profissionais da área da segurança e higiene no trabalho; participar na organização do trabalho; gerir o processo de utilização de recursos externos nas atividades de prevenção e de proteção; assegurar a organização da documentação necessária à gestão da prevenção na empresa; promover a informação e a formação dos trabalhadores e demais intervenientes nos locais de trabalho; promover a integração da prevenção nos sistemas de comunicação da empresa, preparando e disponibilizando a necessária informação específica; dinamizar processos de consulta e de participação dos trabalhadores.
História	Assegurar a conceção, planeamento e apoio à gestão museológica do Município; sugestão e desenvolvimento de ações de promoção do Museu Marítimo de Ílhavo e do Centro de Documentação; investigação e estudo da história regional e local; organização, conservação e estudo de fundos documentais de temática marítima e de história regional e local; apoio na gestão de coleções na inventariação, documentação e divulgação das coleções; preparação e coordenação dos serviços educativos para as visitas guiadas sobre história e património locais do concelho; elaboração e organização de colóquios, exposições e publicações sobre patrimónios marítimos e história regional e local; emissão de pareceres sobre questões e temáticas ligadas a aspetos de defesa, salvaguarda e divulgação dos patrimónios marítimos e culturais da região; realização de outras tarefas de carácter especializado relacionadas com o setor.
Mecanotecnia	Proceder à elaboração de informações e pareceres de carácter técnico sobre processos no âmbito da manutenção e conservação dos edifícios e instalações, da assistência técnica a equipamentos e sistemas infra-estruturais, nomeadamente de comunicações, electricidade, águas, tratamento de ar, climatização, ar comprimido, vácuo, gás, azoto, efluentes, incêndio e segurança, e viaturas.
Museólogo	Executar ou coordenar a criação e gestão de conteúdos programáticos no âmbito dos objetivos definidos do Museu Marítimo de Ílhavo; acompanhar investigadores no âmbito das suas funções; coordenar a produção de conteúdos e emitir pareceres, preparar conferências e produzir informação com visibilidade para o público (mostras, publicações, artigos, entre outros). Assegurar os princípios definidos na gestão do Museu Marítimo de Ílhavo.
Planeamento Regional e Urbano	Apoio nos processos de elaboração, revisão e alteração de planos e estudos de ordenamento do território, com especial incidência em PMOT's, com recurso a instrumentos e tecnologias apoiados em sistemas de informação geográfica; execução de processos para a submissão de IGT's em plataformas eletrónicas; gestão e administração de conteúdos do Portal SIG e da página de Planeamento e Ordenamento do Território do site oficial da CMI; elaboração de relatórios e pareceres sobre questões da sua especificidade; conceção e adaptação de métodos e processos científico-técnicos, tendo em vista o apoio à tomada de decisão, designadamente ao nível do Planeamento e Gestão de Perímetros Urbanos, delimitação e gestão do Domínio Público Marítimo, e análise de informação demográfica; atualização do Cadastro Predial e Georeferenciação online; gestão e administração de bases de dados espacial municipal; produção e manutenção de informação geográfica municipal; criação, desenvolvimento e manutenção de plataformas webmaps adequadas ao perfil de utilizador; elaboração de estudos sobre informação geográfica; desenvolvimento de algumas funcionalidades e serviços recorrendo à programação informática aplicada aos SIG; domínio de software específico como instrumento para a visualização e manipulação de dados espaciais, seja em posto único, seja como rede para vários utilizadores; apoio técnico e formação na implementação e gestão do sistema de informação geográfica promovendo a sua utilização por outras unidades orgânicas da CMI;
Produção Cultural	Colaboração na planificação, conceção, execução e avaliação de projetos culturais, turísticos e da juventude; coordenação das diferentes áreas técnicas dos eventos (iluminação, som, audiovisual, técnicos de palco e manutenção; supervisão do funcionamento e manutenção dos diferentes elementos técnicos que constem da ação); apoio na coordenação das equipas e respetiva distribuição de tarefas, bem como avaliação das condições técnicas no âmbito da realização das atividades e relatórios setoriais, de acordo com as orientações da Divisão; controle orçamental por atividade, em articulação com a orientação de cada um dos Pelouros tendo sempre em vista a boa execução dos planos de trabalhos para a realização dos eventos programados.
Proteção Civil/ Florestal	Propor medidas adequadas a incluir no plano de atividades anuais e plurianuais e executar as ações que na área da defesa e ordenamento da floresta estejam já incluídas; acompanhar, executar e atualizar o Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI), bem como os programas de ação previstos; participar nas tarefas de planeamento e ordenamento dos espaços rurais do Município; centralizar a informação relativa aos incêndios florestais; coadjuvar o responsável pela Proteção Civil Municipal em reuniões e situações de emergência, quando relacionadas com incêndios florestais; promover o cumprimento do estabelecido no sistema nacional de defesa da floresta contra incêndios, adiante designada por DFCl, relativamente às competências atribuídas aos municípios; supervisionar e controlar a qualidade das obras municipais e subcontratadas no âmbito da DFCl; construir e gerir sistemas de informação geográfica de DFCl; avaliar informar sobre a utilização de fogo de artifício e outros artefatos pirotécnicos; acompanhar e divulgar o índice diário de risco de incêndio; emitir propostas e pareceres no âmbito das medidas e ações de DFCl e ordenamento florestal, dos planos e relatórios de âmbito local, regional nacional e das propostas de legislação; planear as ações a realizar, no curto prazo, no âmbito do controlo das ignições, designadamente, sensibilizar a população, vigiar e adotar as medidas de compressão legalmente previstas, quando for caso disso; atender e informar os municípios sobre as ações de gestão de combustíveis e sobre as ações de florestação e reforestação e disposições legais aplicáveis; acompanhar, vistoriar e emitir pareceres sobre as ações de florestação e reforestação sujeitas a licenciamento camarário; propor, elaborar e informar projetos de candidaturas a programas de financiamento público e coordenar a sua execução física; elaborar anualmente o Plano Operacional Municipal; promover ações de voluntariado de DFCl, acompanhando o seu desenvolvimento e treino dos participantes.
Psicologia	Proceder à avaliação e diagnóstico em equipa interdisciplinar e interinstitucional das situações sinalizadas no âmbito da psicologia; articulação com os diversos parceiros envolvidos na área de intervenção da psicologia; elaboração de pareceres, informações e relatórios de avaliação e de acompanhamento de crianças, jovens e adultos; dinamização de grupos de crianças e jovens nas atividades de diversas temáticas com o objetivo de promover competências sociais, pessoais e coesão do grupo; apoiar as famílias na identificação das suas dificuldades afetivo-emocionais e de comunicação, promovendo dinâmicas terapêuticas na tentativa de resolução de problemas e disfunções ou no reconhecimento e aceitação das alternativas mais adequadas ao desenvolvimento mais equilibrado destas; atendimento, acompanhamento, informação e análise das situações reacionadas de crianças e jovens em eventual situação de perigo, no âmbito da Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo; outras funções desenvolvidas no Setor de Ação Social da Autarquia e no Atendimento Social Integrado.
Psicopedagogia	Proceder à conceção e implementação de projetos no âmbito dos serviços educativos municipais; apoio ao funcionamento dos serviços educativos da Câmara Municipal de Ílhavo; planificação, organização e implementação de programas culturais dirigidos aos diferentes públicos-alvo dos serviços culturais da Câmara Municipal de Ílhavo; desenvolvimento e implementação de projetos de promoção de leitura na comunidade educativa do concelho; programação, implementação e dinamização de atividades em rede nas áreas socioculturais e educativas no âmbito da missão das Bibliotecas e na sua relação com os outros serviços internos e externos à Câmara Municipal de Ílhavo.
Relações Públicas e/ou Comunicação	Desenvolver funções de estudo e conceção de métodos e processos no âmbito da comunicação social. Executar com autonomia e responsabilidade a organização e preparação da informação municipal destinada a divulgação. Informar superiormente a atividade desenvolvida e pode ser incumbido de superintender na atividade de outros profissionais na área da comunicação social. Planear, elaborar, organizar e controlar ações de comunicação para estabelecer, manter e aperfeiçoar o conhecimento mútuo entre entidades ou grupos e o público com que estes estejam direta ou indiretamente relacionados; participar em ações de carácter protocolar. Assessoria de imprensa, acompanhamento e organização de eventos culturais.
Serviço Social	Exercer com autonomia e responsabilidade funções de estudo, conceção e adaptação de métodos e processos científico-técnicos, nomeadamente, nos seguintes domínios de atividade: colaboração com o Atendimento Social Integrado, que é uma rede de intervenção social, que congrega todas as entidades públicas e privadas com intervenção direta no atendimento e no acompanhamento de situações sociais; colaboração com a Divisão de Ação Social e Saúde da Câmara Municipal, em matérias diversas como: Comissão de Proteção de Crianças e Jovens; Ação Social Escolar; Habitação Social; Maior Idade (nos seus projetos desportivos, lúdicos e científicos, nas suas vertentes de planeamento e dinamização/animação); Diagnósticos de áreas vulneráveis; Fundo Municipal de Apoio a Famílias e Indivíduos Carenciados; entre outros.
Sociologia	Participar na programação e execução das atividades ligadas ao desenvolvimento da respetiva autarquia local; desenvolver projetos e ações ao nível da intervenção educativa na coletividade, de acordo com o planeamento estratégico integrado definido para a área da respetiva autarquia local; propor e estabelecer critérios para avaliação da eficácia dos programas de intervenção social; proceder ao levantamento das necessidades da autarquia local; propor medidas para corrigir e ou combater as desigualdades e contradições criadas pelos grupos ou sistemas que influenciam ou modelam a sociedade; promover e dinamizar ações tendentes à integração e valorização dos cidadãos; realizar estudos que permitem conhecer a realidade social, nomeadamente nas áreas da saúde, do emprego e da educação; investigar os factos e fenómenos que, pela sua natureza, podem influenciar a vivência dos cidadãos.
Técnicos das AECs	Leccionar nas escolas do 1.º ciclo do ensino básico do Município de Ílhavo, no âmbito do programa das atividades de enriquecimento curricular, bem como prestar apoio pedagógico durante os períodos de férias letivas em iniciativas do Município relacionadas com as crianças do 1.º ciclo do Ensino Básico.
Turismo	Participar na elaboração de diagnósticos que permitam caracterizar as atividades culturais e turísticas da CMI; proceder ao inventário e caracterização do património histórico-artístico do Concelho; participar na elaboração ou desenvolvimento de planos específicos de promoção de eventos; identificar necessidades de informação e participar na conceção de conteúdos e suportes de informação; participar em todas as ações de parceria com estas entidades no âmbito da cultura e turismo; difundir suportes de informação, participar em sessões de sensibilização e prestar informações; participar na identificação de necessidades de novos empreendimentos e identificar as necessidades de recursos; acompanhar a ação dos novos serviços disponibilizando a informação e contribuindo para a obtenção dos resultados, promovendo a sua articulação com os diversos setores da CMI, participando na implementação das medidas inerentes; acompanhar as atividades e eventos; acompanhar o desenvolvimento de contactos e acompanhamento de serviços para satisfação dos objetivos dos eventos em desenvolvimento; integração nas equipas de trabalho das atividades de relações internacionais; acompanhamento e promoção das atividades inerentes.

Turismo e Património Cultural	Participar na elaboração de diagnósticos que permitam caracterizar as atividades culturais e turísticas da CMI; proceder ao inventário e caracterização do património histórico-artístico e subaquático do Concelho; participar na elaboração ou desenvolvimento de planos específicos de promoção de eventos no Museu Marítimo de Ílhavo, em especial na programação do Aquário de Bacalhaus e no Navio Museu "Santo André"; identificar necessidades de informação e participar na conceção de conteúdos e suportes de informação; participar em todas as ações de parceria com estas entidades no âmbito da cultura marítima e turismo; difundir suportes de informação, participar em sessões de sensibilização e prestar informações; participar na identificação de necessidades de novos empreendimentos e identificar as necessidades de recursos; acompanhar a ação dos novos serviços disponibilizando a informação e contribuindo para a obtenção dos resultados, promovendo a sua articulação com os diversos setores da CMI, participando na implementação das medidas inerentes; acompanhar as atividades e eventos no âmbito da programação do Museu Marítimo Ílhavo, em especial do Aquário de Bacalhaus; acompanhar o desenvolvimento de contatos e acompanhamento de serviços para satisfação dos objetivos dos eventos em desenvolvimento; integração nas equipas de trabalho das atividades de relações internacionais; acompanhamento e promoção das atividades inerentes.
--------------------------------------	---

CARREIRA/ CATEGORIA	INFORMÁTICO
Formação Académica e/ou Profissional	Formação académica de nível profissional ou secundário.
ÁREA DE ATIVIDADE, ATRIBUIÇÕES E COMPETÊNCIAS	
Coordenador Técnico	Gerir os sistemas informáticos da Câmara Municipal; elaborar e submeter superiormente os projetos de informatização dos serviços; superintender a gestão dos sistemas informáticos municipais, assegurando a ligação entre o setor da informática e as restantes unidades orgânicas da Câmara, com vista à produção e divulgação de informação e à correta utilização dos equipamentos; desenvolver novos métodos de gestão administrativa conducentes à maior produtividade da estrutura; participar na implementação de um programa de qualidade total dos serviços da Câmara; assegurar o funcionamento da central telefónica e das telecomunicações em geral (Internet, fax,...); controlar a gestão dos sistemas de comunicações e a respetiva faturação; coordenar a gestão da intranet, gerir e coordenar os trabalhadores afetos ao Gabinete de Informática e Modernização.
Técnico de Informática	Instalar componentes de hardware e software, designadamente, de sistemas de servidores, dispositivos de comunicações, estações de trabalho, periféricos e suporte lógico utilitário, assegurando a respetiva manutenção e atualização; planificar a exploração, parametrizar e acionar o funcionamento, controlo e operação dos sistemas, computadores, periféricos e dispositivos de comunicações instalados, atribuir, otimizar e desafetar os recursos, identificar as anomalias e desencadear as ações de regularização requeridas; zelar pelo cumprimento das normas de segurança física e lógica e pela manutenção do equipamento e dos suportes de informação e desencadear e controlar os procedimentos regulares de salvaguarda da informação, nomeadamente cópias de segurança, de proteção de integridade e de recuperação da informação; apoiar os utilizadores finais na operação dos equipamentos e no diagnóstico e resolução dos respetivos problemas. Instalar, configurar e assegurar a integração e teste de componentes, programas e produtos aplicativos disponíveis no mercado; colaborar na formação e prestar apoio aos utilizadores na programação e execução de procedimentos pontuais de interrogação de ficheiros e bases de dados, na organização e manutenção de pastas de arquivo e na operação dos produtos e aplicações de microinformática disponíveis.

CARREIRA/ CATEGORIA	COORDENADOR TÉCNICO
Formação Académica e/ou Profissional	12º de escolaridade ou curso equiparado.
Conteúdo Funcional Genérico	Funções de Chefia técnica e administrativa em uma subunidade orgânica ou equipa de suporte, por cujos resultados é responsável. Realização das atividades de programação e organização do trabalho do pessoal que coordena, segundo orientações e diretivas superiores. Execução de trabalhos de natureza técnica e administrativa de maior complexidade. Funções exercidas com relativo grau de autonomia e responsabilidade.
ÁREA DE ATIVIDADE, ATRIBUIÇÕES E COMPETÊNCIAS	
Administrativa	Coordena, orienta e supervisiona as atividades desenvolvidas numa subunidade orgânica administrativa, designadamente as relativas às áreas de pessoal, contabilidade, expediente, património e aprovisionamento e outras de apoio instrumental à administração; distribui o trabalho pelos trabalhadores que lhe estão afetos, emite diretivas e orienta a execução de tarefas, assegura a gestão corrente dos seus serviços, equacionando a problemática do pessoal, designadamente em termos de carências de recursos humanos e necessidades de formação; afere ainda a necessidade de meios materiais indispensáveis ao funcionamento da subunidade; organiza os processos referentes à sua área de competências, informa-os, emite pareceres e minuta o expediente; atende e esclarece os trabalhadores, bem como as pessoas do exterior sobre questões específicas da sua vertente de atuação, controla a assiduidade dos funcionários.

CARREIRA/ CATEGORIA	ASSISTENTE TÉCNICO
Formação Académica e/ou Profissional	12º de escolaridade ou curso equiparado/específico.
Perfil de competências	Orientação para o serviço público: capacidade para exercer a sua atividade respeitando os princípios éticos e valores do serviço público e do setor concreto em que se insere, prestando um serviço de qualidade.
	Conhecimentos e experiência: capacidade para aplicar, de forma adequada, os conhecimentos e experiência profissional, essenciais para o desempenho das tarefas e atividades.
	Trabalho de equipa e cooperação: capacidade para se integrar em equipas de trabalho de constituição variada e cooperar com os outros de forma ativa.
	Otimização de recursos: capacidade para utilizar os recursos e instrumentos de trabalho de forma eficaz e eficiente de modo a reduzir custos e aumentar a produtividade.
	Responsabilidade e compromisso com o serviço: capacidade para compreender e integrar o contributo da sua atividade para o funcionamento do serviço, desempenhando as suas tarefas e atividades de forma diligente e disponível.
Conteúdo Funcional Genérico	Funções de natureza executiva, de aplicação de métodos e processos, com base em diretivas bem definidas e instruções gerais, de grau médio de complexidade nas áreas de atuação comuns e instrumentais e nos vários domínios de atuação dos órgãos e serviços.
ÁREA DE ATIVIDADE, ATRIBUIÇÕES E COMPETÊNCIAS	
Adj. de Construção Civil	Identificar projetos, cadernos de encargos e planos de trabalho de obra, fiscalizar e acompanhar obras municipais, quer por empreitadas, quer por administração direta; efetuar tarefas de caráter técnico de estudo e conceção de projetos, tendo em atenção a constituição geológica dos terrenos e comportamentos dos solos, elaborar cadernos de encargos, normas de execução e especificações dos materiais; organizar, programar e dirigir os estaleiros, preparar elementos de comunicação à obra e as fases de trabalho; analisar e avaliar os custos de mão de obra e materiais, fazendo o controlo orçamental.
Administrativa	Desenvolver funções técnico-administrativas de apoio aos diversos serviços da unidade orgânica em que se insere, nomeadamente: registo, redação e arquivo de expediente; elaboração de ofícios e informações; organização e tratamento dos processos em curso no respetivo serviço. Efetuar atendimento telefónico e presencial, prestando todos os esclarecimentos necessários. Identificar e utilizar as aplicações informáticas dos serviços, assegurando o correto registo e tratamento informático dos dados e/ou processos que lhe são atribuídos. Se as funções exercidas implicarem o manuseamento de valores, prestar contas sobre os mesmos à tesouraria ou a outro serviço superiormente designado. Assegurar o devido apoio executivo e administrativo ao respetivo superior hierárquico.

Administrativa (Tesouraria)	Assegurar o serviço de tesouraria, cabendo-lhe a responsabilidade dos valores que lhe são confiados, nomeadamente: efetuar e registar guias de receita e ordens de pagamento, procedendo ao respetivo recebimento e pagamento; efetuar, conferir e registar os pagamentos, recebimentos e levantamentos em cheque ou numerário; efetuar o apuramento da receita cobrada pelos diversos postos de cobrança e proceder à consolidação do seu registo; controlar as importâncias existentes em caixa e proceder diariamente ao depósito das quantias excedentárias; elaborar o diário e balancetes de tesouraria e remetê-los conjuntamente com os documentos de receita e despesa para a Subunidade Orgânica de Contabilidade. Assegurar o devido apoio executivo e administrativo ao respetivo superior hierárquico. Prestar apoio administrativo em geral aos restantes serviços da Unidade Orgânica em que se insere.
Administrativa (Equipamentos Culturais)	Funções de natureza executiva, de aplicação de métodos e processos, com base em diretivas bem definidas e instruções gerais, de grau médio de complexidade, nas áreas de atuação comuns e instrumentais e nos vários domínios de atuação dos equipamentos culturais do Município de Ílhavo, nomeadamente: receção e encaminhamento do público, emissão de bilhetes, gestão da bilheteira, apoio na organização/preparação de eventos, apoio administrativo em geral.
Aferidor	Exercício de funções que exigem conhecimentos técnicos, teóricos e práticos obtidos através de um curso técnico-profissional adequado, designadamente: verificação e controlo periódico de todos os instrumentos de pesagem com os quais se efetuam transações comerciais, com base em ensaios imparciais; realização de ações de fiscalização, sensibilização e informação aos utilizadores de instrumentos de pesagem e medição, esclarecendo-os das constantes atualizações nos respetivos aparelhos de pesagem e legislação aplicável; assegurar o integral cumprimento das normas de cobrança, procedendo designadamente à emissão e controlo dos respetivos documentos de cobrança; assegurar a aferição de todos os equipamentos municipais sujeitos a verificação periódica; responsável pelo serviço de metrologia no âmbito do sistema de gestão de qualidade; participar na conceção e implementação de projetos e metodologias de maximização de eficiência e rentabilização do serviço de metrologia.
Animação Sociocultural	Desenvolver atividades na área da animação sociocultural; colaborar no projeto educativo do Município favorecendo a ligação com a comunidade, tendo em conta as iniciativas e recursos locais; dinamização de atividades em rede nas áreas socioculturais e educativas no âmbito da missão das Bibliotecas com o público juvenil e na sua relação com outros serviços internos e externos à Câmara Municipal de Ílhavo, colaboração na organização e implementação de programas culturais dirigidos aos diferentes públicos-alvo dos serviços culturais da Câmara Municipal de Ílhavo; apoiar o desenvolvimento e realização de projetos de promoção de leitura na comunidade do concelho.
Arquivo	Realizar tarefas relacionadas com a gestão de documentos, o controlo das incorporações, o registo, a cotação, o averbamento de registos, a descrição de documentos, o acondicionamento de documentos, o empréstimo, a pesquisa documental, a emissão de certidões, a produção editorial e a aplicação de normas de funcionamento de arquivos de acordo com métodos e procedimentos estabelecidos.
Biblioteca e Documentação	Utilizando sistemas naturais ou automatizados, realizar tarefas relacionadas com a aquisição, o registo, a catalogação, a cotação, o armazenamento de espécies documentais, a gestão de catálogos, os serviços de atendimento, de empréstimo e de pesquisa bibliográfica, assim como a preparação de instrumentos de difusão, aplicando normas de funcionamento de bibliotecas e serviços de documentação de acordo com métodos e procedimentos previamente estabelecidos.
Conservador de Museus	Efetuar trabalhos de tratamento e conservação do espólio museográfico e colaborar na montagem de exposições, no atendimento ao público, executar e colaborar em todos os trabalhos de museografia superiormente planificados.
Desenhador	Executar e ou compor maquetas, desenhos, mapas, cartas ou gráficos relativos à área de atividade dos serviços a partir de elementos que lhe são fornecidos e segundo normas técnicas específicas e, bem assim, executar as correspondentes artes finais, executar trabalhos de pormenorização em projetos de construção civil e arquitetura; executar desenhos cartográficos de espaços exteriores, dedicados ou não à construção civil e zonas verdes, e bem assim, de planos de enquadramento urbano-paisagístico; executar desenhos de plantas de implantação topográfica de espaços exteriores; executar a ampliação e redução de desenhos; efetuar o cálculo de dimensões, superfícies, volumes e outros fatores não especificados.
Fiscal Municipal	Fiscalizar e fazer cumprir os regulamentos, posturas municipais e demais dispositivos legais relativos a áreas de ocupação da via pública, publicidade, trânsito, obras particulares, abertura e funcionamento de estabelecimentos comerciais ou industriais, preservação do ambiente natural, deposição, remoção, transporte, tratamento e destino final dos resíduos sólidos, públicos, domésticos e comerciais, preservação do património, segurança no trabalho e fiscalização preventiva do território. Prestar informações sobre situações de facto com vista à instrução de processos municipais nas suas áreas de atuação.
Manutenção	Executa trabalhos de manutenção, conservação e reparação de equipamentos e instalações eléctricas, mecânicas, térmicas e de AVAC, elaborando os respectivos relatórios de intervenção e informando o superior hierárquico de qualquer anomalia detectada. Executa também os mesmos trabalhos na rede de iluminação pública, nas áreas da responsabilidade do município. Procede à execução de novas instalações, remodelação, substituição e montagens daqueles equipamentos e instalações de acordo com projectos e especificações técnicas apresentadas superiormente. Efectua ainda a leitura e registo dos consumos energéticos de equipamentos e instalações. Assegura a limpeza e organização da oficina de trabalho, mantendo em bom estado de conservação todas as ferramentas e aparelhagem de medida e ensaios.
Monitor Natação	Exercício de funções que exigem conhecimentos técnicos, teóricos e práticos obtidos através de um curso técnico-profissional adequado, designadamente: preparar e dar aulas de natação nas Piscinas Municipais, nas diversas modalidades existentes; assegurar a vigilância e segurança dos utilizadores das piscinas, bem como prestar primeiros socorros, se necessário.
Topógrafo	Efetuar levantamentos topográficos, tendo em vista a elaboração de plantas, planos, cartas e mapas que se destinam à preparação e orientação de trabalhos de engenharia ou para outros fins; efetuar levantamentos topográficos, apoiando-se normalmente em vértices geodésicos existentes; determinar rigorosamente a posição relativa de pontos notáveis de determinada zona de superfície terrestre, cujas coordenadas e cotas obtêm por triangulação, trilateração, poligonação, interseções direta e inversa, nivelamento, processos gráficos ou outros; regular e utilizar os instrumentos de observação, tais como taquómetros, teodólitos, níveis, estádias, telurómetros, etc; proceder a cálculos sobre os elementos colhidos no campo; proceder à implantação no terreno de pontos de referência para determinadas construções, traçar esboços e desenhos e elaborar relatórios das operações efetuadas; pode dedicar-se, consoante a sua qualificação, a um campo de topografia aplicada, como a hidrografia, a ductografia, a imbegrafia, a minerologia ou a aerodromografia, e ser designado em conformidade como perito géometra ou agrimensor.
Turismo	Assegurar tarefas de natureza administrativa, nomeadamente na receção, atendimento e encaminhamento de clientes, fazendo uso de línguas estrangeiras; manter o controlo, registo e arquivo de documentos procedendo à gestão do material necessário ao bom funcionamento dos postos de turismo; promover o merchandising turístico municipal; acolhimento multicanal, assegurando o acompanhamento de grupos em visitas organizadas, no Município e na Região; colaborar na organização de ações e programas relacionados com a atividade turística; colaborar na organização e no apoio a eventos de natureza turística; desenvolver todas as atividades administrativas inerentes à atividade turística, fazendo uso de meios informáticos.

CARREIRA/ CATEGORIA	ENCARREGADO OPERACIONAL
Formação Académica e/ou Profissional	Escolaridade mínima obrigatória, em função da idade, e formação ou experiência profissional específica quando a área de atividade assim o exigir.
Conteúdo Funcional Genérico	Funções de coordenação dos assistentes operacionais afetos ao seu setor de atividade, por cujos resultados é responsável. Realização de tarefas de programação, organização e controlo dos trabalhos a executar pelo pessoal sob sua coordenação. Substituição do encarregado geral nas suas ausências e impedimentos.
ÁREA DE ATIVIDADE, ATRIBUIÇÕES E COMPETÊNCIAS	
Encarregado de Pessoal	Controla e coordena as tarefas exercidas pelos trabalhadores que integram as carreiras e categorias dos assistentes operacionais, distribuindo tarefas e zelando pelo cumprimento das normas de serviço.

Encarregado de Serviços de Higiene e Limpeza	Exerce funções de coordenação de assistentes operacionais afetos aos serviços de higiene e limpeza da área a seu cargo, por cujos resultados é responsável; realiza tarefas de programação, organização e controlo dos trabalhos a executar pelo pessoal sob sua coordenação, designadamente: procede à distribuição das tarefas entre os trabalhadores; orienta e supervisiona os trabalhos efetuados, verificando as condições de higiene e limpeza das instalações, de acordo com as instruções dadas; responsabiliza-se pelo cumprimento das regras de limpeza, bem como pelos bens e equipamentos que estão adstritos à área a seu cargo, providenciando a aquisição e distribuição de material necessário; em função dos princípios estabelecidos pela organização a que pertence, pode comunicar e/ou assegurar a solução de anomalias detetadas, pode informar superiormente sobre questões relacionadas com a gestão de pessoal, tais como verificar as carências, anotar as faltas, dispensas, promoções e medidas disciplinares.
--	---

CARREIRA/ CATEGORIA	ASSISTENTE OPERACIONAL
Formação Académica e/ou Profissional	Escolaridade mínima obrigatória, em função da idade, e formação ou experiência profissional específica quando a área de atividade assim o exigir.
Perfil de competências	Realização e orientação para os resultados: capacidade para concretizar com eficácia e eficiência os objetivos do serviço e as tarefas que lhe são solicitadas.
	Orientação para o serviço público: capacidade para exercer a sua atividade respeitando os valores e normas gerais do serviço público e do setor concreto em que trabalha.
	Trabalho de Equipa e Cooperação: capacidade para se integrar em equipas de trabalho e cooperar com outros de forma ativa.
	Adaptação e melhoria contínua: capacidade para se ajustar a novas tarefas e atividades e de se empenhar na aprendizagem e desenvolvimento profissional.
	Responsabilidade e compromisso com o serviço: capacidade para reconhecer o contributo da sua atividade para o funcionamento do serviço, desempenhando as suas tarefas e atividades de forma diligente e responsável.
Conteúdo Funcional Genérico	Funções de natureza executiva, de carácter manual ou mecânico, enquadradas em diretivas gerais bem definidas e com graus de complexidade variáveis. Execução de tarefas de apoio elementares, indispensáveis ao funcionamento dos órgãos e serviços, podendo comportar esforço físico. Responsabilidade pelos equipamentos sob sua guarda e pela sua correta utilização, procedendo, quando necessário, à manutenção e reparação dos mesmos.
ÁREA DE ATIVIDADE, ATRIBUIÇÕES E COMPETÊNCIAS	
Asfaltador	Recobrir e consertar leitos de estradas e pavimentos de pontes, nelas espalhando asfalto líquido ou massas betuminosas, mediante pulverizadores ou uma pá; examinar se o piso, depois de empedrado e cilindrado, foi submetido à adequada lavagem com agulheta; aquecer em caldeiras apropriadas os bidões de betuminoso com um maçarico ou com lenha; proceder a uma rega de colagem com este líquido, espalhar e alisar as massas betuminosas, utilizando uma pá e um rodo; espalhar, por apedrejamento, pó de pedra sobre o revestimento utilizado; diligenciar a manutenção, conservação e limpeza da caldeira e da mangueira; nas épocas em que não se desenvolvem funções específicas de asfaltador, nomeadamente no inverno, desempenhar atividades normais de um cantoneiro de vias.
Auxiliar Administrativo	Assegurar o contacto entre os serviços, efetuar a receção e entrega de expediente e encomendas; anunciar mensagens, transmitir recados, levantar e depositar dinheiro ou valores, prestar informações verbais telefónicas, transportar máquinas, artigos de escritório e documentação diversa entre gabinetes, assegurar a vigilância das instalações e acompanhar os visitantes aos lugares pretendidos, estampilhar correspondência, providenciar pelas condições de aseo, limpeza e conservação de portarias e verificar as condições de segurança antes de proceder ao seu encerramento.
Auxiliar de Ação Educativa	Exercer funções de apoio geral, incluindo as de telefonista e operador de reprografia, desenvolvendo e incentivando o respeito e apreço pelo estabelecimento de educação ou de ensino e pelo trabalho que, em comum, nele deve ser efetuado. Participar com os docentes no acompanhamento das crianças e dos jovens durante o período de funcionamento da escola, com vista a assegurar um bom ambiente educativo; exercer tarefas de atendimento e encaminhamento de utilizadores da escola e controlar entradas e saídas da escola; cooperar nas atividades que visem a segurança de crianças e jovens na escola; providenciar a limpeza, arrumação, conservação e boa utilização das instalações, bem como do material e equipamento didático e informático necessário ao desenvolvimento do processo educativo; Exercer tarefas de apoio aos serviços de ação social escolar; prestar apoio e assistência em situações de primeiros socorros e, em caso de necessidade, acompanhar a criança ou o aluno a unidades de prestação de cuidados de saúde; estabelecer ligações telefónicas e prestar informações; receber e transmitir mensagens; zelar pela conservação dos equipamentos de comunicação; reproduzir documentos com utilização de equipamento próprio, assegurando a limpeza e manutenção do mesmo e efetuando pequenas reparações ou comunicando as avarias verificadas; assegurar o controlo de gestão de stocks necessários ao funcionamento da reprografia; efetuar, no interior e exterior, tarefas indispensáveis ao funcionamento dos serviços; exercer, quando necessário, tarefas de apoio de modo a permitir o normal funcionamento de laboratórios e bibliotecas escolares.
Auxiliar de Ação Educativa (EMER)	Exercer com simpatia e responsabilidade funções de atendimento, nomeadamente atendimento telefónico, receção e encaminhamento do público; participar em todas as atividades de sensibilização rodoviária no âmbito do projeto educativo do Município, favorecendo a ligação com a comunidade; colaborar na organização e preparação dos eventos e programas educativos de prevenção rodoviária da EMER; apoiar no serviço administrativo em geral; fazer a manutenção e higiene do edifício e espaço envolvente.
Auxiliar de Serviços Gerais	Assegurar a limpeza e conservação das instalações; colaborar eventualmente nos trabalhos auxiliares de montagem, desmontagem e conservação de equipamentos, auxiliar a execução de cargas e descargas; realizar tarefas de arrumação e distribuição; executar outras tarefas simples, não especificadas, de carácter manual e exigindo principalmente esforço físico e conhecimentos práticos.
Fiel de Mercados /Auxiliar Serviços Gerais (Mercados)	Proceder à abertura e encerramento do mercado, cuidar da vigilância das instalações e zelar pela conservação e manutenção dos equipamentos respetivos; zelar pelas condições de circulação e boa ordem dentro do mercado; proceder ao aluguer diário das bancas e efetuar o aluguer de áreas livres, procedendo, se necessário, à recolha, guarda e entrega das verbas daí provenientes; assegurar o cumprimento dos regulamentos aplicáveis à organização e funcionamento do mercado, bem como o cumprimento das obrigações respeitantes ao pagamento de taxas e licenças por parte dos vendedores, em articulação com os serviços da DAG; zelar e promover a limpeza e conservação dos espaços e das dependências do mercado; promover a separação e reciclagem dos resíduos produzidos; colaborar na realização e controlo dos diversos serviços prestados no âmbito dos mercados e outros equipamentos Municipais.
Calceteiro	Revestir e reparar pavimentos, justapondo e assentando paralelepípedos, cubos ou outros sólidos de pedra, tais como calçada à portuguesa, granito, basalto, cimento e ou pedra calcária, servindo-se de um "martelo de passeio" (calceteira) ou camartelo; prepara a caixa, procedendo ao nivelamento e regularização do terreno, utilizando para este efeito um T, ou uma mangueira de água; preparar o leito, espalhando uma camada de areia, pó de pedra ou calça, que entufa com o martelo do ofício; providenciar a drenagem e escoamento de águas, procedendo à deteção de nascentes ou locais onde a água se possa vir a acumular, e assentar junto aos lances a "fiada da água"; encastrar na almofada as pedras, adaptando uns aos outros os respetivos jeitos do talhe (calhamentos) e percuti-las até se negarem ou se estabilizarem adequadamente; predispôr nas calçadas os elementos constituintes em fiadas-mestras, configurando ângulos retos; preencher com blocos pela forma usual; refecar as juntas com areia, calça ou outro material; talhar pedras para encaixes utilizando uma marreta; adaptar as dimensões dos blocos utilizados às necessidades da respetiva justaposição, fraturando-os por percussão, segundo os planos mais convenientes.
Canalizador	Executa canalizações em edifícios, instalações industriais e outros locais, destinados ao transporte de água ou esgotos; corta e rosca tubos e solda tubos de chumbo, plástico, ferro, fibrocimento e materiais afins; executa redes de distribuição de água e respetivos ramais de ligação, assentando tubagens e acessórios necessários; executa outros trabalhos similares ou complementares dos descritos; instrui e supervisiona no trabalho dos aprendizes e serventes que lhe estejam afetos.
Cantoneiro de Arruamentos	Assegurar as tarefas atinentes ao Setor de Obras, Vias, Trânsito e Oficinas, nomeadamente, conservar e limpar trechos de estrada, comunicando aluimentos de via, executando pequenas reparações e desimpedindo acessos; limpar valetas, compor bermas e desobstruir aquedutos; compor pavimentos, efetuando reparações de calcetamento, apiloamento de pedra mole ou derrame de massas betuminosas; executar cortes em árvores existentes nas bermas das estradas.
Cantoneiro de Limpeza	Proceder à remoção de lixos e equiparados, varredura e limpeza de ruas, limpeza de sarjetas, lavagem das vias públicas, limpeza de chafariz, remoção de lixeiras e extirpação de ervas.

Cantoneiro de Vias	Executar trabalhos de conservação dos pavimentos; proceder à limpeza de valetas incluindo ponto de escoamento das águas pluviais, aquedutos e limpeza de bermas; remover do pavimento lamas e imundices.
Carpinteiro	Funções relacionadas com a execução de trabalhos em diversas qualidades de madeira, através dos moldes apresentados; analisar o desenho fornecido ou proceder ele próprio ao esboço do mesmo e riscar a madeira de acordo com as medidas; serrar e topiar as peças, desengrossando -as, tal como lixar e colar material, ajustando as peças numa prensa; assentar, montar e acabar os limpos nas obras, tais como portas, rodapés, janelas, caixilhos, escadas, divisórias em madeira, armações de talhados e lambris; reparar e proceder a transformações das peças, a partir de uma estrutura velha para uma nova, bem como outras que lhe sejam atribuídas e que se enquadrem no conteúdo funcional da categoria, previsto no anexo referido no n.º 2 do artigo 49.º da Lei n.º 12 - A/2008, de 27 de fevereiro.
Condutor	Conduzir viaturas ligeiras para transportes de bens e pessoas, tendo em atenção a segurança dos utilizadores e dos bens; cuidar da manutenção das viaturas que lhe forem distribuídas; recebe e entrega expediente ou encomendas; participar superiormente as anomalias verificadas.
Condutor de Cilindros	Conduzir e manobrar cilindros; abastecer os depósitos de água anexos; assegurar a manutenção do cilindro; conduzir e manobrar outros cilindros (dumper empilhador); Realizar outras tarefas inerentes à sua função solicitadas pelos superiores hierárquicos.
Condutor de MPVE	Conduzir máquinas pesadas de movimentação de terras ou guas ou veículos destinados à limpeza urbana ou recolha de lixo, manobrando também sistemas hidráulicos ou mecânicos complementares das viaturas; zelar pela conservação e limpeza das viaturas; verificar diariamente os níveis de óleo e água e comunicar as ocorrências normais detetadas nas viaturas; podendo conduzir outras viaturas ligeiras ou pesadas.
Coveiro	Assegurar a inumação e exumação de cadáveres e a limpeza e manutenção dos cemitérios;
Eletricista	Instalar, conservar e reparar circuitos e aparelhagens elétricas, guiando frequentemente a sua atividade por desenhos, esquemas ou outras especificações técnicas, que interpreta; cumprir com as disposições legais relativas às instalações de que trata; instalar as máquinas, aparelhos e equipamentos elétricos, sonoros, caloríficos, luminosos ou de força motriz; determinar a posição e instalação de órgãos elétricos, tais como os quadros de distribuição, caixas de fusíveis e de derivação, contadores, interruptores e tomadas; dispor e fixar os condutores ou cortar, dobrar e assentar adequadamente calhas e tubos metálicos, plásticos ou de outra matéria, colocando os fios ou cabos no seu interior; executar e isolar as ligações de modo a obter os circuitos elétricos pretendidos; localizar e determinar as deficiências de instalação ou de funcionamento, utilizando, se for caso disso, aparelhos de deteção e de medida; desmontar, se necessário, determinados componentes da instalação; apertar, soldar, reparar por qualquer outro modo ou substituir os conjuntos, peças ou fios deficientes e proceder à respetiva montagem, para o que utiliza chaves de fenda, alicates, limas e outras ferramentas.
Fiel de Armazéns	Fornecer, contra requisição, matérias-primas, ferramentas, vestuário, equipamento de proteção individual e outros materiais diversos; registar as entradas e saídas dos materiais; organizar a documentação necessária à contabilização das operações subsequentes; verificar as condições de armazenamento dos materiais, garantindo as suas boas condições, arrumando-os e retirando -os para fornecimento.
Fogueiro	Vigia e promove a eficiência de geradores de vapor automáticos ou semiautomáticos, para fornecimento de força motriz ou aquecimento, reparando eventuais avarias, aciona válvulas ou outros dispositivos para manter a água no nível conveniente; alimenta o depósito dos aquecimentos ou a formalha com combustível adequado; aciona o fogo ou regula a chama sobreaquecida; verifica por meio de manómetros, termómetros, pressostatos e outros indicadores, se as caldeiras não ultrapassam as temperaturas e as pressões preestabelecidas para os objetivos em vista; substitui os bicos dos queimadores quando estejam a funcionar deficientemente, reparando as anomalias verificadas; preenche impressos que refletem o rendimento das máquinas e o respetivo consumo de materiais.
Jardineiro	Proceder à manutenção, conservação, arborização e ajardinamento dos jardins e espaços verdes, praças, parques e outras zonas verdes municipais; proceder ao corte de relva e à poda das árvores existentes nos espaços verdes, jardins, parques, passeios, vias e outros espaços públicos; proceder à instalação, manutenção e conservação de sistemas de rega automática dos espaços verdes que garantam a maximização da economia de água e regulem a sua utilização; proceder a tratamentos fitossanitários de combate às pragas e doenças de âmbito vegetal nos espaços sob a jurisdição da Câmara Municipal; proceder ao corte e limpeza de infestantes em terrenos municipais e nas bermas das vias públicas; assegurar a conservação e manutenção dos equipamentos e ferramentas utilizados na execução das tarefas que lhe são cometidas; organizar e manter viveiros onde se preparem as mudas para arborização de ruas, jardins e demais logradouros públicos.
Lubrificador	Funções de Lubrificador com natureza executiva, de caráter manual ou mecânico, enquadradas em diretivas gerais bem definidas e com graus de complexidade variáveis, bem como execução de tarefas de apoio elementares, indispensáveis ao funcionamento dos órgãos e serviços, podendo comportar esforço físico, a que acresce responsabilidade pelos equipamentos sob sua guarda e pela sua correta utilização, procedendo, quando necessário, à manutenção e reparação dos mesmos.
Manutenção	Executa diversos trabalhos de manutenção, conservação e reparação de edifícios, nomeadamente de caixilharias, mobiliário, iluminação, canalizações, louças sanitárias, aquecimentos, e outras pequenas instalações e equipamentos de uso diário e corrente, elaborando os respectivos relatórios de intervenção e informando o superior hierárquico de qualquer anomalia detetada.
Mecânico	Deteta as avarias mecânicas; repara, afina, monta e desmonta os órgãos de viaturas ligeiras e pesadas a gasolina ou a diesel, bem como outros equipamentos motorizados ou não; executa outros trabalhos de mecânica geral; afina, ensaia e conduz em experiência as viaturas reparadas; faz a manutenção e o controlo de máquinas e motores.
Motorista de Transportes Coletivos	Conduzir autocarros para transporte de passageiros, tendo em atenção a comodidade e segurança das pessoas, o estado da via, a potência e o estado do veículo, a legislação em vigor, a circulação de outras viaturas e peões e as sinalizações de trânsito e dos agentes de polícia, regular a velocidade do veículo, as regras de trânsito e a comodidade e segurança dos passageiros; parar os autocarros, segundo indicação sonora de dentro do veículo ou por observação dos sinais feitos nas paragens, a fim de permitir a entrada e saída de passageiros, assegura-se que todos os passageiros que transporta estão credenciados para o efeito; por vezes colabora na carga e descarga de bagagens; no final de cada dia procede à arrumação da viatura em local destinado para esse efeito; recebe diariamente, no setor de transportes, o serviço para o dia seguinte, que, para além da rotina habitual, pode, em função das necessidades pontuais surgidas, compreender deslocações ou qualquer outro tipo de tarefas não previstas no programa diário regular; assegurar o bom estado de funcionamento de veículo, procedendo à sua limpeza e zelando pela sua manutenção e lubrificação; abastecendo a viatura de combustível, possuindo para o efeito um livro de requisições, cujo original preenche e entrega no posto de abastecimento; procede a pequenas reparações, tomando, em caso de avarias maiores ou acidentes, as providências necessárias com vista à regularização dessas situações; para esse efeito apresenta uma participação da ocorrência no setor de transportes; acompanha posteriormente junto das oficinas os trabalhos de reparação a efetuar; preenche e entrega diariamente no setor de transportes o boletim diário de viatura, mencionando o tipo de serviço, quilómetros efetuados e combustível introduzido
Pedreiro	Aparelha pedra em grosso; executa alvenaria de pedra, tijolo ou blocos de cimento, podendo também fazer o respetivo reboco; procede ao assentamento de manilhas, tubos e cantarias; executa muros e estruturas simples, com ou sem armaduras, podendo também encarregar-se de montagem de armaduras muito simples; executa outros trabalhos similares ou complementares dos descritos; instrui ou supervisiona no trabalho dos aprendizes ou serventes que lhe estejam afetos.
Pintor	Aplicação de camadas de tinta, verniz ou outros produtos sobre superfícies de estuque, reboco e madeira; Limpeza e preparação da superfície a pintar; Preparação do material a utilizar, misturando na proporção adequada, massas, óleos, diluentes, pigmentos, secantes, tintas, vernizes, água, cola ou outros elementos; Ensaio e afinação do produto obtido a fim de obter a cor, tonalidade, opacidade, poder de cobertura, lacagem, brilho, uniformidade ou outras características; Aplicação de várias demãos de isolantes, secantes, condicionadores ou primários de acordo com o material a proteger e a decorar; Extensão de várias demãos de subcapa e material de acabamento sobre as superfícies a tratar e a decorar; Decoração de determinados espaços, aplicando tintas e vernizes; Assentamento e substituição de vidros; Forragem de paredes, lambris e tetos; Realização de outras tarefas, inerentes à sua função, solicitadas pelos superiores hierárquicos.
Serralheiro	Constrói e aplica na oficina estruturas metálicas ligeiras para edifícios, pontes, caldeiras, caixilharias ou outras obras; interpreta desenhos e outras especificações técnicas; corta chapas de aço, perfilados de alumínio e tubos, por meio de tesouras mecânicas, maçaricos ou por outros processos; utiliza diferentes matérias para as obras a realizar, tais como macacos hidráulicos, marretas, martelos, cunhas, material de corte, de solda e de aquecimento; enforma chapas e perfilados de pequenas secções; fura e escaria os furos para os parafusos e rebites; por vezes, encurva ou trabalha de outra maneira chapas e perfilados, executa a ligação de elementos metálicos por meio de parafusos rebites e outros processos.
Telefonista	Estabelecer ligações telefónicas para o exterior e transmitir aos telefones internos chamadas recebidas; prestar informações, dentro do seu âmbito; registar o movimento de chamadas e anotar, sempre que necessário, as mensagens que respeitem a assuntos de serviço e transmiti-las por escrito ou oralmente, zelar pela conservação do material à sua guarda e participar as avarias aos CTT ou TLP.
Tratador/ Apanhador de Animais	Procede à recolha de animais; cuida da higienização e limpeza das instalações e dos animais ali internados; faz parte das brigadas de desinfestação e auxilia o encarregado de cani.